Revista da Extensão

Dez. 2025 / n. **33**
ISSN 2238-0167
E-ISSN 2764-5525

A Extensão vista de perto

Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRGS
PROREXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Entrevista com
Agustín Cano Menoni e Gerardo Sarachu Trigo
Docentes da Universidade da República do Uruguai (UDELAR)

Entre ruínas e memórias: educação patrimonial e extensão universitária na Região Carbonífera do Rio Grande do Sul

Atenção humanizada na assistência ao pré-natal na atenção primária à saúde: um relato de experiência extensionista

Práticas educativas e saúde mental: rodas de conversas com socioeducadores da FASE/RS

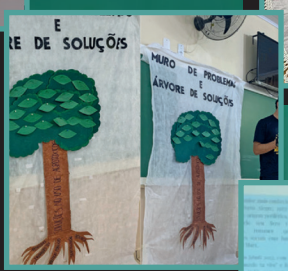
A atuação da Liga Acadêmica de Restrições Alimentares (LARA) UFRGS na promoção da inclusão alimentar

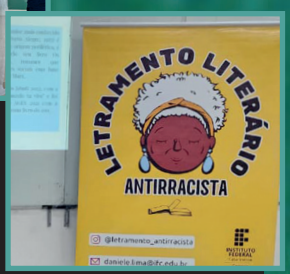
Sequência didática para o ensino de ecotoxicologia: muro de problemas e árvore de soluções na extensão universitária

Educação financeira nas escolas: como se precaver de armadilhas, remediar problemas e planejar o resto

Experiência literária com José Falero: literatura e corpo-infância

A passagem da Operação Rondon Velho Chico pela Capital Nacional do Gesso





Apresentação

A cada novo número, a Revista da Extensão se reafirma como um espaço de encontro. Encontro entre universidade e sociedade, entre saberes acadêmicos e saberes populares, entre perguntas urgentes e práticas que buscam, coletivamente, caminhos de transformação. É nesse território compartilhado que a extensão universitária encontra seu sentido mais profundo: não como algo que parte da universidade em direção à comunidade, mas como um fazer construído com ela, em diálogo, escuta e compromisso.

Esta edição nos convida a reconhecer a extensão como prática que se faz na presença, na escuta e na disposição de aprender com as realidades concretas, na cooperação e do diálogo entre instituições comprometidas com a extensão. As experiências aqui reunidas revelam o potencial da universidade quando se abre ao encontro com diferentes sujeitos, territórios e contextos, mobilizando conhecimentos, sensibilidades e responsabilidades. São iniciativas que fortalecem vínculos, produzem aprendizagens mútuas e evidenciam o caráter formativo e coletivo da extensão, que transforma todos os envolvidos e se fortalece quando tecida em rede, aproximando instituições e reafirmando-se como dimensão essencial da universidade pública em sua relação com a sociedade.

Ler esta revista é, portanto, mais do que conhecer projetos. É reconhecer a universidade em movimento, aprendendo e ensinando em múltiplos espaços, construindo conhecimento a partir das realidades concretas e contribuindo para a formação de profissionais e cidadãos comprometidos com o seu tempo. Que estas páginas inspirem novas perguntas, novos encontros e novas práticas extensionistas, e que cada leitor e leitora possa perceber-se também como parte desta rede, na qual o conhecimento ganha sentido quando colocado a serviço da vida em comum.

Daniela Borges Pavani

Pró-Reitora de Extensão
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editorial

Encerramos 2025 com várias conquistas e desafios para o próximo ano. A Revista da Extensão da UFRGS passou a ser indexada pelo Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim), pelo Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras (Miguilim), pelo Bielefeld Academic Search Engine (BASE) e pelo Google Acadêmico (Scholar Google). Para 2026, está sendo providenciado o registro DOI dos artigos publicados e passaremos a ter três edições regulares anuais (abril, agosto e dezembro). Lembrando que a política da Revista em manter a publicação impressa das edições (juntamente com a versão digital) limita o número de artigos em cada uma devido ao número total de páginas.

Iniciamos a Edição n. 33 com um trabalho cultural que valoriza o patrimônio industrial da região carbonífera do Rio Grande do Sul, promovendo a construção patrimonial do Museu Estadual do Carvão por meio de ações educativas. O segundo artigo relata a experiência vivenciada por acadêmicos do curso de Medicina do Centro Universitário de Várzea Grande, no estado de Mato Grosso, através da promoção de ações extensionistas voltadas à saúde da mulher na atenção primária à saúde. O trabalho seguinte apresenta formações para os socioeducadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS), realizadas em parceria com Observatório da Socioeducação da Faculdade de Educação da UFRGS. Na sequência, é apresentada a Liga Acadêmica de Restrições Alimentares (LIRA) UFRGS e a sua atuação através de palestras, oficinas e rodas de conversa que estimulam a inclusão e a acessibilidade alimentar saudável.

Na segunda metade da Revista, temos outros quatro artigos de igual riqueza da prática extensionista universitária. Os conceitos de ecotoxicologia, com ênfase nos impactos do uso de agrotóxicos, poluição e práticas sustentáveis, são discutidos entre jovens da educação básica e acadêmicos da Universidade Estadual do Paraná. O artigo subsequente também envolve estudantes da educação básica através da promoção de competências de consumo consciente e planejamento financeiro. Na sequência, o trabalho seguinte relata a experiência vivida em uma das ações do projeto "Letramento literário: A literatura afrobrasileira como prática pedagógica antirracista na sala de aula", com o objetivo de capacitar os professores para a realização de círculos de leitura em sua sala de aula dentro da perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). Finalizamos esta edição com a descrição e reflexão da participação da equipe rondonista da UFRGS na Operação Velho Chico do Projeto Rondon promovido pelo Governo Federal.

Que 2026 seja de sabedoria e paz mundial.

Boa leitura!

Renato P. Ribas

Editor

Sumário

Entrevista com **Agustín Cano Menoni e Gerardo Sarachu Trigo**

4

Entre ruínas e memórias: educação patrimonial e extensão universitária na Região Carbonífera do Rio Grande do Sul

15

Atenção humanizada na assistência ao pré-natal da atenção primária à saúde: um relato extensionista

25

Práticas educativas e saúde mental: rodas de conversas com socioeducadores da FASE/RS

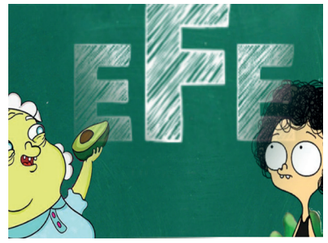
32

A atuação da Liga Acadêmica de Restrições Alimentares (LARA) UFRGS na promoção da inclusão alimentar

40

Sequência didática para o ensino de ecotoxicologia: muro de problemas e árvore de soluções na extensão universitária

50

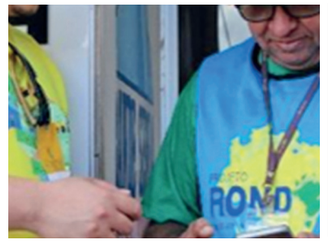


Educação financeira nas escolas: como se precaver de armadilhas, remediar problemas e planejar o resto

58

Experiência literária com José Falero: literatura e corpo-infância

65



A passagem da Operação Rondon Velho Chico pela Capital Nacional do Gesso

72

Agustín Cano Menoni.

Entrevista com Agustín Cano Menoni e Gerardo Sarachu Trigo

Entrevista: Jean Felipe Rossato
Transcrição: Nicole Maciel
Revisão e tradução Espanhol/português: Luciana Denise Flores
Fotos: cedidas pelos entrevistados

Entrevista cedida por Agustín Cano Menoni e Gerardo Sarachu Trigo, docentes da Universidade da República do Uruguai (UDELAR). A entrevista foi realizada em Montevidéu, nas dependências da Pró-reitoria de Extensão da UDELAR, por ocasião da visita técnica do Diretor do Departamento Administrativo e de Registro da Extensão, Jean Felipe Rossato, que estava participando do Programa Escala de Gestores e Administradores da AUGM (Associación de Universidades Grupo Montevideo) em setembro de 2025. Agustín é professor da Faculdade de Humanidades e, com a troca da gestão administrativa da UDELAR, na data desta entrevista, estava prestes a assumir um cargo na reitoria; já Gerardo é docente residente da Pró-reitoria de Extensão e tem larga experiência na extensão universitária. Em uma conversa informal, a entrevista versou sobre a extensão universitária em universidades latino-americanas, os processos de implantação da inserção curricular da extensão, a atuação da comunidade acadêmica em programas integrais estabelecidos em territórios periféricos de Montevidéu, a visão da nova reitoria sobre o futuro da extensão na UDELAR e as experiências entre as concepções e práticas extensionistas entre Brasil e Uruguai.

Revista da Extensão: Agradeço a disponibilidade de vocês. Acredito que podemos iniciar falando um pouco sobre o que pensa a nova gestão da UDELAR para a extensão universitária? Como compreendem a extensão universitária?

Agustín Cano Menoni: Aqui onde estamos agora [Pró-reitoria de Extensão] e o PIM (Programa Integral Metropolitano) são minha casa. Eu tenho várias casas na universidade em diferentes momentos, mas fui docente no PIM por 17 anos, que é toda a vida do PIM. A vida do PIM como programa e minha vida como docente são a mesma trajetória. Também fui docente aqui [Pró-reitoria de Extensão] no setor de projetos. E bem, agora estou radicado na Faculdade de Humanidades e, momentaneamente, neste trabalho na reitoria. Fui construído nessa trajetória e é, basicamente, o que construímos em conjunto. Não é meu pensamento, são nossas construções.

O que há de bom na política universitária, pelo menos aqui na Udelar, é que, geralmente, uma nova equipe da reitoria não começa do zero. Às vezes há mudanças mais drástica, com certeza. Mas não se faz, e mesmo que queira fazê-lo, é muito difícil que se possa, porque a estrutura de governança participativa, a estrutura federal, a universidade, a natureza colegial e colegiada de seus organismos, a própria natureza das construções pedagógicas, epistemológicas, faz com que

tenham uma estabilidade, uma sustentabilidade, que não muda porque troca um reitor e alguns pró-reitores. Contudo, sempre, todo momento de mudança é um momento sempre de balanço, de impulsionar coisas novas, de mudar também alguma direção de algumas coisas, focos de algumas coisas. E a nossa equipe deste reitorado se sente muito próxima às construções da extensão e quer poder fazer algumas coisas que têm a ver com essas construções prévias, que agora te menciono: há uma leitura que fazemos de questões um pouco mais estruturais de uma política e de questões um pouco mais conjunturais da política interna.

Vemos que, sobretudo, desde 2006 em diante, entre 2006 e 2014, - no reitorado de Arocena (Rodrigo Arocena 2006 – 2010 / 2010 – 2014) e pró-reitorado de Tommasino (Humberto Tommasino Pró-reitor de Extensão 2006 a 2014), - a partir da interpretação de construções ideológicas e conceituais da extensão, também programáticas que havia feito a Federação de Estudantes nos anos e décadas precedentes, e articulando-as com algumas tradições da extensão que estão disponíveis, como a extensão crítica, herdeira da educação popular latino-americana, como a concepção da docência em comunidade, da educação integral, formulou-se uma política de extensão.

Nesse contexto, o Programa Interdisciplinar Integral de Projeção Social e Comunitária da UDELAR (APEX) já existia, e o PIM nasce. Assim, se reformulam os projetos concursáveis, se impulsionam programas de formação popular, se procura impulsionar uma proprietária que se chamou "Integralidade", que integre as funções universitárias, que gere um diálogo de saberes e que integre as disciplinas. Isso deu lugar a várias políticas. A que mais se consolidou, além dos programas integrais (APEX e PIM), é a dos espaços de formação integral que se chamou "curricularização da extensão", porque se visualizava que, para que a extensão pudesse cortar a reprodução de seu lugar marginal na atividade universitária – supostamente marginal, mas marginal também simbolicamente e na quantidade de estudantes e docentes que a realizam – notou-se que na incorporação da extensão ao currículo podia-se, por um lado, cortar essa dinâmica de reprodução da marginalidade e, por outro lado, contribuir para transformar o ensino. O documento que finalmente foi aprovado pelo Conselho Executivo Central e que tem toda essa definição do ensino se chama "Pela transformação do ensino". Em geral, em outros lados, não se fundamenta assim a extensão. A extensão em geral se fundamenta para o lado de fora, porque vai ajudar no desenvolvimento da sociedade ou à conscientização do povo ou à emancipação cultural das pessoas ou à democratização do conhecimento. Há milhões de conceitualizações e termos que sempre colocam a fundamentação do lado de fora e aqui há uma fundamentação do lado de dentro.

A extensão é importante porque pode colaborar para a transformação dos estudantes universitários seja: integral, crítica, humanisticamente, etc. Essa política, então, foi muito importante, mas está posta de lado faz bastante tempo.

Pareceria que essa curricularização da extensão se estabilizou em uma curricularização, lhe chamemos assim, polemicamente inferior, no sentido de que os EFI's (Espacios de Formación Integral) ficaram nas disciplinas optativas e nas seletivas, majoritariamente, e pouco nas obrigatórias. E em um sistema de reorganização do ensino, como fez a regulamentação de graduação, onde o estudante constrói itinerário e tem créditos para optativas e eletivas, sendo o estudante quem vai construindo esse perfil, a extensão como optativa e eletiva é a mais exigente. "Eu posso conseguir os mesmos créditos que um EFI, fazendo uma atividade que implica muito menos esforço: implicar não pegar um ônibus para longe, menos horas de estudo, menos complicações". Contudo, mesmo assim muitos estudantes as fazem por diferentes razões. E muitos, com toda a lógica do mundo, porque eles quem escolhem, acabam optando por outra coisa que seja mais fácil. Porque, além disso, todos eles estudam e trabalham. Então aqui temos um tema que queremos ver.

Gerardo Sarachu Trigo: Além disso, falávamos também que a pandemia aguçou outros tipos de propostas virtuais.

Agustín Cano Menoni: Sim! O que complica os estudantes hoje. A semestralização também complica. Em um esquema como a extensão universitário, no qual a pessoa faz o processo de familiarização e construção de demanda, uma planificação (mais ou menos participativa) com quem se vai trabalhar, uma avaliação dessa planificação que está inserida em um plano de formação, e uma conclusão desse processo: tudo isso em um semestre, que na realidade é um trimestre e meio. Então, ficam os docentes tratando de juntar semestres ou retirando o estudante que depois continua atuando em outra Atividade. Toda essa parte está para resolver e aí teremos uma linha de trabalho.

Gerardo Sarachu Trigo.

Outra linha de trabalho que tem a ver com isso, é poder gerar um processo aqui na estrutura acadêmica da CSEAM (Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio) que reconheça a profissionalização da extensão que esta estrutura implica e o que ela já é. Aqui estão as pessoas que já se formaram, aqui estão as pessoas que implementaram coisas, que tem os saberes sobre o assunto e que nem sempre foram reconhecidos. Isso não somente é uma injustiça, mas também é uma perda institucional, porque as coisas se fazem mal, se fazem pior ou não se fazem bem do que poderiam fazê-lo quando se desconhece as equipes que se profissionalizaram no assunto.

Também queremos ter uma construção institucional que seja de acordo com esse lugar que conseguimos para a estrutura acadêmica da CSEAM e discutir com a estrutura acadêmica e o governo participativo, como se reestrutura a própria organização acadêmica daqui e como se vincula com as políticas que vão ser impulsionadas por ele. Então, tem outra segunda coisa que queremos (nova reitoria) fazer. Fortalecer os programas integrais que tu mencionavas é outra coisa que queremos fazer. O PIM E APEX, mas também está em curso um no interior, no litoral oeste. Também temos a ideia de montar um [Programa Integral] em Casavalle, também tem que ver o que acontece com a questão das prisões e alguns programas temáticos. Vinculado a isto tem toda a área que em outras universidades, como, por exemplo, no México está muito desenvolvido e aqui nem tanto: que é uma política ou uma estratégia, especificamente de extensão cultural e artística que também queremos pensar com a área social e artística, mas não só isso.

E depois queremos fazer uma política forte que vincule extensão com pesquisa e que os dois pró-reitores, de extensão e pesquisa, se juntem para concebermos, desde o princípio, essa política. E que não seja como agora: uma coisa que extensão faça e pede algo para CSIC (Comisión Sectorial de Investigación Científica) ou uma coisa que a CSIC faça e pede para a extensão que traga demandas. Então, pretendemos fazer um processo desde o início para ter uma política e aproveitar alguns instrumentos que pensamos que devem ser importantes nisso, como alguns institutos centrais de pesquisa que estão começando a funcionar e que terão muitos recursos e entendemos que devem ter uma proposta de extensão articulada a esta política. Também as pós-graduações, também os programas integrais e outra quantidade de instrumentos.

Estamos fazendo um processo de acordo de trabalho com o PIT (Plenario Intersindical de Trabajadores), que é a central sindical, a Convenção Nacional de Trabalhadores do Uruguai, centraliza todo o sindicalismo uruguaio do Uruguai. E estamos fazendo um processo de trabalho de um acordo de cooperação que vai ter diferentes partes. Nesse caso, estamos envolvendo a todas as setoriais (CSIC e CSEAM). Aparentemente o encontro de extensão de AUGM de 2026 será aqui. Nos ajuda nisso, acho que está bastante encaminhado. E então nesse marco queremos fazer um encontro sul-americano de experiência de colaboração de universidades públicas com movimentos sindicais: há várias ideias também nessa linha.

Depois queremos fazer uma política que outras gestões da reitoria, que te mencionava, fizeram uma política de desenvolvimento da pesquisa em faculdades que tinha menos atuação na área de investigação. Queremos fazer o mesmo com a extensão, um programa de desenvolvimento da extensão para aquelas menos desenvolvidas. E que seja um programa em que não dizemos às pessoas quê tipo de extensão tem que se desenvolver, como uma espécie de catequese, mas que construamos com as tradições disciplinarias, acadêmicas, profissionais, específicas, essa política. Ou seja, não nos abster de dar orientações, de indicar porque uma política é isso, mas sim, nos abster de não escutar, de não partir das condições concretas. E isto vai na mesma direção de outra coisa mais conceitual ou política: é que pensamos que a extensão crítica é o orientador geral da política de extensão. Contudo, a extensão crítica não pode se limitar a fazer uma versão universitária da educação popular da década de 1980, por assim dizer, com uma espécie de caricatura. Mas que deve ter uma agenda que ponha no centro da democratização do conhecimento: o mundo que vivemos, o desenvolvimento da tecnologia, a robotização, a inteligência artificial gerada no que vivemos. O que implica a democratização do conhecimento neste mundo? Como essa democratização do conhecimento transcende o paradigma do acesso livre e encarna em um sujeito popular que se aproprie desse acervo de tecnologia como parte de uma construção social nova. E o que colaborar nisso. Essa seria a coluna extensionista de um processo que, cerca à emergência do conhecimento, articulará tudo o que faz na universidade. Já não importará tanto dizer "isto é pesquisa", "isto é extensão". O projeto de extensão cultural e artística que entenda o que implica uma política cultural e artística da universidade no contexto do crescimento do neofascismo no mundo e na região? O que implica subverter lógicas de estigmatização e expulsão de grupos humanos inteiros?

Então, se extensão crítica implica tudo isso, então queremos ir a uma construção que não será nova, porque nada é novo, que surgirá de onde viemos, e que será o diálogo dos que somos, mas que também irá ao encontro de outras pessoas a nível internacional. E vamos tratar de gerar uma construção nova entre todas e todos. Eu não posso te dizer qual é, porque tenho algo como uma proposta: para onde ir? Logo vamos ver nesse caminho o que podemos construir. O que sim, queremos, é sair de um lugar da extensão que ficou como um espaço de coisas pequenas que se comprazem em, precisamente, no seu pequeno tamanho, ou de coisas que desde fora não se entendem, que foram se estigmatizando com muita facilidade. Então ali tem que haver uma construção que seja, pensamos que o tema de democratização do conhecimento e o tema da política cultural, podem ser dois eixos, por exemplo, que juntos nos ajudem a mover coisas, discutindo outras coisas, e que isso mova um pouco algum obstáculo que às vezes temos.

Tudo isso reconhecendo que também a formação na extensão é importante, a comunicação na extensão é importante e que isso as pessoas que trabalham na extensão, as que estão aqui, as que estão nos programas integrais, as que estão no interior, são fundamentais para gerar discussões, para alimentá-las e para potencializar propostas de formação e de políticas de extensão que queremos fazer.

Revista da Extensão: Me parece que aqui na UDELAR vocês já têm muito mais uma articulação com outras universidades da América Latina e me parece que nós, brasileiros, não estamos tão em rede assim. Temos visto muito problemas globais, de crises climáticas, guerras e movimentos migratórios. No Rio Grande do Sul vivemos a emergência climática, com chuvas excessivas e secas. Dessas crises, de repente acontece algo parecido aqui no Uruguai em relação ao movimento migratório. E quando pensamos em soluções para esses problemas globais, são as grandes potenciais do Norte Global que querem apresentar as soluções. Contudo, será que as soluções para essas grandes crises não passam pelo Sul Global, pela própria Extensão Universitária?

Esta extensão que é construída com a comunidade na base, é que é capaz de encontrar soluções para estes grandes problemas. Queria saber a visão de vocês um pouco sobre isto: qual a potencia da internacionalização

Universidade da República do Uruguai (UDELAR).

da extensão. Como podemos construir pontes, projetos em cooperação, semelhantes ao que estão construindo com Argentina, México, etc

Agustín Cano Menoni: Este é um assunto muito importante, pois está na origem da extensão na América Latina. Por exemplo, a reforma de Córdoba é um primeiro momento de internacionalização da extensão muito importante e aparece a extensão em todos os encontros estudantis. Se olharmos para atrás, já em 2008 aqui está a extensão. E se olha para o pós, em 2018 e em 2021 no México, aparece a extensão e assim por diante. E construções específicas, que se alimentam entre si, as universidades populares. As missões nos anos 1940 e em 1949 quando se cria a UUAL, a União de Universidades de América Latina - que é a primeira -, ou seja, junto com a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que se cria junto, acho que um ano antes, é a primeira vez que aparece América Latina em um organismo até então América Latina competia com América Seca, com panamericanismo ou o ibero-americaníssimo nos debates. E a extensão participa desse processo, ao ponto que UUAL, das primeiras conferências que organiza, logo que é criada, é sobre difusão cultural e extensão universitária na América Latina.

Faço este preambulo porque nas políticas "mainstream" de internacionalização, muitas vezes se copiam as agendas do norte e então aparecem os assuntos que têm a ver com a organização de um mercado universitário para que possam circular provedores e consumidores e que haja controles de qualidades ou não. Ou a avaliação também da investigação cientifica fica, muitas vezes, subordinada a um mercado editorial. E não poucas vezes essas agendas são as que terminam definindo os assuntos de internacionalização. Se fazes os exercícios de entrar nos principais índices de pesquisa em educação superior e comparar quantos "Papers" encontrarás sobre o tema de avaliação da educação superior versus extensão ou "Community Engagement", verás que é impressionante a diferença.

O certo é que, em relação ao que dizias, sim, se alguém acha que existe uma geopolítica do conhecimento, como existe, que existem multinacionais que têm mais pesquisadores e mais estimativa que estados inteiros, em particular que o Uruguai. Há um sociólogo norte-americano, que citou uma imagem que eu acho muito potente: ou seja que há a existe de uma OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) do conhecimento, que está no triângulo entre algumas universidades, alguns editoriais e a indústria. Há uma OPEP do conhecimento que publica em inglês e que aqui sofremos para publicar e subtrair o conhecimento. Então, ficamos a serviço dessas redes.

Então, construir um latino americanismo que possa ser um contrapeso no marco da geopolítica geral, porque na realidade é o mesmo problema, é muito importante. Sobretudo na conjuntura atual onde as instituições da globalização neoliberal estão rachando e desabando. Não é porque vemos que os Estados Unidos tiram o financiamento da Organização Mundial da Saúde, da FAO (Food and Agriculture Organization), mas não estão desabando porque construímos melhores instituições. Estão desmoronando porque nossos países estão fascistizando ou porque querem a volta da guerra. Então, a integração latino-americana é mais importante do que nunca. Ou a integração sul-sul é mais importante do que nunca. E em uma perspectiva onde as universidades tenham um rol protagonista, como também sempre tiveram - porque a internacionalização das universidades preexiste na história - a internacionalização dos estados – porque preexistem as universidades nos estados. Mas Giordano Bruno, quando a inquisição italiana o perseguia, se refugiou na Universidade de Paris. Então, isso está na essência do que é a universidade.

O que acontecer, em particular, com a internacionalização da extensão, neste panorama? Acredito que muito e que é muito importante. Primeiro, escalas regionais de abordagem de problemas comuns, como, por exemplo, os projetos de fronteira, que já existem, e que devem ser estudados, mapeados e apoiados. Projetos que abordem questões que tenham a ver com a vida das pessoas e os temas ambientais junto aos temas sociais em geografia, regiões, aquífero Guarani, bioma pampa, por exemplo. O que quero dizer é que há fenômenos sociais e ambientais que, assim como a escala local, é a extensão, em geral, que está situada, localizada e tem a capacidade de atuar e solucionar esses problemas.

Além disso, a extensão é importante também nas próprias construções universitárias dessa internacionalização. O que implicam essas colaborações? Como podemos gerar mobilidade e formação em relação aos temas da extensão, publicações etc. Sobre isso, acho que o roll do Brasil é muito importante pelo que é como potência e o roll de uma integração, de uma intitulação de coisas que possam gerar um financiamento sustentável, por gerar contrapesos à dinâmica pelas quais acontece o que se costuma chamar "a fuga de cérebro". Eu não gosto dessa expressão: primeiro que não é uma fuga e segundo que não são somente cérebros. Então, há contrapesos que podem gerar a escala universitária. Revistas que tenham outra forma de avaliação, mobilidades e financiamento de projetos e de pesquisas, incluindo as organizações, e que gerem uma agenda de pesquisa e de extensão própria.

Revista da Extensão: Sim, recentemente, falava com Gerardo sobre o afastamento de nossa universidade, em especial da AUGM, que é um grande organismo que pode fortalecer este tipo de ação. Agora, gostaria de perguntar sobre a inserção curricular de vocês aqui na UDELAR. Gostaria que comentassem um pouco sobre foi o processo de inserção da extensão nos currículos de graduação aqui? Claro, vocês já têm um trabalho muito forte de extensão crítica, mas imagino que nem sempre houve um consenso entre todos envolvidos de como potencializar a extensão crítica. E, nesse sentido, minha pergunta é: Qual é a importância de programas integrais como o PIM e o APEX para estes processos de inserção curricular?

Agustín Cano Menoni: Primeiro, a participação de estudantes de forma curricular na extensão não se

iniciou com essa política de curricularização da extensão, ela já existia. Há muitas modalidades, as práticas pré-profissionais são muito diversas e onde acontecem coisas muito distintas entre si, muitas têm a ver com processos de extensão, outras não. Os serviços, a assistência, em um espectro amplo de coisas, algumas faculdades mais que outras tinham [elementos de extensão no currículo]. O que houve, nesse período da inserção curricular, foi um impulso de uma política para que generalize isso. A extensão crítica é uma conceitualização aberta que também busca interpelar as coisas que se fazem. Não é que seja uma doutrina que todos aceitam e aplicam. Há uma multiplicidade e um debate que está aberto e tudo bem que seja assim.

Gerardo Sarachu Trigo: Inclusive há equívocos importantes, como estava falando Agustín, de cair em uma armadilha identitária, de dizer: "Bom, isto é extensão e este outro não". E na realidade nós participamos de uma crítica. Também é extensão. Há distintas concepções acerca da extensão e talvez devamos reconhecer mais distintas epistemologias que se juntam em pensar como me vínculo a isso? Como me relaciono com o conhecimento, com as organizações? De que forma participam na produção de conhecimento? Como trabalham em vínculo, em relação com as pessoas e comunidades? Me parece que a ideia que foi se construindo a questão da curricularização foi a da integralidade, digamos. Mais que a extensão crítica, senão nessa busca de combinar de forma distinta o ensino, a pesquisa, a extensão, o caráter interdisciplinário, um vínculo com as organizações sociais e o diálogo permanente e sustentável. Então os programas integrais cumprem um papel central. Em que sentido? Que garantam o que também menciona Agustín, de lhe dar continuidade a práticas que nas faculdades estão muito fragmentadas, ou por semestre ou por trimestre ou por diferentes formas de organizar o currículo. Assim, é possível que os estudantes entrem e saem, mas há uma sustentação no projeto/trabalho mais permanente. Não somente com os programas integrais, mas também como outros dispositivos, que vão nessa mesma direção de favorecer um vínculo com os atores e sustentar uma relação de longa duração que não se guie somente pela dinâmica curricular.

Agustín Cano Menoni: Sim, estou totalmente de acordo com tudo o que disse o professor [Gerardo]. A extensão com diferentes definições e características está presente em quase todas as universidades latino-americanas, é uma função. Mas, em algumas é uma função da instituição e não dos docentes. Por exemplo, no México é uma função que as universidades têm que fazer. As universidades têm departamentos de extensão, de extensão acadêmica, de educação, da cultura e de educação científica. E tem pressupostos sólidos que orientam funcionários técnicos e docentes universitários.

Aqui, no Uruguai, na nossa universidade e em outras, mas em particular nesta, a extensão é as duas coisas. É uma missão institucional, mas também é uma atividade que está no Estatuto de Personal Docente. O que nós docentes temos que fazer dependendo da quantidade de horas que tenhamos e na graduação. E isto colabora, precisamente, ao que a extensão pode fazer com os estudantes enquanto ensina e enquanto pesquisa. Mas, claro, na realidade os arranjos são diferentes e está bem que haja distintos perfis.

Como dizia o professor, um programa integral cumpre várias funções e na sua natureza territorial permanente consegue sustentar o processo do diálogo com a comunidade. Então pode entrar e sair projetos que às vezes são somente de pesquisa, às vezes, são de formação. E que seria um pouco absurdo a cada projeto examiná-lo em um contato amplo. Por que é preciso ver o conjunto de arranjos institucionais, pedagógicos, universitários que se colocam em jogo para gerar um processo onde, visto em conjunto, responde a uma demanda, a uma necessidade social. Aqui se trabalha em diálogo com o ator social que participa do desenho desta atividade e se apropria dos resultados. Se produz conhecimento, se forma o estudante e seria absurdo se a cada partezinha, a cada docente, todo o tempo se lhe aplicasse um monte de questionários, de "extensômetro". Acho que não temos bem resolvido este tipo de coisa ainda e às vezes isso acontece e faz ruído nas comunidades.

Revista da Extensão: Sim, isso acontece no Brasil também. A extensão não é um formato único, mas múltiplos processos. Há métodos e princípios de trabalho na Extensão Universitária que devem ser observados e estudados, principalmente nesse contato com as comunidades. Necessitamos construir laços mais duradouros com as populações, construir juntos processos emancipatórios e autônomos. Nesse aspecto, outra prática que chama atenção é a extensão realizada "para dentro" da Universidade. Atividades que são construídas para o bem-estar universitário, para o fortalecimento da permanência estudantil, etc.

Universidade da República do Uruguai (UDELAR).

Como vocês entendem essa prática que é, muitas vezes, denominada, equivocadamente, como extensão universitária?

Agustín Cano Menoni: Isso acontece por muitos lados. Como aqui, por exemplo, o bem-estar universitário, políticas assim, se incluem. Inclusive como paradoxo, extensão interna...

Gerardo Sarachu Trigo: Mais como responsabilidade social do que universitária, que é outra tradição, que na realidade, vem do campo empresarial. Aqui esse tipo de prática também se realiza, são necessárias, mas, de alguma maneira, têm a ver com outra forma. Acho que, quando se reúne com a pró-reitoria de gestão, com esses programas mais gerais de legitimar à universidade no conjunto da sociedade, que é necessário, mas que não necessariamente passa por atividades que são de universidades portas abertas. É outro tipo de encontro, de evento, que não necessariamente são de extensão ou são, melhor dizendo, de divulgação ou difusão. Me parece que está bem lhe dar um lugar, mas como expuseste, não necessariamente na extensão.

Mas, indo além da extensão, acho que é necessário abrir essa perspectiva. Penso que, o que propôs Agustín, de como aprender com determinadas disciplinas ou espaços da universidade que estão querendo vincular-se de outra maneira com a sociedade e que não necessariamente encontram uma forma. Acredito que nisso há uma contribuição importante para gerar, digamos, isso que falávamos. Quando existem determinados programas de extensão, habilitam que laboratórios que nunca planejaram sair para fazer algo fora, a partir de uma proposta, uma demanda, apareçam e se vinculem.

Há vários exemplos. Agora estamos em um (projeto) com água. Na faculdade de química há um povo grande, no centro de Paysandú, um laboratório forte de análises de água, dos diferentes usos da água e de suas qualidades. Nunca se havia proposto a vinculação direta com uma cooperativa de produção, de trabalho, que vem tendo problemas relacionados ao uso da água e, pensamos, como nós enquanto universidade, podemos contribuir. Poder fazer essa conexão supõe colocar em diálogo culturas distintas também. Ali isso só foi possível pois havia uma equipe que vínhamos mantendo, desde 2015, um vínculo com esses coletivos que se organizam naquele território e isso permite uma aproximação que seja entendida por todos e não rejeitada de imediato. De modo que os coletivos entendam o que dizem os estudiosos que vem de uma outro cultural, usam outro linguajar, etc. Traduzir diferentes linguagens e habilitar o intercambio supõe uma série de ações que, como dizia Agustín, nem sempre se reconhecem como parte de uma lógica de ir construindo essa confiança e que se pode conectar com isso. E, então, não há limite.
O limite tem a ver com nossas próprias capacidades. Na medida que também se foram desenvolvendo, a própria universidade, a descentralização gerou vários polos, com essa ideia de polos de desenvolvimento que podia ser questionada, mas hoje que estão instalados geraram boas dinâmicas.

Penso que vem a aposta de como isso que se foi produzindo nesses polos começa a ter, também, vínculo com o conjunto da universidade. Acho que o mesmo com os institutos centrais. Sobre o estancamento da extensão que relatava Agustín, deveríamos poder transcender. Por que somente a graduação? Devemos inclui pós-graduação na Extensão Universitária. As pesquisas, as teses, não poderiam ter um componente de extensão? Como fazemos para que isso aconteça? Agora foi a criação de quatro ou cinco institutos centrais, que acho que é bom para discutirmos. Qual a política de extensão para estes institutos centrais? De que maneira darão condições para que docentes e estudantes de pós-graduação se vincularem com a extensão?

Também se deve pensar em outras políticas, visto que, talvez, não sejam os mesmos instrumentos que na graduação e requerem outra série de estratégias que não estão construídas. Deve ser apurado o engenho e a criatividade para motivar. O certo é que, quando se produzem alguma dessas coisas, te surpreendes visto que o que antes pensava de alguns pesquisadores totalmente desconectados do meio, pode ser que são esses que se dispõe com mais vontade de produzir. Penso nos clubes de ciências, a química está demais! Há vários instrumentos que desenvolveram e que poderiam ser potencializados nesse tema, em uma oficina de matemática. Outra série de coisas que nesta ideia de sistema educativo que, às vezes, a universidade em sua autonomia, termina dialogando com o que vem do ensino fundamental e médio.

Se bem grande parte dos projetos de extensão trabalham nas escolas e no ensino médio, nem sempre surgem planificação. O centro de formação docente daqui teve a ideia de fazer uma programática de extensão um pouco mais ampla e são processos que foram interrompidos, infelizmente.

Revista da Extensão: Gerardu e Agústin obrigado por esse conversa riquíssima e por explanar tantos projetos e entendimentos sobre a extensão universitária na UDELAR, no Uruguai e na América Latina. Obrigado. ◄

Entre ruínas e memórias: educação patrimonial e extensão universitária na Região Carbonífera do Rio Grande do Sul

Lucas Specht[1], Maria Paula Gonçalves Cabral[1], Clarice Gontarski Speranza[1], Liana Severo Ribeiro[1], Monica da Silva Leitão[1], Deborah Radke Toloni[2], Julia Melo da Silva[1], Lilian Aparecida da Silva de Matos[1], Sabrina dos Santosa[1]
[1]Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - IFCH/UFRGS
[2]Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FA/UFRGS
E-mail: lucas.specht214@gmail.com

Resumo

Criado em agosto de 2023, o projeto de extensão "História e Memória do Trabalho nas Minas de Carvão do Rio Grande do Sul" teve como objetivo valorizar o patrimônio industrial da região carbonífera, tensionando a construção patrimonial do Museu Estadual do Carvão por meio de ações educativas. Fruto da parceria entre o Museu e o Departamento de História da UFRGS, o projeto produziu materiais didáticos e atuou em escolas da região via o projeto Museu na Escola. Em maio de 2024, diante das enchentes que atingiram o museu, o projeto auxiliou na catalogação do acervo afetado e elaborou um caderno pedagógico voltado à educação patrimonial. Participou ainda de atividades de pesquisa e divulgação científica em eventos locais, nacionais e internacionais, reforçando o compromisso com uma extensão crítica e dialógica, que busca resgatar memórias subalternas e promover o ensino de História a partir do patrimônio.

Palavras-chave: educação patrimonial; patrimônio industrial; Museu Estadual do Carvão; extensão universitária.

Resumen

Creado en agosto de 2023, el proyecto de extensión "Historia y Memoria del Trabajo en las Minas de Carbón de Río Grande del Sur" tuvo como objetivo valorizar el patrimonio industrial de la región carbonífera, pensionando la construcción patrimonial del Museu Estadual do Carvão a través de acciones educativas. Fruto de la asociación entre el Museo y el Departamento de Historia de la UFRGS, produjo materiales didácticos y actuó en escuelas de la región mediante el proyecto Museo en la Escuela. En mayo de 2024, ante las inundaciones que afectaron al Museo, el proyecto colaboró en la catalogación del acervo dañado y elaboró un cuaderno pedagógico orientado a la educación patrimonial. También participó en actividades de investigación y divulgación científica en eventos locales, nacionales e internacionales, reafirmando su compromiso con una extensión crítica y dialógica, que busca rescatar memorias subalternas y promover la enseñanza de la Historia a partir del patrimonio.

Palabras clave: educación patrimonial; patrimonio industrial; Museo Estatal del Carbón; extensión universitária.

Introdução

Valorizar, promover, problematizar e divulgar: esses foram os verbos que deram início ao Projeto de Extensão "História e Memória do Trabalho nas Minas de Carvão do Rio Grande do Sul", fruto de uma parceria entre o Departamento de História da UFRGS e o Museu Estadual do Carvão. Construído coletivamente a partir de agosto de 2023, o projeto teve como objetivo principal promover a valorização do patrimônio industrial da região carbonífera gaúcha, junto com o resgate da história e da memória dos trabalhadores — a partir do espaço do Museu e de seu acervo museológico e arquivístico — por meio de ações voltadas à divulgação do acervo e das pesquisas recentes a respeito do trabalho mineiro, e ao diálogo com escolas da região e com o público em geral.

O Museu Estadual do Carvão está situado em Arroio dos Ratos, em uma área de 10 hectares, preservando as ruínas da primeira usina termoelétrica a carvão do Brasil, fundada em 1924, assim como do antigo "Poço 1", inaugurado em 1908. Além disso, desde 2012, conta com o Arquivo Histórico da Mineração, composto por 10 fundos documentais relativos à exploração do carvão no estado entre os anos de 1889 e 1996, tratando-se de um dos principais acervos sobre a história do trabalho na mineração de carvão do país e da América Latina. O Museu é uma instituição administrada pela Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC).

Figura 1 - Mapa da região carbonífera do RS.
Fonte: Movimento Democrático Brasileiro, Diretório Estadual do RS – MDB/RS (2018).

Tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Rio Grande do Sul (IPHAE-RS), o complexo patrimonial do Museu apresenta os espaços nos quais trabalhadores da mineração de carvão dedicaram suas vidas à extração desse minério, que detinha papel fundamental na economia nacional em boa parte do século XX. Fundado em 31 de março de 1986, o Museu tem o objetivo de preservar o patrimônio histórico-cultural da Região Carbonífera Gaúcha. Entretanto, segundo Freitas (2015), a população não participou do projeto de patrimonialização do espaço que hoje se identifica como o Museu Estadual do Carvão. Esse processo desencadeou a construção de um patrimônio que apresenta ruínas, prédios e ferramentas, mas esquece daqueles e daquelas que davam sentido ao espaço hoje patrimonializado, isto é, os trabalhadores e trabalhadoras, essenciais na edificação, vida e continuidade do que é hoje o Museu e seu espaço.

Tensionar a construção patrimonial — como processo intrínseco entre espaço/tempo/pessoas — é também um dos objetivos do projeto. As camadas de memórias contidas em cada tijolo que mantém em pé as ruínas da usina termoelétrica revelam agentes históricos diversos que agiram frente à forma de trabalho que estava colocada e à sociedade que se construía ao seu redor. Por isso, objetivamos pensar um museu ampliado, justamente porque "os vestígios do período áureo da mineração de carvão, tanto materiais quanto imateriais, estão presentes no cotidiano da população. São casas, clubes, escolas, hospital, religiosidade voltada ao culto à Santa Bárbara" (Freitas, 2015, p. 16) e, claro, o Museu Estadual do Carvão.

Nessa caminhada extensionista, a equipe do projeto foi composta pelas coordenadoras (Professora Dra. Clarice Gontarski Speranza, do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História (PPGH) e do ProfHistória da UFRGS, e Liana Severo Ribeiro, historiadora do Museu Estadual do Carvão e, desde 2024, doutoranda do PPGH) e por estudantes da graduação em História. Após realizar atividades como produção didática e oficinas, o projeto precisou reavaliar seu caminho e futuras ações em maio de 2024, após ser impactado pela maior catástrofe climática do RS.

O presente artigo busca apresentar, a partir das diversas experiências que vivenciamos no projeto, as formas possíveis de tensionar e compartilhar as experiências, histórias e vidas por detrás do processo de patrimonialização do Museu Estadual do Carvão.

Perspectivas teórico-metodológicas

A Constituição Federal de 1988 apresenta, em seu Artigo 207, a demanda da indissociabilidade entre três pilares constituintes das universidades brasileiras: Ensino, Pesquisa e, assunto do presente artigo, a Extensão. A partir do ano de 2023, implementou-se a curricularização da extensão, levando à obrigatoriedade de que os currículos dedicassem 10% de sua carga horária voltada às práticas extensionistas. Tendo em vista as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução CNE/CES nº 07/2018 do MEC), que orientam que as práticas extensionistas promovam a interação entre a universidade e a sociedade, compreendemos que a extensão deve proporcionar ao estudante uma formação complementar alinhada com as demandas sociais, tendo como um de seus princípios o compromisso ético com o coletivo. A partir dessa interação, o estudante se torna um dos protagonistas desse processo ao participar ativamente da construção do conhecimento, em diálogo com os saberes trazidos pelos locais. Além disso, as diretrizes reforçam que esse protagonismo estudantil na atuação extensionista deve ocorrer de maneira "não profissionalizante", compreendendo essa atuação como um espaço de ampliação de repertórios e de diversidade

de experiências, ancorando-se nos princípios éticos que expressam o compromisso social da instituição.

Os resultados do movimento extensionista se mostram a partir da reciprocidade presente nesse processo entre a instituição e a sociedade, fortalecendo, assim, a função social que a universidade deve ter e reafirmando o seu papel como instrumento de transformação.
Ao ultrapassar os limites físicos e simbólicos da universidade, o presente projeto se constitui a partir do entendimento de que o conhecimento não reside apenas no ambiente acadêmico, mas é construído coletivamente, assumindo como perspectiva que a extensão é uma via de mão dupla.

Munidos dos ensinamentos teóricos enquanto participantes do projeto, passamos para a parte prática que a extensão exige. Esta poderia se concentrar apenas em visitar escolas, conversar com a comunidade, visitar o museu e trabalhar com o que nos estava dado, isto é, o Museu em si. Contudo, buscamos construir uma prática extensionista de mão dupla, em que, ao mesmo tempo que problematizamos as questões referentes à patrimonialização do museu e da região — problematizações que construímos coletivamente na nossa etapa teórica —, entendemos que não nos bastaria uma ação em que depositássemos o que aprendemos em sala de aula, mas, sim, que a nossa prática necessita trabalhar e somar com as histórias e, principalmente, com os usos que a comunidade local faz do espaço patrimonializado.

Ao trabalhar com o patrimônio edificado, mobilizamos a educação patrimonial. Acreditamos ser importante ressaltar nossa premissa desse conceito, o qual atravessou todas as nossas ações educativas. Entendendo que a patrimonialização de espaços segue uma ligação umbilical com as relações de poder, ou seja, é evidente que a estruturação do Museu do Carvão se estabeleceu a partir de determinadas bases que se relacionam com o poder vigente. A educação patrimonial visa problematizar essas noções, trazendo aos debates os agentes históricos que foram protagonistas no que hoje é o patrimônio e que o fazem existir no presente. Portanto, para nós, "a educação patrimonial passou a ser concebida como um processo dialógico, participativo, de construção coletiva de conhecimento acerca das referências culturais e de fortalecimento dos grupos sociais" (Demarchi, 2022, p. 44).

Calcado nessa premissa de construção dialógica, o projeto de extensão, em suas inúmeras práticas, visou problematizar e fazer emergir as camadas de memória marginalizadas que o museu abriga em seu acervo, contrariando narrativas hegemônicas que reforçam uma representação homogênea e de caráter excludente da comunidade de trabalhadores mineiros, marcadamente masculina, branca, envolta em uma ordem social paternalista e heteronormativa.

Essas perspectivas não foram notadas somente a partir da análise de textos e fontes históricas, mas, principalmente, através do diálogo e da materialização do espaço do museu, os quais levaram à construção de conceitos que se demonstraram importantes em momentos posteriores. Foram longas as viagens de cerca de uma hora até Arroio dos Ratos (muitas delas patrocinadas por meio do Programa de Fomento da Pró-Reitoria de Extensão), muitas caminhadas e conversas para coletivizar o que entendemos e percebemos do espaço como potência no ensino de história e como espaço de memória e luta dos trabalhadores.

É a partir daí que começamos a articular o que entendemos pela história da mineração e dos trabalhadores, como conseguimos enxergar — ou pior, não enxergar — essas memórias dentro do patrimônio monumentalizado.

A escolha secundária do museu, aos nossos

Figura 2 - Ruínas do antigo complexo carbonífero e atual conjunto do Museu Estadual do Carvão.
Fonte: Solange Brum | Ascom Sedac/RS.

olhos, passou pelas pessoas que fizeram parte da história da mineração no Estado.
Os mineiros — não todos, obviamente —, mineiros brancos, foram o tipo ideal escolhido para a representação do contexto carbonífero no RS. Escolha essa que não corresponde à realidade, pois ela é definida por:

> personagens e grupos sociais marcados por marcações étnico-raciais ou de gênero subalternizadas, grandes contingentes da classe trabalhadora mineira, que não são apresentados como protagonistas da memória coletiva ou da constituição dos respectivos patrimônios históricos (Bica, 2022, p. 17).

Por que, então, essa escolha tão contraditória com a realidade? Pensar o patrimônio histórico no projeto de extensão foi pensar em pessoas, suas vidas, trabalhos e experiências que cruzaram o que hoje é o Museu. O patrimônio, seja material ou imaterial, não se cria sozinho: ele é resultado da necessidade de alguém ou de um grupo reafirmar algo; logo, o percurso do patrimônio no Brasil não difere disso, sendo, como posto, fruto das relações de poder.

A história brasileira é marcada pela busca do branqueamento (Dávila, 2006), e isso se faz presente nos modos como o patrimônio se constitui no nosso imaginário.

O que se percebeu foi, em primeiro lugar, a coisificação dos objetos (Costa, 2017). Os itens que compõem o acervo museológico parecem ter sido selecionados sem um trabalho que procure neles a vida, as pessoas e subjetividades que lhes são intrínsecas. Como pontua Witkowski (2019), no acervo do Museu "encontram-se [...] diversos utensílios, ferramentas e materiais utilizados no interior das minas, nas oficinas, laboratório, escritório, etc." (p. 45). E, posteriormente, a seleção desigual dos protagonistas da história da mineração no RS, privilegiando alguns grupos. Foi nesse ponto que o projeto de extensão encontrou seu trabalho inicial.

Assim, o projeto de extensão passa a trabalhar com pontos que não se percebiam no patrimônio monumentalizado. Mulheres, negros, crianças, espaços de sociabilização, condições de trabalho, a sociedade mineradora foram os

temas evidenciados pelo projeto, a fim de propor um primeiro distanciamento da ideia de que o mundo da mineração foi exclusivamente branco e masculino. Para isso, nos concentramos na elaboração de materiais didáticos e outras atividades que pudessem trazer à discussão esses outros grupos não evidenciados no Museu.

O projeto em ação

Ainda no ano de 2023, o projeto usou o acervo do Arquivo Histórico da Mineração para elaborar cartazes que versassem sobre temas relacionados ao trabalho da mineração de carvão. Eles foram impressos na Gráfica da UFRGS, a partir do fomento da PROREXT, contando com o projeto gráfico da então graduanda de Design da UFRGS, hoje formada, Débora Radke. Os materiais apresentavam imagens e relatos que dialogavam com as premissas do projeto, pensando-os como importantes suportes para a problematização das questões que queríamos levantar. O objetivo era utilizar os cartazes em escolas da região carbonífera. Assim o fizemos a partir do projeto Museu na Escola, criado pela coordenadora do projeto, Liana Ribeiro.

Figura 3 - Projeto Museu na Escola.
Fonte: Arquivo pessoal.

O projeto Museu na Escola surgiu em função de questões internas à instituição Museu do Carvão. Devido a obras de infraestrutura no complexo, não era possível agendar mediações com as escolas, principal público que o museu busca atingir. Assim, a parceria do projeto de extensão com o Museu na Escola serviu para aproximar e sensibilizar alunos e alunas da educação básica acerca do conceito de patrimônio e sua relação com a história e a memória dos trabalhadores da região. As mediações eram organizadas principalmente a partir do próprio material produzido pelo projeto, desde a apresentação até os materiais didáticos.

Foi visível, nos primeiros contatos, um estranhamento em relação ao conceito de patrimônio em si, ao mesmo tempo que os alunos demonstraram que ele era pertencente às suas vidas. Os estudantes partilhavam suas experiências, a partir de relatos sobre seus familiares que trabalhavam na mineração, e como isso afetava aspectos da sociabilidade, da política e até mesmo da saúde da população nas diversas vilas mineradoras, hoje cidades emancipadas. As oficinas do Museu na Escola foram realizadas em diversas cidades, com ênfase em Arroio dos Ratos e Butiá.

É a partir do contato direto com o público, sobretudo com os estudantes da educação básica, que conseguimos aprimorar nossas noções, colocando-nos diante do conjunto teórico que havíamos trabalhado. Através do Museu na Escola, o projeto consegue aprimorar suas produções, entendendo quais eram as principais narrativas e conceitos estabelecidos pelo público geral quando se pensa em patrimônio, história e mineração. Percebeu-se a existência de uma história "oficial" da mineração nas comunidades, narrada através da premissa do mineiro, com sua masculinidade incontestável e sua bravura para enfrentar os percalços do trabalho da mineração. Assim, o projeto passa a questionar a construção social no ensino de História da região carbonífera e procura reconhecer a presença e as desigualdades dos diferentes grupos sociais que a formaram como centrais na reflexão sobre os bens patrimonializados na região, sendo o Museu Estadual do Carvão o exemplo maior dessa representação.

Para refletir acerca desses aspectos, dialogamos com Simone Scifoni, que, ao refutar o lema "conhecer para preservar", defende a educação como direito social. Para os alunos da educação básica da região, como coloca a autora, a

> educação não é solução para o patrimônio, ela é direito social e necessidade é, portanto, condição inerente à preservação uma vez que é, a partir dela, que se pode problematizar a memória oficial e o passado, as políticas públicas de preservação e reconectar as pessoas ao patrimônio (Scifoni, 2019, p. 29).

Ou seja, a partir dessas perspectivas de educação patrimonial como processo educativo para problematizar as diferentes camadas de memória do patrimônio edificado do Museu Estadual do Carvão e, por meio da chave da análise interseccional de gênero, raça e classe, pretendeu-se reconectar a região e a população ao patrimônio do museu, direcionando, então, o olhar para novas formas de pensar e ensinar acerca da história regional.

A enchente e o caderno pedagógico

Nessa toada, ainda no ano de 2024, o projeto se vê atravessado — assim como todo o Estado — pelas enchentes que marcaram o ano letivo, a vida e a memória dos gaúchos. O complexo do museu esteve, por três dias, inundado por dois metros de água. O espaço do museu mais impactado foi o arquivo. Cerca de 650 caixas de documentos foram encharcadas. Pela ação rápida da equipe do museu, em especial da historiadora Liana Ribeiro e da diretora Jordana Bortolotti, com apoio técnico do professor Jorge Vivar, do curso de Arquivologia da UFRGS, e da conservadora Kathia Berwanger, os documentos foram congelados em um frigorífico desativado na cidade de São Jerônimo. Atualmente, esses documentos estão na Casa de Cultura Mario Quintana, em Porto Alegre, em estágio de restauro e, já nas dependências do Museu Estadual do Carvão, em reorganização arquivística.

Diante dessa catástrofe climática, coube ao projeto auxiliar da maneira que lhe era possível, naquele momento, por meio de duas bolsas concedidas pela Prorext, através do Edital de Fomento à Inserção Curricular para Enfrentamento à Calamidade no Rio Grande do Sul. As bolsistas Julia Melo, Lilian Matos e Mônica Leitão auxiliaram na catalogação de documentos já digitalizados do museu. Para isso, o projeto articulou uma rede de pesquisadores que já realizaram atividades no arquivo e tinham captado imagens do acervo. Além disso, a partir da prática desenvolvida no projeto Museu na Escola, nesse momento das enchentes, reelaboramos os primeiros cartazes, tornando-os mais didáticos e inserindo novas temáticas: o protagonismo negro, o protagonismo feminino e, claro, as enchentes nas minas.

Os graduandos Lucas Specht, Maria Paula Cabral, Mônica Leitão e Sabrina dos Santos, integrantes do projeto, cursavam, no período das enchentes, a disciplina de Estágio em Educação Patrimonial, lecionada pelas professoras Carmem Gil e Melina Perussatto. Articulamos, desde o início, a integração de nossa prática de estágio com a de extensão, tendo como instituição em que se realizaria a mediação — atividade exigida pela disciplina — o Museu do Carvão. Entretanto, em maio,

as águas tomaram o espaço. Em diálogo com a equipe do projeto, precisamos recalcular a rota e pensar em alternativas. Com a impossibilidade de trabalhar presencialmente no museu, os alunos que fazem parte do projeto realizaram a construção de um material didático direcionado aos educadores da região carbonífera que pretendem pensar a educação patrimonial, a história do museu e a memória dos trabalhadores em sala de aula.

A produção deste caderno pedagógico, enquanto ferramenta de apoio aos docentes da Educação Básica, pretende apresentar meios e sugestões de uso, em sala de aula, dos cartazes informativos produzidos no âmbito do projeto de extensão. Considerando a variedade de temas e possibilidades de abordagem desses materiais, no auxílio da elaboração de oficinas de educação patrimonial, bem como a dificuldade de encontrar recursos para aprofundamento, é que este caderno foi produzido.

O caderno foi estruturado em três eixos que serviram de base para a construção dos "capítulos do caderno". O primeiro eixo tem o objetivo de integrar toda a atmosfera em que o patrimônio do museu está inserido, repensando suas estruturas e a própria patrimonialização. Ressalta-se aqui que não é um guia, mas sim a construção de possibilidades; assim, os docentes que tiverem contato com o caderno terão autonomia para utilizar os materiais ali apresentados, seja a partir de suas próprias concepções de educação patrimonial, seja por meio de suas possibilidades de abordagem do patrimônio histórico-cultural.

Já o segundo eixo busca evidenciar as "camadas de memória" presentes no patrimônio museológico e arquivístico do Museu Estadual do Carvão. Utilizando o próprio acervo, os cartazes produzidos pelo projeto de extensão destacam grupos sociais historicamente invisibilizados e não representados na patrimonialização do museu. Questões como moradia e trabalho são abordadas de forma crítica, levando em conta quais sujeitos eram mais afetados pelas desigualdades sociais e como isso se aplicava na construção territorial e espacial das vilas mineradoras. A perspectiva interseccional aparece especialmente no protagonismo feminino e na condição da mulher negra, cujas experiências demonstram as marcas estruturais do racismo, bem como suas formas de resistência. As sociabilidades, como os clubes negros da região, também são valorizadas enquanto espaços de convivência e luta, demonstrando os diferentes marcadores de diferença que operavam na sociedade mineira, resultando em diferentes espaços de convívio entre os mineiros.

O terceiro eixo propõe uma crítica ao ensino da história regional, geralmente pautada em memórias idealizadas do imigrante branco e do mineiro heroico. O caderno questiona essas narrativas centradas na branquitude, na masculinidade e na glorificação da empresa e do trabalho minerador como elemento essencial na construção do "homem de valor", propondo outras leituras a partir do acervo do museu. Como apoio, foi criado um Google Drive com textos-base e imagens utilizadas, oferecendo aos professores recursos para trabalharem temas como patrimônio, memória, gênero, raça e trabalho, conforme suas realidades escolares.

O que estamos devolvendo à Universidade?

Um projeto de extensão pensa em como movimentar as esferas da Universidade e o público: como direcionar para a sociedade o que produzimos no meio acadêmico, mas também como devolvemos para a Universidade o que a sociedade nos proporciona e nos ensina.

No dia 24 de agosto de 2024, durante o evento UFRGS Portas Abertas, o projeto realizou a oficina "Saudações Antifascistas", voltada à valorização do protagonismo feminino na região carbonífera do RS. A atividade, baseada em uma

Figura 4 - Enchente de maio 2024 no Museu.
Fonte: Foto aérea produzida por Luís Guilherme de Moura Ramos.

carta escrita por mulheres ao presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946, utilizou o acervo do Museu para promover reflexões sobre gênero, raça e classe. Com a mediação dos integrantes do projeto, foram mobilizadas fontes diversas, como jornais e imagens, despertando o interesse dos visitantes, que foram recebidos com entusiasmo. Ao final, a oficina teve um saldo positivo, permitindo apresentar um pouco da prática historiadora e das memórias preservadas pelo Museu, ligadas às vidas de quem construiu a história da região.

Em 2024, o projeto marcou presença em eventos acadêmicos, destacando-se no 25º Salão de Extensão da UFRGS e no 42º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul com o vídeo-pôster "A extensão como instrumento de valorização do patrimônio industrial", apresentado por integrantes do projeto em parceria com o Museu do Carvão.

Figura 5 - Portas Abertas UFRGS 2024.
Fonte: Arquivo pessoal.

Em novembro, integrantes marcaram presença em dois eventos internacionais da AUGM: na 31ª Jornada dos Jovens Pesquisadores, em Montevidéu, Lucas Specht apresentou sua pesquisa sobre o protagonismo feminino nas comunidades mineiras; e na XIV Reunião do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras, na UFRGS, Maria Paula Cabral discutiu o ensino de História com foco no trabalho e nas relações étnico-raciais, enquanto Lucas aprofundou seu estudo sobre a atuação feminina. As participações fortaleceram o vínculo entre pesquisa, ensino e extensão.

Considerações finais

Em diversos momentos, seja nas apresentações em congressos acadêmicos ou em conversas informais, a história do trabalho na mineração é recebida com certa surpresa pelos ouvintes. Muitas pessoas, inclusive do Rio Grande do Sul, desconhecem a existência do Museu e sua potência para o Ensino de História. Ao longo das nossas atividades, buscamos encontrar formas de minorar esse desconhecimento, ao mesmo tempo em que desconstruímos, conjuntamente com a comunidade, perspectivas muito assentadas em uma história memorialista e heroica da região.

O projeto História e Memória do Trabalho nas Minas de Carvão do RS finalizou suas atividades em dezembro de 2024. Os aprendizados e discussões que decorrem dele, sobretudo na nossa noção de extensão, em que, em um diálogo horizontal e descentralizado, construímos um conhecimento circular com uma via de mão dupla, permitem apreender novos significados no contato direto com a comunidade da Região Carbonífera do Rio Grande do Sul.

Seguimos juntos e construindo novos saberes. Agora — em nossa nova fase do projeto, no ano de 2025 — nossos materiais produzidos, em especial nosso caderno pedagógico, servirão de base para um curso de extensão voltado para professores da região. O Laboratório de História Social do Trabalho (LHISTRA) tem como função manter vivas todas essas discussões, fortalecendo nossa parceria com o Museu Estadual do Carvão. Portanto, continuamos em nossa prática extensionista, reverberando os verbos que nos guiam e alimentam nossos objetivos: valorizar, promover, problematizar e divulgar. ◂

Referências Bibliográficas

BICA, A. N. Sociedade carbonífera, ensino de história e educação patrimonial. 2022. 299 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – UFRGS, Porto Alegre, 2022.

COSTA, C. M. A poesia das coisas no ensino de História: exercícios de sensibilização. In: SIMAN, L. M. C.; MIRANDA, S. R. (orgs.). *Patrimônio no plural: educação, cidades e mediações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017. p. 95-121.

DÁVILA, J. *Diploma de brancura: política social e racial no Brasil* – 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DEMARCHI, J. L. Rir do patrimônio hegemônico: outras epistemologias para refundar o patrimônio cultural. *Sillogés*, v. 5, n. 1, 2022. Disponível em: https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/185. Acesso em: 24 abr. 2024.

FREITAS, T. M. de. De complexo carbonífero a museu... 2015. 202 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – UFPEL, Pelotas, 2015.

SCIFONI, S. Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo. *Revista CPC*, n. 27, p. 14-31, 2019.

SPERANZA, C. G. *Cavando direitos: as leis trabalhistas e os conflitos entre os mineiros de carvão e seus patrões no Rio Grande do Sul* (1940-1954). São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.

WITKOWSKI, A. Da luz no fim do túnel ao Arquivo Histórico do Museu Estadual do Carvão... 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – UFRGS, Porto Alegre, 2019.

Atenção humanizada na assistência ao pré-natal da atenção primária à saúde: um relato extensionista

Roberta Oliveira da Silva[1]; Natália Dalsóquio Machado da Costa[1]; Elias Mendes Leal Neto[1]; Patricia da Silva Ferreira[1]; Mariana Rosa Soares[1–2]
[1]Centro Universitário de Várzea Grande - UNIVAG
[2]Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
E-mail: beta.oliveiradas@gmail.com

Resumo

A disciplina do Programa Extensionista Integrador da etapa 4 tem como objetivo a promoção de ações extensionistas voltadas à saúde da mulher na atenção primária à saúde. Ancorados na metodologia da problematização e auxiliados pelo Arco de Maguerez, os acadêmicos do curso de Medicina visualizaram problemas, identificaram pontos-chave e planejaram ações com o intuito de transformar a realidade local. O artigo tem como objetivo relatar a experiência vivenciada por acadêmicos do curso de Medicina do Centro Universitário de Várzea Grande, no período de fevereiro a julho de 2025, em uma unidade de saúde localizada no município de Várzea Grande, no estado de Mato Grosso. Os resultados obtidos permitiram identificar uma transformação na rotina de serviços de uma equipe da Estratégia Saúde da Família, especialmente no que se refere ao atendimento e ao cuidado integral na assistência ao pré-natal de baixo risco, com ações de educação em saúde voltadas para o apoio ao aleitamento materno, o preparo para o trabalho de parto e os cuidados com o recém-nascido.

Palavras-chave: saúde da mulher; cuidado pré-natal; educação em saúde; relações comunidade-instituição.

Resumen

La asignatura del Programa Extensionista Integrador de la etapa 4 tiene como objetivo la promoción de acciones extensionistas orientadas a la salud de la mujer en la atención primaria de salud. Anclados en la metodología de la problematización y auxiliados por el Arco de Maguerez, los estudiantes del curso de Medicina visualizaron problemas, identificaron los puntos clave y planificaron acciones con el propósito de transformar la realidad local. El artículo tiene como objetivo relatar la experiencia vivida por estudiantes del curso de Medicina del Centro Universitario de Várzea Grande, en el período de febrero a julio de 2025, en una unidad de salud ubicada en el municipio de Várzea Grande, en el estado de Mato Grosso. Los resultados obtenidos permitieron identificar una transformación en la rutina de servicios de un equipo de la Estrategia Salud de la Familia, especialmente en lo que se refiere a la atención y al cuidado integral en la asistencia prenatal de bajo riesgo, con acciones de educación en salud orientadas al apoyo a la lactancia materna, la preparación para el trabajo de parto y los cuidados con el recién nacido.

Palabras claves: salud de la mujer; atención prenatal; educación en salud; relaciones comunidad-institución.

Introdução

No Brasil, a saúde da mulher tem sido historicamente marcada por desigualdades no acesso aos serviços e por um modelo assistencial voltado principalmente para a atenção materno-infantil. Esse contexto começou a ser gradualmente transformado a partir da criação de políticas públicas direcionadas a esse grupo, como o Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1984, que ampliou a concepção de cuidado feminino ao incluir ações educativas, preventivas e terapêuticas em todas as etapas da vida delas. Posteriormente, o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento (PHPN) reafirmou o compromisso com a qualidade da assistência, incorporando práticas humanizadas que contribuíram para a redução da mortalidade materna e infantil (Oliveira et al., 2024).

Contudo, apesar desses avanços normativos, a realidade brasileira ainda evidencia fragilidades estruturais e organizacionais que afetam diretamente o bem-estar das mulheres. A morte materna evitável, frequentemente associada a discriminações de raça, classe e gênero, revela a insuficiência da implementação plena e integrada das políticas públicas de saúde. O julgamento do Caso Alyne Pimentel, em 2011, apresenta-se como um marco relevante nesse debate, ao responsabilizar o Estado pela omissão de atendimento adequado e oportuno a uma gestante negra em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Esse episódio ressalta a urgência de medidas efetivamente capazes de assegurar, de maneira equitativa, a maternidade segura, o cuidado humanizado e o acesso aos serviços de saúde (Catoia *et al.*, 2020).

Para isso, a Atenção Primária à Saúde (APS) configura-se como eixo fundamental na promoção da equidade em saúde, funcionando como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e assumindo papel central na garantia dos princípios de universalidade, integralidade e justiça social. A Estratégia Saúde da Família (ESF), por sua vez, apresenta-se como um instrumento essencial para a consolidação desse modelo, ao aproximar os serviços da comunidade e desenvolver ações contínuas de prevenção, promoção e acompanhamento da população (Pitombeira e Oliveira, 2020). Entretanto, há entraves, como a má distribuição de recursos, falhas organizacionais e o desconhecimento da população acerca de seus direitos e do funcionamento da rede de saúde, que contribuem para a

detrimento do preventivo. As repercussões dessas limitações são mais severas para mulheres socialmente marginalizadas, especialmente gestantes, que enfrentam maiores dificuldades para aderir ao pré-natal e participar de atividades educativas (Pitombeira e Oliveira, 2020).

Outrossim, o vínculo entre gestantes e profissionais de saúde mostra-se fragilizado por fatores subjetivos, como a falta de apoio psicológico e de uma escuta qualificada, o que é agravado pela predominância de uma abordagem biomédica centrada exclusivamente em aspectos patológicos. Essa limitação negligencia medos, ansiedades e inseguranças relacionadas à maternidade, ao parto e ao papel social assumido pela mulher, gerando sentimentos de angústia e resistência ao acompanhamento contínuo. Em vista disso, a ESF reafirma seu protagonismo ao proporcionar acolhimento, escuta atenta e integração entre teoria e prática, consolidando-se como espaço estratégico de transformação das diretrizes legais em ações concretas no cotidiano dos serviços (Nolasco *et al.*, 2025).

Portanto, com o objetivo de fortalecer a prática de ações voltadas para a humanização da assistência à saúde materno-infantil, inserir o acadêmico de Medicina na realidade local, favorecer a relação entre ensino, pesquisa e extensão ancorada nas Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que reafirmam a importância de práticas extensionistas na formação acadêmica com o propósito de promover a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, formação cidadã e produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade (Brasil, 2018), esse estudo tem como finalidade relatar a experiência vivenciada por acadêmicos do curso de Medicina durante as atividades extensionistas desenvolvidas com as mulheres gestantes acompanhadas pela Estratégia Saúde da Família no bairro Jardim Imperial, no município de Várzea Grande, no estado de Mato Grosso, destacando as dificuldades encontradas e as práticas de cuidado implementadas.

Ações extensionistas voltadas à saúde da mulher: percurso metodológico

Trata-se de um relato de experiência de acadêmicos de Medicina regularmente matriculados na disciplina Programa Extensionista Integrador do Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG), o qual foi desenvolvido entre os meses de fevereiro e junho de 2025. As ações extensionistas foram realizadas na Estratégia Saúde da Família (ESF) Jardim Imperial, situada no município de Várzea Grande, em Mato Grosso. A escolha desse território justifica-se pela relevância da atenção pré-natal para a promoção da saúde materno-infantil, reconhecendo que barreiras socioeconômicas, culturais e emocionais dificultam a adesão das gestantes às atividades educativas e reduzem o potencial de empoderamento e autocuidado nesse período.

A metodologia adotada baseou-se no referencial do Arco de Maguerez, ferramenta de ensino-aprendizagem composta por cinco etapas interligadas (Berbel, 2012). Essa abordagem ativa possibilitou que as ações fossem construídas a partir da realidade da comunidade, garantindo coerência entre a identificação dos problemas e a implementação das intervenções educativas.

Na primeira etapa, de observação da realidade, os acadêmicos realizaram práticas extensionistas na unidade de saúde, dialogando com integrantes da equipe multiprofissional e examinando documentos e serviços voltados à saúde da mulher no ciclo reprodutivo. Esse levantamento evidenciou fragilidades como baixa participação em consultas educativas, limitações de acesso relacionadas ao contexto social e ausência de suporte emocional adequado para as gestantes em acompanhamento de pré-natal.

Na segunda fase, de identificação dos pontos-chave, foram destacadas como principais demandas a dificuldade de adesão ao acompanhamento pré-natal, crenças e tabus sobre gravidez e parto, incertezas referentes ao planejamento reprodutivo e falta de apoio psicológico durante a maternidade.

A terceira etapa, de teorização, consistiu em uma revisão de literatura sobre pré-natal humanizado, saúde sexual e reprodutiva, prevenção de infecções transmitidas sexualmente, cuidados com os recém-nascidos e a relevância da escuta qualificada. Esse embasamento sustentou a elaboração das práticas extensionistas, garantindo alinhamento com políticas de saúde e diretrizes fundamentadas em evidências.

Na quarta etapa, de formulação de hipóteses de solução, as ações foram planejadas com auxílio da ferramenta 5W2H, contemplando rodas de conversa, palestras dinâmicas e elaboração de materiais informativos acessíveis. As atividades priorizaram uma linguagem simples e adaptada ao contexto cultural, com ênfase no fortalecimento do vínculo entre gestantes, acadêmicos e profissionais do serviço de saúde.

Por fim, na quinta etapa, de aplicação à realidade, foram promovidas rodas de diálogo com gestantes na unidade, abordando temas como sinais do trabalho de parto, direitos da mulher, apoio ao aleitamento materno e amamentação, cuidados com o recém-nascido e saúde mental. Também ocorreram iniciativas sociais, incluindo a entrega de cestas básicas e kits destinados às mães, com o objetivo de ampliar o acolhimento e reduzir dificuldades de acesso.

Resultados da implementação da educação em saúde e apoio integral à gestante

Durante o decorrer do semestre, foram realizadas ações extensionistas na Estratégia de Saúde da Família Jardim Imperial, com o objetivo de desenvolver práticas de acolhimento e escuta qualificada, valorizando as experiências subjetivas das gestantes adscritas à unidade e promovendo uma abordagem empática e humanizada durante o pré-natal. Dessa forma, o projeto extensionista desenvolvido pelo grupo foi organizado em formato de rodas de gestantes, considerando a ênfase do semestre na saúde da mulher e a alta demanda dessa população na área de abrangência da unidade.

O primeiro encontro ocorreu no mês de abril, com a presença de duas gestantes. Apesar da baixa adesão inicial, a atividade foi conduzida em clima leve e acolhedor, estimulando a troca de experiências entre as participantes. Foram abordados temas como sinais de início do trabalho de parto, a importância de ter um acompanhante de confiança durante o processo, bem como o direito da mulher à presença de acompanhante durante todo o parto. Este último aspecto foi fortemente enfatizado, por sua relevância na prevenção da violência obstétrica e na garantia dos direitos da gestante.

Figura 1 - Roda de Gestantes sobre o tema de preparação para o parto.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

O segundo encontro ocorreu no mês de maio de 2025, tendo como foco principal a amamentação, e contou com a presença de nove gestantes. Nesse momento, foram discutidos os diferentes tipos de leite materno (colostro, leite anterior e posterior), a perda de peso fisiológica do recém-nascido nos primeiros dias de vida e os benefícios nutricionais e imunológicos do aleitamento materno. Destacou-se, ainda, a ação protetora da IgA no trato gastrointestinal, a contribuição para o desenvolvimento da microbiota benéfica e o efeito laxante natural do leite, que favorece a eliminação do mecônio e previne a icterícia neonatal.

Figura 2 - Roda de gestantes sobre o tema de aleitamento materno e apoio à amamentação.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

No terceiro encontro, realizado no mês de junho de 2025, os temas centrais foram os cuidados com o recém-nascido e a saúde mental da gestante. Estavam presentes seis gestantes e um parceiro de uma delas. Inicialmente, buscou-se identificar o conhecimento prévio das participantes para, em seguida, explorar tópicos como a sensibilidade da pele do bebê, o uso adequado de produtos hipoalergênicos, a importância do contato pele a pele imediato, o papel do vérnix caseoso, os cuidados com o coto umbilical, o momento oportuno para o primeiro banho e, por fim, como realizar as manobras de desengasgo em recém-nascido.

Figura 3 - Técnica de cuidados com o coto umbilical de recém nascido para as gestantes presentes na terceira roda de gestantes.
Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

Nesse dia, também foram preparados e distribuídos kits com itens básicos de higiene e cuidado neonatal, contendo fraldas, lenços umedecidos, roupa para bebê, gaze para o coto umbilical e sabonete neutro. Ao final, discutiu-se a importância da saúde mental materna, com ênfase na redução da ansiedade, no fortalecimento da rede de apoio e na reflexão consciente sobre o papel da mãe na criação e no futuro da criança.

Em todos os encontros, foi oferecido um *coffee break*, o que contribuiu para criar um ambiente descontraído, favorecendo a adesão e o diálogo. A experiência permitiu não apenas a transmissão de informações relevantes sobre gestação, parto, amamentação e cuidados neonatais, mas também promoveu a integração entre as gestantes e a equipe, fortalecendo vínculos e estimulando a construção de uma rede de apoio continuado.

Figura 4 - *Kits* confeccionados pelos alunos(as) e professora para as gestantes participantes da terceira roda de gestantes.

Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

As ações extensionistas realizadas pelos estudantes da 4ª etapa do PEI permitiram uma troca de conhecimentos essenciais da gestação para as gestantes de forma empática e humanizada, o que possibilitou que essa atividade integradora reduzisse a ansiedade das gestantes. Isso também é encontrado na literatura, em um trabalho similar realizado em Pernambuco. Os autores relataram que, após realizarem três encontros com as gestantes, foi possível identificar que, após uma compreensão maior do tema, elas começaram a desenvolver maior tranquilidade e confiança, além de fortalecer o vínculo com a equipe.

Para além disso, as rodas de conversa permitiram solucionar dúvidas e esclarecer mitos e verdades, o que foi muito importante tanto para o entendimento do tema quanto para resolver qualquer anseio em relação à gestação, trabalho de parto e puerpério. Um estudo desenvolvido por Arakawa-Belaude (2022) também realizou abordagem com mulheres gestantes, adotando método participativo, no qual foi possível identificar pontos positivos e lacunas na assistência durante o período gestacional.

Ademais, as recomendações repassadas às mulheres durante as rodas de conversa contribuem para a prevenção da violência obstétrica, considerando que esse tipo de violência é um problema global de saúde pública, responsável por ferir a dignidade, autonomia e direitos da mulher durante o parto. Nesse sentido, um estudo brasileiro que avaliou a violência obstétrica durante o parto e a amamentação identificou que até 41,1% das mulheres relataram alguma forma de violência, o que expõe a magnitude e profundidade desse problema (Leite *et al.*, 2023).

Outro tema muito importante discutido na roda de conversa com as gestantes foram os cuidados com a pele do bebê, pois diversos mitos e superstições acabam atrapalhando os melhores cuidados com a pele dos recém-nascidos. A literatura aponta que práticas como atrasar o primeiro banho, manter o *vernix caseoso* intacto, manter o cordão umbilical limpo e seco, e manter o bebê com fraldas limpas e secas são fatores protetores para a saúde do recém-nascido, enquanto hidratantes e óleos naturais podem ser prejudiciais para a saúde do bebê (Johnson e Hunt, 2019).

Considerações finais

Essas ações proporcionaram espaço de escuta, troca de experiências e diálogo, favorecendo a autonomia das participantes e estimulando a inserção qualificada no acompanhamento pré-natal. No entanto, alguns desafios foram identificados durante o processo. A baixa adesão inicial das gestantes evidenciou a necessidade de maior articulação com a comunidade e de estratégias mais eficazes de mobilização, como reforço da divulgação via *WhatsApp*, busca ativa pelas agentes comunitárias de saúde e parceria com lideranças locais. Outro ponto observado foi a dificuldade de conciliar os horários das atividades com a rotina das gestantes, o que pode ter limitado a participação. Ainda assim, as participantes presentes demonstraram grande interesse, compartilharam dúvidas e trocaram experiências, e se mostraram receptivas às orientações recebidas.

Do ponto de vista acadêmico, a experiência proporcionou aos discentes a oportunidade de desenvolver habilidades de comunicação, escuta ativa e empatia, bem como de aprofundar os conhecimentos relacionados à saúde materno-infantil, componente essencial da disciplina cursada. Além disso, permitiu vivenciar na prática a importância da extensão universitária como ferramenta de uma formação complementar não profissionalizante do estudante, aproximando a relação entre universidade e comunidade.

Esse processo de construção conjunta de conhecimento não apenas enriqueceu o entendimento dos acadêmicos sobre os desafios enfrentados pelas gestantes no período pré-natal e puerperal, mas também proporcionou às gestantes participantes o acesso a informações e orientações de forma empática e acolhedora. Dessa maneira, esse movimento contribuiu para o fortalecimento da rede de apoio às mulheres, ao mesmo tempo em que estreitou a relação entre universidade e comunidade, reafirmando a importância da extensão universitária como promotora de cuidado integral e humanizado.

Agradecimentos

Agradecemos, de forma especial, à equipe de Saúde da Família do Jardim Imperial pelo acolhimento, apoio e parceria, fundamentais para a realização deste trabalho. Estendemos nossa sincera gratidão às mulheres gestantes que, com generosidade e disponibilidade, aceitaram participar das ações extensionistas, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento e a concretização deste estudo. ◂

Referências Bibliográficas

ARAKAWA-BELAUDE, A. *et al*. Relato de experiência multiprofissional com grupo de gestantes de alto risco. *Distúrbios da Comunicação*, v. 34, n. 3, e53953, 2022. DOI: 10.23925/2176-2724.2022v34i3e53953.

BERBEL, N. A. N. *A metodologia da problematização com o Arco de Maguerez: uma reflexão teórico-epistemológica*. Londrina: EdUEL, 2012.

CATOIA, C. C.; SEVERI, F. C.; FIRMINO, I. F. C. Caso "Alyne Pimentel": violência de gênero e interseccionalidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 2, e60361, 2020. DOI: 10.1590/1806-9584-2020v28n160361.

JOHNSON, E.; HUNT, R. Infant skin care: updates and recommendations. *Current Opinion in Pediatrics*, v. 31, n. 4, p. 476–481, 2019. DOI: 10.1097/MOP.0000000000000791.

LEITE, T. H. *et al*. The effect of obstetric violence during childbirth on breastfeeding: findings from a perinatal cohort "Birth in Brazil". *The Lancet Regional Health – Americas*, v. 19, p. 100438, 2023. DOI: 10.1016/j.lana.2023.100438.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: https://portal.mec.gov.br. Acesso em: 18 nov. 2025.

NOLASCO, A. L. S. *et al*. Acesso ao pré-natal por gestantes em situação de vulnerabilidade social: uma revisão integrativa. *Aracê*, v. 7, n. 5, p. 21367–21391, 2025. DOI: 10.56238/arev7n5-023.

OLIVEIRA, G. P. *et al*. Programa de humanização no pré-natal e nascimento: integração das políticas públicas na promoção da maternidade segura. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 1, p. 5085–5094, 2024. DOI: 10.55905/revconv.17n.1-303.

PITOMBEIRA, D. F.; OLIVEIRA, L. C. Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1699–1708, 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020255.33972019.

Práticas educativas e saúde mental: rodas de conversas com socioeducadores da FASE/RS

Rafael Ribas; Lays Ieggle; Maurício Perondi
Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FACED/UFRGS
E-mail: rafa.ribas.moreira@gmail.com

Resumo

O artigo refere-se às formações no formato de rodas de conversas realizadas pelo Observatório da Socioeducação, em parceria com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS), para os socioeducadores da mesma instituição. Esses encontros ocorreram nos anos de 2023 e 2024 e tiveram como objetivo dialogar sobre o viés educativo do trabalho do socioeducador, relacionando-o à Pedagogia da Presença. A escolha por esta proposta metodológica se deu pelo fato de que rodas de conversas propiciam aos participantes o protagonismo da atividade. Constatou-se que as rodas demonstraram-se como uma metodologia eficiente para produção de reflexividade e promoção da saúde mental. Nos resultados, sobressaiu-se o reconhecimento da identidade profissional enquanto educadores, a valorização de práticas educativas e pedagógicas que já acontecem naquele contexto, bem como o fortalecimento da autoestima dos socioeducadores.

Palavras-chave: roda de conversa; socioeducador; práticas educativas; reflexividade; saúde mental.

Resumen

El artículo se refiere a las formaciones en formato de círculos de conversación realizadas por el Observatorio de Socioeducación, en colaboración con la Fundación de Atención Socioeducativa de Rio Grande do Sul (FASE/RS), para los socioeducadores de la misma institución. Estas reuniones tuvieron lugar en los años 2023 y 2024 y tenían como objetivo dialogar sobre el sesgo educativo del trabajo del socioeducador, relacionándolo con la Pedagogía de la Presencia. La elección de esta propuesta metodológica se debió al hecho de que las rondas de conversación permiten a los participantes protagonizar la actividad. Se constató que las rondas demostraron ser una metodología eficaz para generar reflexividad y promover la salud mental. En los resultados, destacó el reconocimiento de la identidad profesional como educadores, la valoración de las prácticas educativas y pedagógicas que ya se llevan a cabo en ese contexto, así como el fortalecimiento de la autoestima de los socioeducadores.

Palabras clave: círculos de conversación; socioeducador; prácticas educativas; reflexividad; salud mental.

Figura 1 - Logo CIESS.
Fonte: Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação.

Introdução: uma breve contextualização sobre as medidas socioeducativas

O Observatório da Socioeducação é um projeto de extensão que visa à produção, sistematização e difusão de conhecimento sobre socioeducação e temáticas afins, como juventude e justiça juvenil. É também um dos projetos que integram o Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação (CIESS), órgão auxiliar da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nos anos de 2023 e 2024, o Observatório esteve envolvido em formações realizadas com socioeducadores da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS). Contudo, antes de discorrer sobre a experiência vivenciada, cabe contextualizar o cargo de socioeducador e as medidas socioeducativas.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, as crianças e os adolescentes passaram a ser considerados sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento, ao qual devem ser garantidos, com prioridade absoluta, os demais direitos constitucionais, sendo esta uma responsabilidade do Estado, da família e da sociedade. Tal concepção sobre a criança e o adolescente acontece em um contexto global de mudança de tratamento para com o adolescente em conflito com a lei (Fonseca, 2003), representando, no Estado brasileiro, a mudança do Código de Menores, que tratava do paradigma da situação irregular para o paradigma da Proteção Integral. Destarte, o ECA originou-se concebendo as medidas socioeducativas aplicadas ao adolescente em conflito com a lei (Brasil, 1990), as quais têm por objetivos: I) a responsabilização do adolescente sobre o ato infracional; II) a integração social do adolescente; e III) a desaprovação da conduta infracional (Brasil, 2012).

Na prática, essa mudança de paradigma significou que os adolescentes que outrora poderiam ser internados em estabelecimentos correcionais sem

viés educativo agora deveriam passar pelo devido processo judicial até a definição de qual medida socioeducativa será aplicada a ele, considerando que, independentemente de estar em conflito com a lei, todos os seus direitos devem ser protegidos e garantidos, inclusive o direito à educação.

O ECA prevê seis medidas socioeducativas: I) advertência; II) reparação de danos; III) liberdade assistida; IV) prestação de serviço à comunidade; V) semiliberdade; e VI) internação. As duas últimas incidem com maior grau no direito de ir e vir do adolescente, sendo categorizadas como z"medidas de meio fechado", enquanto as demais são "medidas de meio aberto". A gestão do meio aberto está atrelada aos municípios, enquanto o meio fechado está sob responsabilidade das unidades federativas. No caso do Rio Grande do Sul, a FASE é a instituição responsável pela gestão das unidades socioeducativas de semiliberdade e internação.

Figura 2 - Logo do Observatório da Socioeducação.
Fonte: Observatório da Socioeducação.

A internação, os socioeducadores e as rodas de conversa

A medida de internação é destinada aos adolescentes que são reincidentes ou que cometeram atos infracionais considerados de maior gravidade. Nela, o socioeducando é privado de liberdade e precisa se adequar às regras de convivência da unidade e aos padrões de horários para as atividades, sejam elas escolares, de lazer ou de descanso.

Tendo em vista que estão privados de liberdade, pode-se dizer que o contato mais frequente que têm com o mundo externo está na interação com os socioeducadores. Estes são os trabalhadores da ponta do sistema socioeducativo, cujas atribuições contemplam a preservação da integridade física dos adolescentes - bem como dos demais funcionários - e, ainda, o oferecimento de atividades pedagógicas (Sinase, 2006). São eles, então, os adultos que por mais tempo permanecem junto aos socioeducandos, acompanhando-os em suas atividades na unidade e em eventuais saídas, como idas a audiências, por exemplo.

No que tange ao trabalho do socioeducador, cabe pontuar que o professor Antonio Carlos Gomes da Costa formulou o conceito da Pedagogia da Presença para fundamentar sua atuação (Costa, 1991). Esta pedagogia foi desenvolvida a partir do trabalho prático de Costa na direção de uma casa para "meninas infratoras[1]" em Minas Gerais. Assim, é um conceito que se embasa, sobretudo, na prática cotidiana do trabalho.

Posto isso, a Pedagogia da Presença, como sugere o nome, refere-se a presença como conceito-chave, indicando que fazer-se presença construtiva na vida do adolescente em conflito com a lei é a tarefa fundamental, e talvez mais árdua, do socioeducador. Influenciada pelas concepções freirianas de emancipação crítica, a educação existente na relação entre (socio)educador e (socio) educando almeja o desenvolvimento de novos repertórios para o adolescente, uma nova forma de relacionar-se com o mundo e consigo mesmo.

1. Expressão utilizada antes do Estatuto da Criança e do Adolescente

Pressupõe, então, que o socioeducador atue a partir do que o adolescente é, do que ele sabe e do que ele pode; ou seja, coloca-o no centro de sua atuação com todas suas potencialidades (e não o reduz a um ato infracional). O vínculo positivo se torna um instrumento vital para o trabalho. A autoridade do socioeducador é construída pela reciprocidade e pelo respeito na relação. Além disso, o socioeducador precisa saber que ele é o adulto da relação, um adulto para o qual o adolescente está a todo momento olhando e buscando referências. Desse modo, a maneira que o socioeducador se porta diante das situações, independente de quais sejam, educam de alguma forma – seja ela positiva ou negativa. Eles estão sempre sendo observados pelos socioeducandos, que aprendem com esses momentos, inclusive sobre a coerência entre as palavras ditas e as ações feitas.

Outrossim, essa pedagogia também atribui aos "pequenos nadas" uma importância fundamental para o vínculo que está sendo desenvolvido. Esses "pequenos nadas" dizem respeito à pequenas atitudes e ações que, à primeira vista, parecem insignificantes, mas vão reverberando no adolescente, como um abraço, uma pequena conversa, um breve elogio, um gesto como oferecer um casaco ou uma comida; ações que vão culminando na confiança e no respeito direcionados ao socioeducador. Todavia, não é possível simplesmente assumir que estas orientações são cumpridas na execução das medidas socioeducativas.

Almejando investigar essa questão, em 2022, o bolsista do Observatório da Socioeducação realizou seu trabalho de conclusão de curso em Licenciatura em Ciências Sociais. A pesquisa, intitulada "A atuação educativa e pedagógica dos agentes socioeducadores: pesquisa bibliográfica na socioeducação" (Ribas, 2022), analisou as únicas 16 produções sobre o tema encontradas em todo o território nacional e constatou semelhanças entre instituições socioeducativas de privação de liberdade de variados estados brasileiros. Entre as semelhanças estavam: o alto estresse a que os socioeducadores estão submetidos; o sentimento de desvalorização profissional; a não identificação enquanto educadores; e a realização de práticas educativas e pedagógicas, ainda que elas ocorram espontaneamente.

No intuito de promover um retorno dessa pesquisa para a comunidade, e hipotetizando que os socioeducadores da FASE poderiam estar vivenciando as mesmas situações encontradas no trabalho, o Observatório entrou em contato com a instituição para apresentá-lo aos seus socioeducadores e promover um diálogo sobre as práticas existentes. Em 2023, com a autorização para realizar tal atividade, a equipe do Observatório dedicou-se a planejar a melhor forma de conduzi-la. Assim, foi adotada a metodologia formativa de rodas de conversa, uma vez que ela proporciona aos integrantes maior protagonismo e espaço para partilhar suas vivências individuais e coletivas (Pinheiro, 2020). Os participantes podem manifestar concomitantemente suas impressões, opiniões e conceitos sobre o tema proposto, permitindo que existam espaços para reflexividade sobre as manifestações do grupo (Melo e Cruz, 2014).

As rodas de conversa foram estruturadas em quatro etapas: I) momento inicial de integração; II) apresentação do trabalho de conclusão de curso; III) discussões sobre as reflexões provocadas; IV) escrita sobre uma ação educativa que o socioeducador tenha vivenciado em sua atuação. Como objetivos, as rodas pretendiam: proporcionar espaço de reflexão sobre as práticas educativas dos socioeducadores à luz da Pedagogia da Presença; promover o reconhecimento e valorização da identidade do socioeducador enquanto educador social; e promover espaço de escuta e compartilhamento de saberes.

Em 2023, foram reservadas quatro datas para as formações, inseridas entre os meses de novembro e dezembro. Como a metodologia previa apenas um encontro, as quatro datas significaram quatro grupos de formação. O primeiro grupo foi composto por vinte socioeducadoras do Centro de

Atendimento Socioeducativo Feminino (CASEF) que, devido a uma medida judicial, estavam afastadas da unidade. Por essa razão, cumpriam um cronograma de formações no qual nossa proposta de rodas de conversa compôs o final do ciclo. Com exceção desse primeiro grupo, cuja presença foi compulsória, os demais eram preenchidos facultativamente. Assim, acolhendo socioeducadores de diferentes unidades, os outros três grupos contabilizaram onze, oito e três integrantes. Além dos socioeducadores, compuseram cada grupo três integrantes do Observatório e de outros projetos do CIESS, com docentes e bolsistas, e duas integrantes da equipe de analistas da FASE (destaca-se que, apesar de a proposta estar registrada como ação de extensão do Observatório, participaram integrantes de outros projetos do CIESS, como forma integrada de desenvolver o projeto). As rodas foram mediadas pelo bolsista do Observatório, Rafael Ribas, autor do trabalho de conclusão.

Ao final dos encontros, os socioeducadores pediram que essa formação continuasse no próximo ano, ressaltando o sentido e a importância da formação desenvolvida. Esse pedido foi reforçado nos meses seguintes por mensagens via contato pessoal entre os próprios trabalhadores da FASE e os integrantes do Observatório. Logo, em 2024, em contato com a administração da instituição, recebemos a autorização para a realização das novas formações.

De modo a propiciar maior espaço para reflexividade e com o intuito de produzir um material escrito que pudesse sistematizar os saberes dos socioeducadores, bem como servir como material orientador para as práticas dos próximos servidores do sistema socioeducativo, foi feita a proposição da escrita de cartas pedagógicas. As formações foram estruturadas em dois encontros por grupo: o primeiro encontro manteve a estrutura do ano anterior, diferenciando-se apenas ao planejar um momento de sensibilização para a escrita das cartas pedagógicas. O segundo encontro, previsto para ser realizado um mês após o primeiro, estava reservado para o compartilhamento das escritas. Assim, em 2024 formaram-se quatro grupos com cerca de treze, onze, nove e quatro socioeducadores. Pela riqueza de reflexões iniciais, este artigo se debruça sobretudo nas rodas de conversa e seus resultados, concentrando-se na análise somente das rodas de 2023 e dos primeiros encontros de 2024, que integraram aproximadamente 70 socioeducadores.

Figura 3 - Momento inicial de integração.
Fonte: Observatório da Socioeducação.

Resultados e reflexões

Dentre as reflexões despertadas, inicia-se com um importante fato: as expectativas dos sujeitos envolvidos. Ou seja, o que se esperava encontrar nos socioeducadores, assim como o que eles esperavam encontrar no grupo do Observatório, que representava, de certa forma, a Universidade. Visto que o trabalho de conclusão apontava para um baixo índice de autorreconhecimento dos socioeducadores enquanto educadores, e uma forte identificação com aspectos de segurança, acreditava-se que participariam trabalhadores que reivindicam uma identidade sob o prisma da segurança. Hipotetizava-se que não estariam dispostos a dialogar sobre o trabalho educativo que, talvez, não fosse uma realidade tão presente. Grata, porém, foi a surpresa ao encontrar socioeducadores que defendem o seu papel fundamental no cumprimento da medida socioeducativa enquanto educadores.

Por outro lado, os socioeducadores, no momento inicial de integração, quando falavam sobre suas expectativas para a formação, e no momento final, quando comentavam sobre as impressões que a atividade deixou, comentavam sobre a ideia que tinham de integrantes da Universidade, propondo uma formação dentro da FASE. Eles estavam muito atrelados a uma ideia vertical, onde a academia estaria lá para os ensinar o que fazer, assumindo que eles não saberiam fazer o trabalho designado para o cargo, ignorando completamente qualquer saber tácito embasado na prática cotidiana que poderiam ter. Felizmente, também, foi a quebra de expectativa referente à participação do Observatório no modo de conduzir a formação. Buscou-se, a todo instante, deixar nítido para eles que se desejava ouvir sobre a experiência que vivenciam no cotidiano e o saber produzido por essa experiência – algo que reverberou positivamente na autoestima deles enquanto trabalhadores.

Em 2024, alguns socioeducadores que participaram das rodas de conversas do ano anterior retornaram para as novas formações, demonstrando como elas tiveram um efeito positivo sobre eles. Percebeu-se isso, também, ao recebermos mensagens pessoais de alguns socioeducadores entre 2023 e 2024, pedindo o retorno das atividades. Assim, o Observatório comprometeu-se a atender esses pedidos.

Na retomada das atividades, novos socioeducadores integraram os grupos. Mesmo os que não haviam participado em 2023 mostraram-se bastante receptivos às propostas, influenciados pelos resultados positivos das primeiras formações, que tanto ouviram os colegas comentarem. Novamente, na medida em que o trabalho de conclusão de curso era apresentado, os socioeducadores iam se identificando com os pontos em comum com a pesquisa bibliográfica, sentindo-se reconhecidos; partilharam suas impressões, inferências e desabafos.

Posto isso, salienta-se que algo compartilhado pelos grupos, embora distintos, é o estigma que sofrem pela instituição. Eles relatam serem vistos e tratados como torturadores, violentadores de adolescentes e, tratados dessa forma, seus saberes sobre o desenvolvimento dos adolescentes não são valorizados. Foi evidente para a equipe do Observatório como esse estigma afeta a saúde mental dos socioeducadores. Não foram raros os casos em que, ao desabafarem sobre como se sentem "violentados" pela instituição, choraram compulsoriamente e, ao chorar, foram acolhidos pelos colegas na roda que compartilhavam do mesmo sentimento. Por conseguinte, ressaltaram a importância daquele espaço onde podiam falar sem receios sobre suas vidas laborais. Espaços, segundo eles, raros – se não inexistentes – dentro da FASE. Muitos trouxeram à tona o estresse que vivenciam na função de socioeducador e, em diversos momentos, repetiam a frase "só quem é da FASE sabe".

Sendo assim, pelo desejo de se afastarem do rótulo de torturadores que se tem sobre suas atuações, explicitaram práticas cotidianas que vivenciavam

junto aos adolescentes. Um exemplo notório ocorreu no primeiro grupo: as afastadas do CASEF estavam "marcadas" dentro da instituição por todos saberem que agora passavam por um processo de "reciclagem", em ciclos de formação. O motivo dos afastamentos se deu por denúncias generalizadas de maus-tratos. Contudo, ao poderem falar sobre esse evento em suas vidas, compartilharam histórias de afeto e cuidado para com as adolescentes.

Paulatinamente, o que já era sabido pelos socioeducadores passou pelo Observatório nas interações da roda. A experiência realizada dá a entender que, de modo geral, a FASE não conhece detalhadamente o trabalho de seus próprios socioeducadores. Pode-se supor que, se não conhece, é porque deliberadamente escolhe não conhecer, afinal, são vastas as possibilidades de se aproximar da ponta de atuação de seus funcionários. Da mesma forma, constatou-se que o trabalho entre Judiciário, gestão da FASE, equipe de especialistas e equipe de socioeducadores está visivelmente fragmentado. Nesses fragmentos, talvez sejam os socioeducadores aqueles com menor poder político para se fazerem vistos e ouvidos.

No que concerne à formação profissional, partilharam que o trabalho que exercem é aprendido na prática. As capacitações iniciais que receberam duraram, no máximo, uma semana, tempo insuficiente para aprender o trabalho com profundidade. As demais capacitações centravam-se em aspectos de segurança, como, por exemplo, a contenção dos adolescentes e como algemá-los. Ou seja, as orientações institucionais especificamente educativas eram desconhecidas pelos socioeducadores. Quando as capacitações focam nos aspectos de segurança em detrimento do educativo, isso diz muito sobre o que a instituição espera de seus funcionários.

Entretanto, convém dizer que a segurança é algo imprescindível para o cargo do socioeducador, porém não o único elemento ao qual devem ser dedicados os esforços da instituição e dos próprios trabalhadores. Os grupos ressaltaram a busca pelo equilíbrio entre a disciplina e o educativo como o aspecto mais importante de sua função. A disciplina está atrelada ao conceito de limites que precisam ser estabelecidos — limites pedagógicos, estabelecidos pelo vínculo entre o adulto e o adolescente.

Tendo isso em vista, a equipe do Observatório buscou explicitar o conceito de Pedagogia da Presença (Costa, 1991) e fazer provocações aos grupos no que tange às reflexões sobre ações educativas praticadas no cotidiano, algo que eles mesmos já tinham mencionado espontaneamente. Intentou-se, então, dialogar a partir dos "pequenos nadas" que existem em suas atuações e foram trazidos à roda por eles. Sobressaíram diversos relatos acerca de afetos e cuidados com os adolescentes.

Ademais, houve relatos referentes à vulnerabilidade encontrada nos socioeducandos: a surpresa de encontrar um jovem que não sabia como tomar banho e ter que, naquele momento, ensiná-lo algo tão básico na vida cotidiana; aniversários de jovens comemorados durante a internação, alguns sendo celebrados pela primeira vez em sua existência; palavras de carinho trocadas; campeonatos de futebol e xadrez. Situações variadas que reverberaram positivamente e construíram vínculos entre socioeducadores e socioeducandos. Segundo os trabalhadores, tais ações educativas vinculadas à presença construtiva do socioeducador foram aprendidas na prática cotidiana e na observação e aconselhamento de colegas mais velhos.

No final dos encontros, agradeciam pela oportunidade de falar sobre o próprio trabalho, sobre seus saberes e pela iniciativa do Observatório em ouvi-los e conhecer o que realmente fazem na FASE. Concomitantemente, o projeto reafirmava a percepção de seu trabalho como educadores sociais, algo que ressoou com as percepções que eles mesmos tinham.

Considerações finais

Os socioeducadores vivenciam uma rotina estressante, mas muitos não deixam de se dedicar em prol do objetivo da medida socioeducativa: promover o desenvolvimento de novos repertórios para os adolescentes. Ainda assim, é nítido o sentimento de desvalorização sentido pelos profissionais. Sentem-se não somente não reconhecidos, como também estigmatizados pela instituição socioeducativa e pelo Poder Judiciário do Sistema Socioeducativo. Todavia, ainda assim, diversos resistem e trabalham tendo o adolescente como sujeito central de suas atuações. Atuam a partir do vínculo positivo com os socioeducandos; porém, essa atuação ocorre por iniciativa dos socioeducadores.

Os que se entendem como educadores aprenderam na prática e com os colegas mais velhos a "socioeducar", e não apenas a "bater cadeado", enquanto, muitas vezes, eram menosprezados por colegas que não acreditam na Socioeducação. Dessa forma, muitos precisam ser quase "autodidatas", haja vista o fato de a instituição potencializar mais os aspectos de segurança em suas capacitações. Além disso, a instituição apresenta dificuldade em escutar e valorizar os saberes dos socioeducadores sobre o processo de desenvolvimento dos adolescentes e não constrói espaços de escuta e reflexão para que possam partilhar vivências e experiências.

Desse modo, as rodas de conversa demonstraram ser uma metodologia com muito potencial em promover a saúde mental dos socioeducadores, sendo um espaço de escutas e de partilhas. Além disso, possibilitaram espaços de reflexividade acerca da própria experiência. Ainda que os socioeducadores se entendam como educadores, suas práticas carecem de maior conscientização e intencionalidade — algo que só irá acontecer quando puderem parar para refletir sobre a prática. Por enquanto, esses espaços inexistem, e os socioeducadores ficam presos à rotina de funcionamento da instituição. Para ratificar esse fato, disseram que não tiveram outros espaços de escuta para eles no intervalo das rodas de 2023 e 2024.

Portanto, conclui-se que as atividades extensionistas do Observatório proporcionaram um espaço potente e necessário para a reflexão sobre as ações educativas dos socioeducadores e suas condições de trabalho. Essas ações provocaram um sentimento de valorização profissional para os socioeducadores e promoveram, ainda que de maneira incipiente, a promoção da saúde mental. Desse modo, ressalta-se a urgência de mais espaços de trocas e escutas serem desenvolvidos para os socioeducadores, uma vez que viabilizam a construção da autoestima dos trabalhadores, qualificam a atuação educativa e, ainda, socializam boas práticas socioeducativas. ◂

Referências Bibliográficas

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 19 jan. 2012.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. *Por uma pedagogia da presença*. Brasília: Governo do Brasil, 1991.

FONSECA, Claudia. Os direitos da criança: um diálogo com o ECA. In: FONSECA, Claudia; TERNO, Veriano; ALVES, Caleb (orgs.). *Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. -.

MELO, Maria Cristina Henares de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Roda de conversa: uma proposta metodológica para construção de um espaço de diálogo no ensino médio. *Imagens da Educação*, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014.

PINHEIRO, Leandro R. Rodas de conversa e pesquisa: reflexões de uma abordagem etnográfica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 31, p. e20190041, 2020.

RIBAS, Rafael. *A atuação educativa e pedagógica dos agentes socioeducadores: pesquisa bibliográfica na socioeducação.* 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

SINASE. *Sistema Nacional Socioeducativo*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006.

Atuação da Liga Acadêmica de Restrições Alimentares (LARA) UFRGS

na promoção da inclusão alimentar

Paula Bandeira Pereira[1]; Fabiana Magnabosco de Vargas[2]; Julia Flores Fontoura[1]; Marina Borba Tósca[3]; Rosiana Vargas Dalla Lana[1]; Jéssica Dall'agnese Perin Franquine Ferrari[1]; Marion Rodrigues Dorneles[1]; Danielle Lopes Quintana[1]; Kelly Lissandra Bruch[1]; Janaína Guimarães Venzke[1]

[1]Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
[2]Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP
[3]Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS
E-mail: laraufrgsext@gmail.com

Resumo

Em maio de 2024, o projeto de extensão "SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS" garantiu inclusão, acessibilidade e segurança alimentar a 1.516 pessoas com reações adversas afetadas pelas inundações do RS, evidenciando a necessidade de inclusão desse público. Visando dar continuidade às ações em pesquisa, extensão e formulação de políticas institucionais para a universidade e políticas públicas, foi criada a Liga Acadêmica de Restrições Alimentares (LARA) UFRGS, vinculada aos cursos de Nutrição e Direito, com o objetivo de aprofundar estudos e pesquisas sobre restrições alimentares, divulgar informações baseadas em evidências para conscientização, promover palestras, oficinas e rodas de conversa, estimular a inclusão e a acessibilidade alimentar e fomentar a participação em eventos acadêmicos. Como resultado, a LARA UFRGS tem trabalhado na inclusão alimentar, promoção de direitos e demonstração da importância da universidade na formulação de políticas públicas em contextos de vulnerabilidade e também de emergência climática.

Palavras-chave: reação adversa a alimentos; direito do consumidor; plano de contingência; ativismo alimentar; advocacy.

Resumen

En mayo de 2024, el proyecto de extensión "SOS Alérgicos y Celíacos en las inundaciones de RS" garantiza la inclusión, accesibilidad y seguridad alimentaria a 1.516 personas con reacciones adversas afectadas por las inundaciones de RS, evidenciando la necesidad de inclusión de este público. Para dar continuidad a las acciones en investigación, extensión y formulación de políticas institucionales para la universidad y políticas públicas, fue creada la Liga Académica de Restricciones Alimentarias (LARA) UFRGS, vinculada a los cursos de Nutrición y Derecho, con el objetivo de profundizar estudios e investigaciones sobre restricciones alimentarias, divulgar información basada en evidencias para concienciación, promover conferencias, talleres y mesas de diálogo, estimular la inclusión y accesibilidad alimentaria y fomentar la participación en eventos académicos. Como resultado, la LARA UFRGS ha actuado en la inclusión alimentaria, promoviendo derechos y evidenciando la importancia de la universidad en la formulación de políticas públicas en contextos de vulnerabilidad y de emergencia climática.

Palabras clave: reacción adversa a alimentos; derecho del consumidor; plan de contingencia; activismo alimentario; advocacy.

Introdução

Eventos climáticos extremos têm se intensificado nas últimas décadas, com impactos significativos sobre a saúde, a segurança alimentar e a estrutura social das populações afetadas (Freitas; Barcellos, 2025). Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul (RS) enfrentou uma inundação de proporções históricas, atingindo 478 municípios e afetando cerca de 2,4 milhões de pessoas (Defesa Civil, RS, 2024). Diante dessa crise, evidenciou-se a necessidade de estratégias específicas de assistência nutricional para populações com reações adversas a alimentos, popularmente chamadas de restrições alimentares, grupo frequentemente negligenciado nas respostas emergenciais.

As principais condições associadas a reações adversas a alimentos descritas na literatura mundial incluem a doença celíaca (DC), com prevalência estimada em cerca de 1% da população mundial, a sensibilidade ao glúten não celíaca (SGNC), que afeta entre 0,5% e 15% da população (Størdal; Kurppa, 2025), as alergias alimentares (AA), como ao trigo, leite, ovo, soja, amendoim, crustáceos, entre outras, com incidência de aproximadamente 10% (Arens; Lange; Stamos, 2025), e a intolerância à lactose (IL), que pode atingir de 57% a 65% da população mundial, sendo a prevalência no Brasil estimada em cerca de 60% (Catanzaro; Sciuto; Marotta, 2021).

Indivíduos com AA, DC, SGNC, IL ou outras condições que requerem dietas específicas enfrentam desafios acentuados em contextos de calamidade (Bilaver et al., 2021), dado que o tratamento dessas condições se baseia na exclusão total de alimentos que contenham os compostos responsáveis pelas reações adversas (Catanzaro; Sciuto; Marotta, 2021).

Nesse cenário, foi criado o projeto "SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS", iniciativa da Associação de Celíacos do Brasil - Seção RS (ACELBRA RS) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que posteriormente deu origem à Liga Acadêmica de Restrições

Alimentares (LARA) UFRGS. O projeto teve como foco identificar e atender indivíduos com necessidades alimentares especiais, por meio da distribuição de kits alimentares personalizados e seguros. Foram contempladas diversas condições, como AA, DC, IL, diabetes, dietas enterais e seletividade alimentar associada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA). A ação emergencial beneficiou 1.516 pessoas, com apoio de doações nacionais. Com o fim da fase crítica da calamidade, a LARA UFRGS consolidou-se como projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com atuação em pesquisa, ensino, extensão e atuação junto ao poder público e comunidade, promovendo inclusão, acessibilidade e segurança alimentar em diferentes contextos, inclusive em desastres climáticos.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido em duas fases sequenciais, a primeira, vinculada ao projeto "SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS", parte do projeto de extensão "Núcleo De Extensão em Métodos Adequados de Solução de Conflitos da UFRGS", da Faculdade de Direito, em parceria com a ACELBRA RS, e a segunda, com a criação da LARA UFRGS. As ações foram coordenadas por alunos de graduação, a partir de cronograma estruturado anualmente com as atividades descritas a seguir. Está também em tramitação, um Acordo de Cooperação Técnica entre UFRGS e ACELBRA RS, o que possibilitará melhora nas ações promovidas pela LARA UFRGS.

Fase 1: atendimento emergencial (maio a junho de 2024)

A primeira fase consistiu em ações de resposta emergencial às inundações de maio de 2024 no RS. Os procedimentos metodológicos incluíram:

a) Coleta de dados: Elaboração e divulgação de formulário online para o mapeamento de pessoas afetadas pela inundação (direta ou indiretamente), contendo informações sobre restrições alimentares, alimentos necessários, localização, número de pessoas na família com necessidades alimentares especiais e nível de impacto.

b) Validação de informações: Realização de contato telefônico estruturado com cada respondente (n=1.516) para validação e aprofundamento das informações coletadas, com objetivo de identificar necessidades específicas e adequar os kits alimentares personalizados e seguros às diferentes restrições alimentares.

c) Intervenção: Montagem e entrega de kits alimentares personalizados em abrigos e residências, garantindo princípios de inclusão, acessibilidade e segurança alimentar. Os alimentos foram obtidos por meio de doações de diversas regiões do Brasil e contribuições financeiras.

Fase 2: Estruturação de ações sistematizadas (julho de 2024 até o presente momento)

Na segunda fase, com a recuperação gradual da situação e retorno da população aos seus domicílios, foi constituída a LARA UFRGS, vinculada à UFRGS. A estrutura operacional foi organizada em dois eixos temáticos:

Eixo de pesquisa

Realização de dois levantamentos e mapeamento populacional de pessoas com restrições alimentares, um na comunidade UFRGS e outro no Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), utilizando metodologia de *survey* com formulários estruturados, que está em fase de aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFRGS.

Eixo de extensão

Desenvolvimento de ações extensionistas incluindo campanhas de conscientização, eventos comunitários, atividades interativas em eventos como "UFRGS Portas Abertas" e parcerias institucionais, a exemplo da ACELBRA RS, para realização de eventos como almoço beneficente durante o mês de conscientização da DC.

Implementação de atividades didático-pedagógicas dirigidas à comunidade acadêmica (estudantes e docentes dos cursos de Nutrição e Direito) e comunidade externa, incluindo: (I) oficinas culinárias; (II) palestras temáticas; (III) aulas abertas; (IV) rodas de conversa; (V) produção e gravação do podcast "PodComer?"; (VI) Clube de leitura científica (Clube LARA) com discussão interdisciplinar de textos científicos, aberto à comunidade geral em formato online.

Gestão de plataforma de mídia social (Instagram) para divulgação de conteúdos científicos relacionados a restrições alimentares, sustentabilidade e emergências climáticas, com frequência e alcance a serem especificados em seção de resultados.

População-alvo

O público envolvido compreendeu: na primeira fase, grupos vulneráveis afetados pelas inundações de maio de 2024; na segunda fase, em ações de pesquisa: (I) comunidade da UFRGS; (II) profissionais do HCPA; e, nas ações de extensão, a população geral interessada nas temáticas abordadas.

Resultados

Os resultados obtidos estão organizados pela fase do projeto, conforme descrito abaixo.

Fase 1: Projeto SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS

Entre maio e setembro de 2024, durante as inundações no RS, o projeto SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS atendeu um total de 1.516 pessoas com reações adversas a alimentos afetadas pela calamidade pública. Foram montadas e entregues kits de alimentos personalizados, como ilustrado na Figura 1, que evidencia a produção realizada durante este período.

A Figura 2 apresenta a equipe em atuação durante as ações de resposta emergencial.

Figura 1 - Kits de alimentos personalizados montados durante o projeto SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS, entre maio e setembro de 2024.
Fonte: Autoras.

Figura 2 - Equipe do SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS durante a calamidade pública em 2024 no RS.
Fonte: Autoras.

Fase 2: Criação da LARA UFRGS e ações desenvolvidas

A partir do encerramento do projeto “SOS Alérgicos e Celíacos nas enchentes do RS”, foi criada a LARA UFRGS, para dar continuidade ao trabalho já desenvolvido, mas com foco em atividades de extensão e pesquisa, conforme citadas a seguir.

Apresentações em eventos acadêmicos e seminários

Os resultados do projeto foram apresentados em eventos acadêmicos de relevância nacional e regional. No mês de maio de 2024, houve participação no 25º Salão de Extensão da UFRGS, com tertúlia sobre o projeto "SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS" e a criação da LARA UFRGS. No mesmo período, foi apresentado resumo e e-pôster no 3º Seminário Internacional de Extensão, Pesquisa e Educação pela Sustentabilidade (SIEPES), promovido pela Rede Gaúcha de Instituições para a Educação Sustentável (REGIES) na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) campus São Francisco de Paula.
O resumo está registrado nos Anais do evento, na página 198 (UERGS, 2024).

Na Jornada de Nutrição do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), a LARA UFRGS apresentou resumo em formato de pôster intitulado "SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS: os invisibilizados que também precisam comer", apresentando resultados do projeto "SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS" relacionados às reações adversas a alimentos atendidas durante as inundações de 2024. Adicionalmente, foi disponibilizado espaço de diálogo com participantes, incluindo exposição de materiais informativos, amostras de itens personalizados e divulgação de canais de comunicação da LARA UFRGS. Esta iniciativa contribuiu para a ampliação da visibilidade da temática em evento com participação de profissionais de diversas instituições.

Na VI Jornada Acadêmica de Tecnologia em Alimentos da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), realizada em agosto de 2025, a LARA UFRGS participou de mesa redonda intitulada "Portaria 799/2023 - Boas Práticas em Serviços de Alimentação e Cozinha Sem Glúten". Representantes da LARA UFRGS expuseram histórico e objetivos institucionais da liga, além de detalhar as diretrizes do item 15 da Portaria 799/2023, com ênfase em medidas para garantir produção segura de alimentos isentos de glúten, inclusive em ambientes de cozinhas compartilhadas, e extensão destas práticas a outros alergênicos.

Os debates incluíram análise de desafios em Restaurantes Universitários (RUs) relacionados à presença de glúten e contaminação cruzada, dificuldades na adaptação de orientações da portaria em ambientes escolares, lacuna regulatória no setor industrial e necessidade de diretrizes específicas para prevenção de riscos nestes estabelecimentos. No âmbito clínico, foram apresentadas orientações práticas para garantir segurança de alimentos em contexto domiciliar e em estabelecimentos comerciais, incluindo procedimentos de limpeza e seleção segura de utensílios e ingredientes.

A discussão evidenciou a Portaria 799/2023 como referência inovadora e inédita no Brasil para promoção de inclusão e acesso à alimentação segura para pessoas com DC em diversos contextos alimentares.

Atividades de extensão

Em 16 de setembro de 2024, a LARA UFRGS participou da plenária regional do Bioma Pampa do Plano Clima, realizada no auditório da Faculdade de Educação da UFRGS. Este evento foi convocado pelo governo federal, através do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, composto por 22 ministérios, pela Rede Clima e Fórum Brasileiro de Mudanças do Clima. Como resultado da participação na plenária regional do Bioma Pampa, uma proposta de Plano de Contingência foi parcialmente incorporada ao Plano Clima. A proposição inclui as seguintes diretrizes:

> "Nos Planos de Contingência de emergências, calamidades, desastres e catástrofes deve estar incluído o atendimento às pessoas com restrição alimentar por motivos de saúde, seja em abrigos ou alojamentos. Deve ser elaborado com ações que garantam alimento seguro e livre de contaminação cruzada para que não causem evento adverso à saúde dessas pessoas. Para que isso seja possível, é necessário a identificação dos indivíduos com suas respectivas restrições alimentares e território, garantindo acessibilidade e inclusão alimentar, assim como o direito humano à alimentação adequada, proporcionando segurança alimentar."

Esta incorporação representa um avanço na promoção da inclusão alimentar em políticas públicas de contingência climática, evidenciando o impacto institucional de iniciativas extensionistas de base acadêmica e comunitária.

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, a LARA UFRGS participou do seminário "A UFRGS na Emergência Climática e Ambiental", realizado no Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (ILEA), promovido pela UFRGS. Durante o evento, a LARA UFRGS integrou grupos de trabalho e apresentação na conferência final, contribuindo com proposições voltadas às vulnerabilidades das pessoas com restrições alimentares. O seminário teve como propósitos integrar diálogo entre agentes institucionais sobre emergências climáticas, estimular a transdisciplinaridade e contribuir para o fortalecimento da capacidade institucional da UFRGS no enfrentamento de desafios climáticos e ambientais.

Durante o "Summit em Mudanças Climáticas", promovido pela UFRGS nos dias 2 e 3 de maio de 2025, foi realizada participação no painel "Direito dos Desastres: Atuação do MPRS nas Enchentes de 2023 e 2024". Durante este painel, formularam-se questionamentos pertinentes ao Promotor de Justiça Leonardo Menin, Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos e da Proteção aos Vulneráveis no Ministério Público do RS. A participação foi motivada pela identificação de lacuna nos dados apresentados: as vulnerabilidades específicas de pessoas com reações adversas a alimentos afetadas pelas inundações não haviam sido mencionadas na apresentação oficial sobre as populações vulneráveis afetadas pelas inundações, evidenciando invisibilidade dessa população em espaços de discussão sobre desastres climáticos.

A LARA UFRGS participou como ouvinte do Simpósio de Alergias Alimentares promovido pelo Instituto Alergias (iAlergias), de Porto Alegre, durante a Semana de Conscientização sobre AA em maio de 2025.

No evento "UFRGS Portas Abertas", realizado em 17 de maio de 2025, a LARA UFRGS apresentou atividades lúdicas e educativas dirigidas à comunidade externa. Foram desenvolvidos dois jogos interativos: (I) "Os Sete Erros na Rotulagem", abordando aspectos de leitura e interpretação de rótulos de alimentos; (II) "Jogo da Vida: A Jornada da Alimentação com Restrições Alimentares", que apresentou informações sobre direitos de pessoas com reações adversas a alimentos, manifestações clínicas, causas, manejo e papel do profissional nutricionista. A atividade é apresentada na Figura 3.

Figura 3 - Atividades realizadas pela LARA UFRGS durante o UFRGS Portas Abertas.
Fonte: Autoras.

A participação da comunidade foi expressiva, caracterizada por engajamento, criatividade e interesse nas temáticas abordadas.

Foi realizado almoço beneficente em Porto Alegre no dia 24 de maio de 2025, em parceria com a ACELBRA RS, com participação de aproximadamente 70 pessoas. O evento incluiu a oferta de refeição inclusiva e livre de glúten, preparada por membros da LARA UFRGS e voluntários parceiros, realizado em ambiente designado como seguro e acolhedor, com apresentação de música ao vivo, sorteios e distribuição de brindes.
A atividade é apresentada na Figura 4.

Figura 4 - Almoço em alusão ao Maio Verde, mês de conscientização da doença celíaca, realizado em maio de 2025.
Fonte: Autoras.

Foi criada a página da LARA UFRGS no Instagram como canal de comunicação direta com a sociedade geral. A página é alimentada continuamente com postagens informativas sobre restrições alimentares e temas transversais, incluindo alimentação coletiva institucional (escolas, restaurantes universitários e hospitais), mudanças climáticas, alimentos da sociobiodiversidade, sustentabilidade, inclusão e acessibilidade alimentar, além de promoção da saúde por meio de segurança alimentar e nutricional e atualmente conta com 1.655 seguidores e 102 postagens.
O conteúdo é fundamentado em pesquisas recentes, legislações e regulamentações vigentes.

Foram realizadas Rodas de Conversa nos meses de junho e agosto de 2025, estruturadas como espaço para compartilhamento de experiências, relatos de vivências e discussão de desafios associados a viver com restrições alimentares causadas por reações adversas a alimentos. Ambas as atividades incluíram lanche coletivo inclusivo e foram realizadas na Faculdade de Medicina (FAMED) da UFRGS, abertas à comunidade geral.

A roda de conversa de junho de 2025 apresentou temática alusiva a festas juninas, com participação de 20 pessoas. A de agosto de 2025 foi dedicada à discussão sobre alimentação escolar, com participação de 15 pessoas, marcada por relato de adolescente com DC que evidenciou desafios na oferta de alimentação segura nas escolas e carência de preparo institucional para atender estudantes com restrições alimentares. Ambos os encontros reforçaram a importância de qualificação profissional para promoção do direito à alimentação adequada em todos os ambientes.
A Figura 5 apresenta o evento de junho.

Figura 5 - Roda de conversa, realizada em junho de 2025.
Fonte: Autoras.

Em julho de 2025, em parceria com empresas de alimentação inclusiva, a LARA UFRGS organizou atividades lúdicas e educativas na Festa Julina Inclusiva, promovida na empresa Veritá, contemplando brincadeiras temáticas e distribuição de brindes livres de glúten e leite, ampliando o compromisso com conscientização e inclusão alimentar.

Foi realizado, em julho de 2025, o "Clube LARA", atividade online voltada ao debate interdisciplinar sobre restrições alimentares com base em artigos, livros e textos técnicos, com foco em ciência, evidências e inclusão. Cada edição apresenta tema com referência bibliográfica específica, em formato expositivo seguido de debate aberto.
O formato remoto favoreceu a participação de inscritos de diversas cidades do RS e de outros estados.

A primeira edição abordou temática de AA e alimentação escolar na rede municipal do RS, com apresentação realizada por nutricionista membro da LARA UFRGS. O evento contou com mais de 80 participantes e proporcionou intercâmbio de experiências e realidades diversas.

No âmbito de divulgação científica e educação em saúde, a LARA UFRGS realiza continuamente o podcast "PodComer?", dedicado à discussão de temas sobre restrições alimentares, divulgação de ciência baseada em evidências e combate à desinformação no tema, além de abordagem de desafios cotidianos desta população.

O formato contempla episódios de aproximadamente trinta minutos, apresentados por membros da LARA UFRGS e convidados, incluindo entrevistas, conversas, explanações e sessões de perguntas e respostas. As produções envolvem elaboração de roteiros, organização de agenda, convites aos participantes, agendamento de estúdio e gravação de áudio e vídeo. O projeto integra o 1º Edital para seleção e veiculação de conteúdos da Rádio da Universidade AM 1080, além de ser disponibilizado nos canais LARA UFRGS do *YouTube* e *Spotify*.

O episódio inaugural, intitulado "Quem é a LARA UFRGS?", foi gravado, editado e encontrava-se

em fase de lançamento na programação da Rádio da Universidade em dezembro de 2025 e posteriormente ficará disponível nos canais da LARA UFRGS.

Articulações com órgãos governamentais estaduais e municipais

Foi realizada reunião com o gabinete do vice-governador do estado do RS, durante a qual foram apresentados dados dos atendimentos realizados pelo projeto SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS durante as inundações de 2024. Nesta oportunidade, solicitou-se a inclusão de protocolo específico no Plano de Contingência Estadual e a criação de políticas públicas para pessoas com restrições alimentares devido a reações adversas a alimentos.

Em Porto Alegre, foi realizada reunião com a Secretaria de Governança Municipal, sob liderança do Secretário Cássio Trogildo, para discussão de instrumentos de implementação de leis municipais beneficiárias desta população: o Programa de Assistência ao Celíaco, o Programa Inclusão Alimentar e o Selo Sem Glúten, destinado a serviços de alimentação que produzem de forma segura alimentos isentos de glúten.

Posteriormente, foi realizada reunião com o Secretário Municipal de Saúde de Porto Alegre, Fernando Ritter, com foco na implementação operacional do Selo Sem Glúten. Este instrumento objetiva certificar serviços de alimentação que atendam os critérios de produção de alimentos sem glúten conforme especificado na Portaria SES/RS 799/23, item 15, e estabelecer mecanismos de fiscalização destes estabelecimentos.

Em 8 de maio de 2025, membros da LARA UFRGS realizaram reunião com a Deputada Laura Sito, presidente da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional da Assembleia Legislativa do Estado do RS. Durante o encontro, foi reiterado o pedido de inclusão de protocolo específico no Plano de Contingência Estadual para atendimento de pessoas com restrições alimentares devido a reações adversas a alimentos, bem como divulgação ampla sobre a temática.

Em 5 de junho de 2025, realizou-se reunião com o Deputado Adão Pretto Filho, presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do RS e membro da Frente Parlamentar de Combate à Fome com Alimentação Saudável. Durante este encontro, foram apresentados dados do projeto "SOS Alérgicos e Celíacos nas Enchentes do RS" e identificadas necessidades sistêmicas, incluindo:
(I) ampliação do acesso a encaminhamentos ágeis para especialistas e exames diagnósticos de DC, considerando a subnotificação atual e tempo de espera prolongado no sistema de saúde; (II) preparação de escolas para atendimento de alunos com diferentes reações adversas a alimentos, direito constitucionalmente garantido e reforçado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
(III) integração com agricultura familiar. Foi proposto organizar um encontro com a Frente Parlamentar para aprofundamento e ampliação do debate.

Membros da LARA UFRGS, em colaboração com a ACELBRA RS, realizaram reunião com representantes da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (SMED), com a presença do Secretário Leonardo Pascoal, equipe técnica e nutricionista da rede, para discussão de aprimoramentos no sistema de matrículas escolares. Identificou-se a necessidade de inclusão de campo específico para identificação de necessidades alimentares especiais dos alunos, inclusive sua localização e tipificação das restrições. Ressaltou-se também a importância de capacitação de profissionais de nutrição e merendeiras por meio de cursos de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos Sem Glúten, com objetivo de promover ambientes escolares mais seguros e inclusivos.

Projeto de pesquisa em desenvolvimento

Encontra-se em fase de desenvolvimento o projeto de pesquisa intitulado "Mapeamento das pessoas com restrições alimentares causadas por reações adversas a alimentos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): uma análise à luz do direito à alimentação segura", que será realizado em todos os *campi* com a comunidade da UFRGS. O início da coleta de dados depende da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

A investigação objetiva: (I) levantar dados sobre prevalência e natureza das restrições alimentares entre a comunidade da UFRGS; (II) analisar o uso e a segurança da alimentação ofertada nos RUs em ambiente universitário federal. Os resultados previstos contribuirão para o delineamento de propostas voltadas à promoção de inclusão e acessibilidade institucional, fundamentando estratégias em parceria com a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAE), com objetivo de tornar os RUs e lancherias mais inclusivos, com oferta adequada a diversas demandas alimentares, incluindo eventos institucionais.

Após a aprovação pelo CEP, o projeto será estendido ao HCPA, onde a investigação objetiva levantar dados sobre prevalência e natureza das restrições alimentares entre os funcionários do HCPA.

Considerações finais

A atuação da LARA UFRGS evidencia a importância de iniciativas interdisciplinares no enfrentamento das desigualdades alimentares, especialmente em contextos de emergência.
O reconhecimento das reações adversas a alimentos como uma questão de saúde pública e de direitos humanos ainda é incipiente, exigindo a continuidade de ações educativas, científicas e políticas.
A experiência mostra que a universidade pode ser agente transformador na promoção da inclusão alimentar, articulando saberes e mobilizações que contribuam para a construção de políticas públicas mais justas e acessíveis. A permanência e o fortalecimento da LARA UFRGS representam um passo importante na luta por visibilidade, dignidade e segurança alimentar para pessoas com restrições alimentares causadas por reações adversas a alimentos. A LARA UFRGS, como projeto de extensão, procura fazer o debate nas diferentes frentes, seja dentro da universidade, nos governos, nos ambientes legislativos e agências reguladoras, pois existe a necessidade de pautar o tema de inclusão e acessibilidade alimentar, pouco debatido na sociedade.

Agradecimentos

As autoras agradecem à coordenação do projeto de extensão, à universidade, à ACELBRA RS e a todas as pessoas que fazem com que a LARA UFRGS siga existindo, seja com suporte direto ou o mais puro afeto. ◂

Referências Bibliográficas

ARENS, A.; LANGE, L.; STAMOS, K. Epidemiology of food allergy. *Allergo J. Int*., v. 34, n. 5, p. 121–126, 2025.

BILAVER, L. A. et al. Addressing the social needs of individuals with food allergy and celiac disease during COVID-19. *Soc. Work Health Care*, v. 60, n. 2, p. 187–196, 2021.

CATANZARO, R.; SCIUTO, M.; MAROTTA, F. Lactose intolerance: update on pathogenesis, diagnosis and treatment. *Nutr. Res*., v. 89, p. 23–34, 2021.

DAĞ, Y. S. et al. Difficulties experienced by children with celiac disease in the Turkey earthquake. *J. Pediatr. Health Care*, 2025.

DEFESA CIVIL RS. Situação nos municípios. [S. l.], 2024. Disponível em: https://sosenchentes.rs.gov.br/situacao-nos-municipios. Acesso em: 1 jun. 2025.

FREITAS, C. M.; BARCELLOS, C. Disaster in Rio Grande do Sul and SUS response. *Cad. Saúde Pública*, v. 40, n. 11, e00114424, 2025.

STØRDAL, K.; KURPPA, K. Celiac disease, wheat sensitivity and wheat allergy. *Semin. Immunol*., v. 77, 101930, 2025.

UERGS. *Anais do 3º SIEPES*, 2024. Disponível em: https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/handle/123456789/3608. Acesso em: 20 nov. 2025.

Sequência didática para o ensino de ecotoxicologia: muro de problemas e árvore de soluções na extensão universitária

Maria Eduarda Borille; Ana Paula Braun; Arno Henrique Schuks; Gabriela Werus; Isabella Krauss; Deise Borchhardt Moda; Marcos Otávio Ribeiro; Ana Carolina de Deus Bueno Krawczyk
Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
E-mail: mebiorille@gmail.com

Resumo

As metodologias ativas se destacam como estratégias capazes de promover aprendizagens significativas, fortalecendo o protagonismo estudantil e a reflexão crítica. Este artigo apresenta a experiência do Projeto de Extensão *Diálogos sobre a Ecotox!* por meio da sequência didática *Muro de Problemas* e *Árvore de Soluções*, desenvolvida com estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio. A proposta buscou articular conceitos de ecotoxicologia, com ênfase nos impactos do uso de agrotóxicos, poluição e práticas sustentáveis. A atividade consistiu na identificação coletiva de problemas socioambientais e na proposição de soluções. Os resultados evidenciaram maior compreensão dos conteúdos científicos e engajamento dos participantes na busca de alternativas viáveis, como educação ambiental, políticas públicas e inovação tecnológica. Conclui-se que a metodologia favoreceu a construção coletiva do conhecimento e a formação cidadã crítica, integrada ao compromisso com a sustentabilidade.

Palavras-chaves: metodologias ativas; educação ambiental; sustentabilidade; agrotóxicos; aprendizagem significativa.

Resumen

Las metodologías activas destacan como estrategias que promueven un aprendizaje significativo, fortaleciendo el protagonismo estudiantil y la reflexión crítica. Este artículo presenta la experiencia del Proyecto de Extensión Diálogos sobre la Ecotox! mediante la secuencia didáctica Muro de Problemas y Árbol de Soluciones, desarrollada con estudiantes de Educación Básica II y Secundaria. La propuesta articuló conceptos de ecotoxicología, con énfasis en los impactos del uso de agrotóxicos, la contaminación y las prácticas sostenibles. La actividad incluyó la identificación colectiva de problemas socioambientales y la propuesta de soluciones. Los resultados mostraron mayor comprensión de los contenidos científicos y el compromiso de los participantes en la búsqueda de alternativas viables, como educación ambiental, políticas públicas e innovación tecnológica. Se concluye que la metodología favoreció la construcción colectiva del conocimiento y la formación ciudadana crítica integrada a la sostenibilidad.

Palabras clave: metodologías activas; educación ambiental; sostenibilidad; agrotóxicos; aprendizaje significativo.

Introdução

As metodologias ativas têm se consolidado como ferramentas essenciais para o fortalecimento do protagonismo estudantil e para a construção de aprendizagens mais significativas. Nesse contexto, quando integradas às ações extensionistas, essas práticas ampliam as oportunidades de dialogicidade entre os acadêmicos e a comunidade externa. Além disso, conforme estabelece a Resolução nº 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação/ MEC, em seu artigo terceiro, as ações extensionistas devem promover processos interdisciplinares, político-educacionais, culturais, científicos e tecnológicos, o que reforça a relevância da adoção de metodologias ativas nesse contexto.

No cenário contemporâneo da educação, marcado por rápidas transformações sociais e tecnológicas, torna-se cada vez mais necessário superar práticas tradicionais centradas apenas na transmissão de conteúdos, e sim promover estratégias que incentivem a colaboração, a análise crítica e a resolução de problemas.
De acordo com Camargo e Daros (2018), o aprendizado ativo possibilita que o estudante deixe de ser um mero receptor e assuma o papel ativo em sua formação, participando de forma engajada dos processos de construção do conhecimento. Compreender os diferentes estilos de aprendizagem é fundamental para a eficácia dessas práticas. Fleming (2001) destaca que cada indivíduo apresenta preferências cognitivas distintas, visuais, auditivas, de leitura, escrita ou cinestésicas, que influenciam diretamente na forma como se relacionam com as atividades propostas. Assim, metodologias participativas, que conciliam análise crítica, criatividade e resolução colaborativa de problemas, podem atender a essa diversidade, tornando o processo mais inclusivo e eficiente.

Entre as estratégias inovadoras de ensino, destaca-se a utilização do *Muro de Problemas* e *Árvore de Soluções*, que consiste em uma metodologia ativa voltada para a identificação coletiva de dificuldades e a proposição de alternativas práticas. Essa atividade não apenas mobiliza os estudantes na construção conjunta dos saberes, mas também desenvolve competências socioemocionais, como empatia, diálogo e trabalho em equipe. Segundo Barbosa e Moura (2013), a aprendizagem baseada em problemas estimula a autonomia e a reflexão crítica dos estudantes, articulando teoria e prática na resolução de situações reais, o que reforça o potencial dessa atividade no ambiente escolar.

Diante desse cenário, a presente proposta busca contribuir tanto para o campo da educação quanto para a sensibilização socioambiental, ao

articular metodologias ativas com a temática da Ecotoxicologia. A relevância do estudo está em integrar práticas pedagógicas inovadoras ao debate sobre sustentabilidade, oferecendo subsídios para que professores e estudantes construam soluções coletivas frente aos desafios impostos pelo uso de agrotóxicos. Dessa maneira, o artigo apresenta inicialmente os fundamentos teóricos que embasam a atividade, em seguida descreve o processo de aplicação do *Muro de Problemas* e da *Árvore de Soluções* no contexto escolar e, por fim, discute seus desdobramentos e potencialidades formativas.

Procedimentos metodológicos

As dinâmicas foram desenvolvidas com o objetivo de contemplar um curso formativo na área da Ecotoxicologia, em que houve a participação de 10 discentes do 8º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. A turma eletiva estava associada ao Colégio Estadual Barão do Cerro Azul, do município de Cruz Machado, Paraná. Esta ação foi realizada pelo Projeto de Extensão Diálogos sobre a Ecotox! – Caminhos para a sustentabilidade, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus União da Vitória, aliada ao Programa Universidade Sem Fronteira (USF).

A sequência didática foi elaborada com base no planejamento de nove encontros educativos voltados para o desenvolvimento de temáticas relevantes relacionadas ao meio ambiente e à saúde pública. Os conteúdos abordados incluem: introdução à Ecotoxicologia; a problemática do uso de agrotóxicos; poluição e contaminação aquática; impactos ambientais causados por contaminantes químicos; descarte inadequado de substâncias químicas e suas consequências, como a alteração de mecanismos neurológicos nos seres afetados; compreensão da qualidade da água para consumo humano, incluindo turbidez e presença de compostos químicos; boas práticas laboratoriais no uso de microscópio óptico e estereoscópio binocular; importância dos bioindicadores e biomarcadores no ambiente; piscicultura e a produção de peixes para distribuição local, além da produção de produtos sustentáveis, como sabão caseiro, alternativas ao desinfetante comercial e bioplástico.

Diante da complexidade dos temas abordados em uma ciência de caráter interdisciplinar, buscou-se explorar diferentes formas de transposição dos conceitos científicos com a utilização de recursos visuais e acessíveis à comunidade escolar. Neste contexto, para um dos encontros, foram criadas as atividades didático-extensionistas Muro de Problemas e Árvore de Soluções, inspiradas na leitura do e-PUB A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para o aprendizado ativo, escrito por Camargo e Daros (2018), especificamente nos capítulos: “Estratégia 6: Árvore de problemas” e “Estratégia 9: Construindo um muro”. Essas ferramentas foram utilizadas para trabalhar os agentes envolvidos na discussão sobre contaminantes químicos, analisar seus impactos ambientais e propor soluções com base nos meios apresentados durante o encontro de 3 horas.

A metodologia foi previamente planejada com o auxílio da plataforma de design gráfico Canva (Figura 1), com o intuito de possibilitar a posterior confecção física dos materiais, além de facilitar a elaboração do aporte teórico de maneira visual. Essa abordagem foi desenvolvida em consonância com o Método VARK (Visual, Aural, Read/Write, Kinesthetic), com o objetivo de atender aos diferentes estilos de aprendizagem dos estudantes participantes do projeto. Para isso, foi adotada uma variedade de estratégias que contemplassem aprendizes com preferências visuais, auditivas, leitura/escrita e cinestésicas, conforme os preceitos de Fleming (2001).

Para a criação de ambos os materiais, foram utilizados os seguintes recursos: tesoura, cola quente, velcros, papel seda bege, EVA colorido, TNT, papelão, papel kraft, folhas de sulfite verdes, tachinhas, tinta guache e pincel atômico

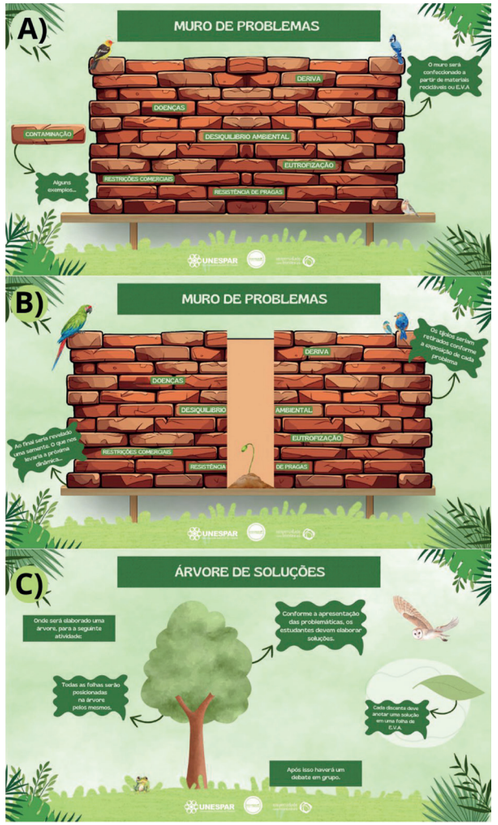


Figura 1 - Planejamento das etapas que compôs a sequência didática: A) estágio inicial, com problemas organizados perante o seu grau de seriedade; B) a idealização para que a semente fosse exposta após a primeira etapa; C) o planejamento para o decorrer da segunda dinâmica.
Fonte: Autores, 2025.

Soluções”. Sobre esse painel, foram fixados tijolos, nos quais estavam escritos diferentes impactos negativos causados por contaminantes químicos (Figura 2A).

Cada tijolo era preso de forma a permitir sua retirada durante a realização das dinâmicas. Os problemas descritos nos tijolos foram organizados por cores distintas (Figura 3), de acordo com suas similaridades temáticas, e cada um dos 7 grupos foi apresentado por um extensionista durante o encontro. No total, foram confeccionados 28 tijolos, que abrangiam o âmbito ambiental, saúde humana, agrícola e produtiva, político-institucional, educacional e informativo, como, por exemplo, contaminação do solo, intoxicação agrícola, resistência a agrotóxicos, política pública inadequada e desinformação sobre riscos. À medida que os impactos eram explicados, os tijolos correspondentes eram retirados do painel, revelando, ao final, a imagem de uma semente (Figura 2B). Essa imagem servia como transição simbólica para a etapa seguinte: a *Árvore de Soluções*.

permanente na cor preta. Todos os materiais foram confeccionados previamente ao encontro com os estudantes, compondo um painel com o título da prática “Muro de Problemas e Árvore de

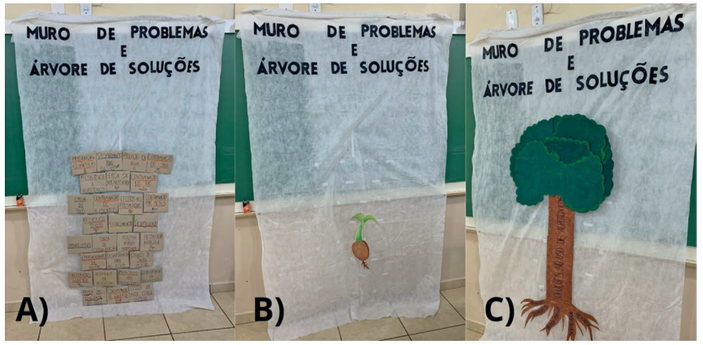


Figura 2 - Execução do *Muro de Problemas* e *Árvore de Soluções*, em três etapas: A) apresentação dos problemas; B) revelação da semente; C) exposições dos meios para a elaboração de possíveis soluções.
Fonte: Autores, 2025.

Figura 3 - Organização por cores dos problemas apresentados durante a primeira dinâmica.
Fonte: Autores, 2025.

A árvore (Figura 2C) foi confeccionada com papelão, pintada com tinta guache e no seu tronco continha o tema central "Soluções no uso de agrotóxicos". Suas raízes representavam alguns dos meios utilizados para alcançar formas de mitigação, que também foram apresentados aos estudantes, sendo eles: educação; sensibilização; inovações tecnológicas; políticas públicas; pesquisas científicas. As soluções propriamente ditas foram escritas pelos estudantes em folhas verdes previamente recortadas. Essas folhas eram fixadas na copa da árvore, compondo visualmente as propostas construídas coletivamente. Dessa forma, a partir da exposição dos problemas ambientais e análise dos meios indicados, os próprios estudantes foram estimulados a propor soluções, a fim de promover a construção ativa do conhecimento.

Os extensionistas atuaram como facilitadores das dinâmicas, mediando as discussões, estimulando a participação dos estudantes e auxiliando na articulação entre os problemas identificados e as soluções propostas. Durante a atividade, foram responsáveis por conduzir as explicações dos problemas, retirar os tijolos do muro, revelar a semente e orientar a construção coletiva da árvore de soluções. Essa atuação exigiu dos graduandos habilidades de comunicação, adequação de linguagem ao público e a resolução de imprevistos, como a necessidade de reforçar explicações sobre conceitos complexos.

Resultados e discussões

Após a apresentação dos materiais, foi solicitado aos estudantes que escolhessem ao menos três das folhas destinadas à escrita de possíveis formas de mitigação dos problemas relacionados ao uso de agrotóxicos. Além de demonstrarem boa compreensão do conteúdo científico abordado, o grupo expôs suas ideias aos colegas por meio de uma apresentação (Figura 4) realizada no centro do semicírculo montado especialmente para a dinâmica.

Durante esse momento, foi possível perceber que os estudantes realmente refletiram sobre o tema, apresentando perspectivas próprias que desencadearam um diálogo colaborativo em torno de soluções sustentáveis. Entre as sugestões mais recorrentes, destacaram-se: a adoção de boas práticas agrícolas, o fortalecimento da educação ambiental, o ensino de práticas sustentáveis, a implementação de uma

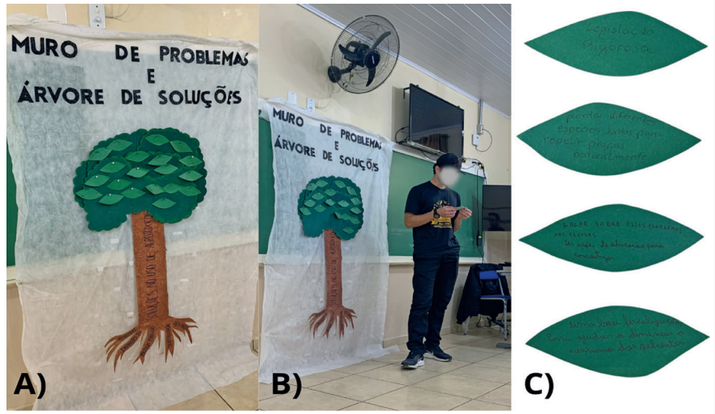


Figura 4 - Registros de alguns dos resultados obtidos: A) o mural com as anotações dos estudantes; B) a apresentação de um dos estudantes; C) quatro das vinte folhas preenchidas durante a sequência didática.
Fonte: Autores, 2025.

legislação mais rigorosa e a busca por métodos alternativos ao uso de agrotóxicos.

A solução de problemas baseia-se na metodologia ativa proposta por Camargo e Daros (2018), instigando os estudantes ao pensamento reflexivo acerca dos problemas ambientais abordados na atividade. Entre eles, a poluição aquática, o descarte incorreto de fármacos, a utilização demasiada de agrotóxicos por agricultores, expondo ao risco a saúde dos organismos, auxiliando na problematização e na preocupação com o meio ambiente e a saúde dos indivíduos.

A utilização de metodologias ativas na educação ambiental proporcionou uma forma mais simples de compreender os conceitos ambientais e fomentar a adoção de sugestões práticas de ações sustentáveis, como o descarte correto de fármacos, a sensibilização sobre o uso de agrotóxicos e o descarte e a separação corretos do lixo. Além de promover um aprendizado ativo, incentivando-os a se tornar parte de uma sociedade mais sustentável. Do mesmo modo que trabalhar questões ambientais em sala de aula contribui com a formação integrada dos estudantes, a formação dos docentes também acontece. Se tratando, desse modo, de uma formação cidadã integrada de via dupla, corroborando ainda mais com a sensibilização de uma sociedade a respeito do espaço e da saúde do local em que ela vive (Balduino Junior *et al.*, 2024).

Ao utilizar recursos inovadores em sala de aula, como o Muro de Problemas e a Árvore de Soluções, faz com que os estudantes saiam da rotina e despertem o interesse e a curiosidade no assunto. Gomes *et al.* (2016), ao utilizar a metodologia de árvore de problemas como uma ferramenta de diagnóstico ambiental com os estudantes, relatam que tais métodos cooperam com o desenvolvimento dos estudantes e com o exercício da observação do meio ao seu redor. Exercendo a reflexão crítica, a cidadania e as relações com o meio ambiente, formando, no futuro, uma sociedade que se preocupa com o meio ambiente e busca, em seu cotidiano, adotar ações ambientalmente responsáveis.

De acordo com Oliveira *et al.* (2023), a discussão sobre a abordagem da educação ambiental na educação básica é de suma importância. Uma vez que trazer a sensibilização ambiental não só ajuda na formação de uma sociedade que se preocupa com o ecossistema e a biota nele presente, mas também ampara no desenvolvimento dos indivíduos.

Emocionalmente, na aprendizagem cognitiva e no desenvolvimento autônomo. Como também contribui para o debate dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, fazendo-se necessário integrar aspectos sustentáveis na grade curricular da educação básica.

Souza (2023) corrobora em sua pesquisa, acrescentando que trabalhar a educação ambiental em sala de aula não é apenas relatar os problemas observados, e sim trazer e propor soluções cabíveis para resolver ou amenizar os desafios observados. Ensinar os estudantes de forma que os mesmos identifiquem a importância e a necessidade de conservar e proteger o meio ambiente, tornando-os capacitados para compreender o impacto de suas ações no ecossistema. Diante desse fato, o professor deve atuar como um mediador e auxiliar na interdependência entre a comunidade e o meio ambiente, como também, de forma interdisciplinar, trabalhar a educação ambiental, apresentando os problemas ambientais, a legislação acerca deles e como resolver esses problemas apresentados.

As percepções dos extensionistas após a realização das atividades foram positivas, evidenciando a importância da curricularização da extensão no ensino superior e contribuindo para a formação docente, ao consolidar esse espaço como um ambiente de aprendizagem crítica e de engajamento social. Posteriormente, relataram também um amadurecimento profissional proporcionado pelo desenvolvimento dessas atividades, que estimulam habilidades criativas, comunicativas e interpessoais.

Portanto, a abordagem do muro de problemas e árvores de soluções se comporta como uma atividade que, além de apresentar os problemas ambientais presentes na atualidade, incentiva e destaca os estudantes a pensarem e conhecerem como resolvê-los, os tornando cidadãos que se preocupam com a natureza e os organismos nela presentes, praticando a formação cidadã integrada, unindo a universidade com a comunidade, realizando a troca mútua de conhecimento entre os envolvidos.

Além dos resultados obtidos com os estudantes do colégio, a atividade proporcionou um significativo aprendizado para os extensionistas envolvidos. Estes relatam que a condução das oficinas demandou não apenas domínio conceitual, mas também habilidades interpessoais, como empatia, escuta ativa e flexibilidade pedagógica. O contato com a realidade escolar permitiu compreender, na prática, os desafios da educação ambiental e a importância da mediação crítica e propositiva.

Os extensionistas destacaram que a experiência contribuiu para sua formação cidadã, ao vivenciarem o papel da universidade na transformação social e na promoção do diálogo entre saberes acadêmicos e comunitários. Superar obstáculos como a linguagem técnica e a diversidade de interesses dos estudantes despertou nos universitários a necessidade de adaptação e criatividade no exercício da docência e da extensão.

Em suma, os resultados observados pelo grupo de extensionistas demonstram que a aplicação de metodologias ativas, como o Muro de Problemas e a Árvore de Soluções, foi eficaz para envolver os estudantes na reflexão crítica e na proposição de soluções sustentáveis para os problemas ambientais relacionados ao uso de agrotóxicos. A sequência didática favoreceu a construção coletiva do conhecimento, a sensibilização para questões ambientais e a formação cidadã, ao mesmo tempo em que estimulou a autonomia dos discentes para pensar em alternativas práticas e viáveis. A participação ativa e o diálogo entre os estudantes promovem uma aprendizagem significativa e contribuem para a formação de cidadãos mais críticos e comprometidos com a preservação do meio ambiente, alinhando-se aos princípios da Educação Ambiental e da Sustentabilidade. Assim, a abordagem reforça a importância de integrar práticas pedagógicas inovadoras, preparando os extensionistas para atuar de forma responsável e transformadora na sociedade.

Considerações finais

A produção de materiais didáticos é fundamental na educação básica, pois, ao fazer a utilização dos mesmos, a aprendizagem se torna mais significativa e dinâmica, despertando o interesse dos estudantes.

Dessa maneira, a realização da atividade do Muro de Problemas e Árvore de Soluções foi extremamente importante para o entendimento e aprofundamento sobre os problemas ambientais relacionados ao uso de agrotóxicos, além de despertar o pensamento crítico, refletindo sobre diversas soluções para esses problemas.

Por fim, destaca-se que a sequência didática não apenas promoveu a sensibilização ambiental entre os estudantes da educação básica, mas também se configurou como uma experiência formativa fundamental para os extensionistas, reforçando a importância da extensão universitária como espaço de aprendizado crítico, engajamento social e construção de identidades docentes e cidadãs comprometidas com a sustentabilidade.

Agradecimentos

Agradecemos ao Programa Universidade Sem Fronteiras, à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e ao Colégio Estadual Barão do Cerro Azul pelo financiamento, suporte institucional e pela cessão do espaço escolar, que foram essenciais para a execução desta sequência didática. ◂

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimarães de. Metodologias ativas de aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica. Boletim Técnico do Senac, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013.

BALDUINO JUNIOR, Ailton Leonel et al. Educação ambiental e sustentabilidade: as contribuições da formação docente para a conscientização sustentável nas escolas. Lumen et Virtus, v. 15, n. 40, p. 4366-4375, 2024. DOI: 10.56238/levv15n40-019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União, 2018.

CAMARGO, Fausto; DAROS, Thuinie Medeiros Vilela. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018.

FLEMING, N. D. Teaching and learning styles: VARK strategies. Christchurch: N. D. Fleming, 2001.

GOMES, Tatiana Botelho; ECKERT, Natali Oliveira Santos; COELHO, Andressa Sales. Árvore dos problemas: ferramenta para diagnóstico ambiental na comunidade do Pontal do Peba, Alagoas. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 10., 2016. Anais [...]. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. p. 1-8.

OLIVEIRA, Fernanda Rodrigues de; CAVALCANTE, Kátia Viana; JESUS, Edilza Laray de. Sustentabilidade e educação ambiental no contexto do Novo Ensino Médio: um olhar sobre a proposta curricular e pedagógica do estado do Amazonas. Revista Brasileira de Educação Ambiental, v. 18, n. 2, p. 135-151, 2023.

SOUZA, Angela Maria de. A educação ambiental e o futuro: um compromisso essencial para a sustentabilidade. International Journal of Environmental Resilience Research and Science, v. 5, n. 3, 2023.

Educação financeira nas escolas:
como se precaver de armadilhas, remediar problemas e planejar o resto

Igor Estima Sardo; Cassio da Silva Calvete
Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FCE/UFRGS
E-mail: cassio.calvete@ufrgs.br

Resumo

O artigo apresenta o projeto Educação Financeira nas Escolas (EFE), desenvolvido por estudantes de Ciências Econômicas da UFRGS, com foco extensionista. O objetivo foi promover competências de consumo consciente, planejamento financeiro e prevenção a riscos entre jovens do ensino fundamental e médio. O método adotado combinou storytelling pedagógico, utilizando personagens de "Irmão do Jorel" para aproximar conceitos abstratos da realidade dos alunos, e um questionário interativo baseado em situações-problema, estimulando reflexão crítica e participação ativa. Os resultados evidenciaram forte engajamento dos estudantes, impacto positivo nas escolas e desenvolvimento pedagógico dos universitários. Apesar da interrupção em 2024, a experiência reforçou a relevância da extensão universitária como instrumento de emancipação social.

Palavras-chave: educação financeira; escolas públicas; extensão na economia; narrativa.

Resumen

Este artículo presenta el proyecto Educación Financiera en las Escuelas (EFE), desarrollado por estudiantes de Economía de la UFRGS, con un enfoque de extensión. El objetivo fue promover habilidades de consumo consciente, planificación financiera y prevención de riesgos entre estudiantes de primaria y secundaria. El método adoptado combinó la narración pedagógica, utilizando personajes del dibujo animado "El Hermano de Jorel" para conectar conceptos abstractos con la realidad de los estudiantes, y un cuestionario interactivo basado en situaciones de resolución de problemas, estimulando la reflexión crítica y la participación activa. Los resultados mostraron un fuerte compromiso estudantil, un impacto positivo en las escuelas y el desarrollo pedagógico de los estudiantes universitarios. A pesar de su interrupción en 2024, la experiencia reforzó la relevancia de la extensión universitaria como instrumento de emancipación social.

Palabras clave: educación financiera; escuelas públicas; extensión en economía; narrativa.

Introdução

A educação financeira tem se tornado uma demanda urgente diante dos desafios contemporâneos da sociedade brasileira. O aumento da oferta de crédito, a propagação de práticas de consumo imediato e a falta de planejamento de longo prazo vêm se apresentando como obstáculos significativos para a sustentabilidade financeira de famílias e indivíduos. Nesse contexto, é papel das universidades contribuir para a formação crítica da sociedade e colaborar com as escolas de educação básica na construção de saberes práticos, aplicáveis e alinhados com os direitos de cidadania.

Conforme destacam Freire (1996) e Libâneo (2012), a educação precisa ultrapassar a transmissão mecânica de conteúdos para se constituir em prática libertadora, voltada à emancipação dos sujeitos. A inserção da educação financeira nesse campo torna-se, portanto, uma extensão natural da função social da escola, pois possibilita o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento, à autonomia e ao exercício consciente do consumo.

Nesse espírito foi concebido o projeto EFE (Educação Financeira nas Escolas), idealizado e executado por estudantes de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O projeto foi planejado com enfoque extensionista, considerando tanto a troca de saberes entre universidade e comunidade quanto a aplicação prática de ferramentas pedagógicas interativas. Desta forma, foi observando o protagonismo e a formação complementar não-profissionalizante dos estudantes de economia, bem como o processo dialógico com a sociedade além dos muros da universidade, conforme preza Resolução 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (MEC) do Brasil.

A proposta buscou dialogar diretamente com os jovens, reconhecendo-os como sujeitos ativos do processo de aprendizagem. Por meio de narrativas, atividades lúdicas e situações-problema, foi possível abordar conceitos como consumo consciente, gestão de recursos pessoais e prevenção contra armadilhas financeiras. Além disso, a iniciativa contribuiu para que os graduandos da universidade desenvolvessem práticas pedagógicas, ampliando a dimensão social de sua formação acadêmica. O presente artigo tem por objetivo apresentar as características do projeto, relatar as dinâmicas aplicadas nos encontros, descrever as escolas atendidas e refletir sobre os resultados alcançados.

Características gerais do projeto

O projeto EFE iniciou suas atividades em 29 de maio de 2023 e estendeu-se até 22 de abril de 2024. Nesse período, contemplou cinco escolas do ensino fundamental e médio de Porto Alegre e região metropolitana:

a) Escola Almirante Bacelar, em 29 de junho de 2023;

b) Escola Tiradentes, em 7 de julho de 2023;

c) Instituto Profa. Gema Angelina Belia, em 11 de julho de 2023;

d) IFRS – Campus Restinga, em 16 de julho de 2023;

e) Colégio de Aplicação da UFRGS, em 9 de agosto de 2023.

A proposta das oficinas consistiu em dois encontros em cada instituição. No primeiro encontro, era trabalhado o conteúdo principal, por meio de uma narrativa estruturada no formato de *storytelling* (contação de história), utilizando os personagens da animação brasileira Irmão do Jorel como referência. O recurso narrativo permitiu aproximar a temática financeira da realidade cultural dos jovens, favorecendo a identificação e estimulando a participação.

No segundo encontro, realizado uma semana depois, os estudantes eram convidados a responder um questionário interativo. Esse instrumento colocava o personagem do desenho em situações cotidianas relacionadas ao uso do dinheiro, de modo que os alunos precisavam decidir como ele deveria agir. Assim, conceitos abstratos eram transformados em decisões práticas, reforçando o aprendizado.

O projeto também foi apresentado no dia 10 de novembro de 2023, durante a Semana Acadêmica de Economia e o Salão de Extensão da UFRGS, ocasião em que os participantes puderam compartilhar experiências, trocar impressões e discutir possibilidades de continuidade. No entanto, em 2024, as enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul nos meses de maio e junho interromperam as atividades e inviabilizaram a retomada da iniciativa no segundo semestre do mesmo ano. Desde então, não houve mobilização suficiente por parte dos alunos para dar continuidade ao EFE.

Figura 1 - Arte de divulgação do projeto na página do Instagram.
Fonte: Autores.

Dinâmica do primeiro encontro

O primeiro encontro de cada oficina tinha como objetivo central introduzir os principais conceitos de educação financeira de forma leve, criativa e acessível. Para isso, foi utilizada a metodologia de storytelling pedagógico, um recurso reconhecido por sua capacidade de conectar narrativas ao processo de aprendizagem (Silva *et al.*, 2024).

O roteiro desenvolvido pelos estudantes de economia utilizava como fio condutor os personagens de "Irmão do Jorel". Essa escolha se justificava pelo caráter lúdico do desenho, pela familiaridade que muitos jovens têm com a obra e pela possibilidade de contextualizar questões econômicas em situações cotidianas do personagem.

Figura 2 - Foto de oficina no colégio Tiradentes.
Fonte: Renan Dewes, julho de 2023.

Durante a narrativa, eram explorados cinco eixos principais:

a) Como consumir de maneira consciente?
b) O que fazer com o dinheiro que sobrar?
c) Como parcelar grandes compras?
d) Como se inserir no mercado de trabalho?
e) Quais armadilhas financeiras evitar?

Portanto, cada eixo se relacionava com o seguinte, e vice-versa, em uma narração de como o personagem do Irmão do Jorel poderia lidar com suas finanças pessoais. A ideia era criar condições para que jovens em circunstâncias muitas vezes de situação de vulnerabilidade social entendessem o valor do dinheiro e, assim, evitassem cair em armadilhas financeiras, desde as mais simples, como consumir com consciência, até as mais complexas, como evitar slogans de dinheiro fácil. Logo, o primeiro eixo se discutia a diferença entre desejo e necessidade, destacando a importância de planejar gastos e de evitar compras impulsivas; no segundo, o tema do poupar era trabalhado de modo simples, mostrando que pequenas economias ao longo do tempo poderiam gerar recursos para objetivos maiores; no terceiro, explicava-se a lógica dos juros e as consequências do endividamento quando não há controle; no quarto, tratava-se da importância de buscar qualificação, desenvolver habilidades e compreender a renda como resultado de esforço e planejamento; e, por fim, no quinto, discutia-se com os alunos exemplos de esquemas fraudulentos e práticas de risco, como pirâmides financeiras, agiotagem, crédito fácil, apostas online etc.

De acordo com Ausubel (2003), a aprendizagem significativa ocorre quando o novo conhecimento conecta-se a estruturas cognitivas já existentes. A narrativa do Irmão do Jorel funcionava exatamente nesse sentido, pois possibilitava que os jovens associassem práticas financeiras a situações de sua vivência, favorecendo a internalização dos conceitos. Sendo assim, exemplos do cotidiano como preferir fazer compras por sua finalidade em vez de por impulsos pessoais, ou mesmo evitar a sedução do dinheiro fácil, serviram de ferramenta pedagógica para empoderar jovens no início de suas carreiras no mercado de trabalho.

Dinâmica do segundo encontro

O segundo encontro, realizado na semana seguinte ao primeiro, tinha como propósito central não apenas retomar os conteúdos trabalhados, mas também reforçar e aprofundar tais conceitos por meio de uma metodologia que privilegiasse a participação ativa dos estudantes. O encontro foi cuidadosamente pensado para consolidar a aprendizagem já iniciada e, ao mesmo tempo, possibilitar a aplicação prática do conhecimento em situações simuladas, o que se revelou de grande valor pedagógico.

O recurso escolhido para isso foi a resolução de problemas mediante formulário disponibilizado no momento da dinâmica, estruturado em formato de questionário interativo, que buscava engajar os alunos em dilemas próximos à sua realidade cotidiana. Inspirado nas metodologias ativas apresentadas por Moran (2015), o questionário foi desenhado com a intenção de provocar reflexão, estimular debates e conduzir a uma aprendizagem significativa.

Figura 3 - Oficina no colégio Almirante Bacelar.
Fonte: Igor Sardo, julho de 2023.

Cada questão do questionário não se limitava a oferecer alternativas de resposta, mas vinha acompanhada de uma pequena narrativa, de modo a inserir o personagem em uma situação verossímil. Assim, quando o personagem se deparava, por exemplo, com a possibilidade de participar de uma pirâmide financeira, os estudantes precisavam avaliar de maneira crítica os riscos envolvidos, as promessas de lucro imediato, a falta de lastro da atividade e a ausência de qualquer tipo de garantia legal ou institucional. Nesse processo, não se tratava apenas de escolher a alternativa correta, mas sim de analisar o raciocínio por trás de cada opção, avaliando possíveis consequências e ponderando sobre os impactos de decisões precipitadas.

As perguntas eram elaboradas em formato de múltipla escolha, porém sempre acompanhadas de uma contextualização que permitia ao aluno compreender os diferentes aspectos do problema. Havia, por exemplo, situações em que o personagem precisava decidir se gastaria todo o salário em bens de consumo imediato ou se guardaria parte do dinheiro para o futuro. Outras vezes, o dilema envolvia aceitar ou não um empréstimo com juros aparentemente baixos, mas que escondiam custos adicionais.

Em todos esses casos, o objetivo não era simplesmente identificar a alternativa certa, mas estimular a capacidade crítica e a autonomia na tomada de decisão.

A cada questão respondida, abria-se espaço para o debate coletivo. Os estudantes universitários responsáveis pela mediação incentivavam que os alunos secundaristas justificassem suas escolhas e confrontassem suas opiniões com as dos colegas. Esse processo de argumentação coletiva levou, em muitas turmas, a discussões intensas que extrapolavam os limites da sala de aula. Diversos alunos relataram experiências pessoais ou familiares, revelando histórias de endividamento, compras parceladas em excesso, uso indevido de cartão de crédito e até mesmo envolvimento de conhecidos em esquemas de apostas online e agiotagem. Ao compartilhar essas vivências, os estudantes estabeleciam uma ponte entre os conteúdos discutidos e a realidade concreta de suas comunidades.

Esse espaço de diálogo se mostrou valioso porque promoveu não apenas o aprendizado técnico sobre como administrar recursos, mas também o fortalecimento da cidadania e da consciência crítica. Ao refletirem coletivamente sobre as consequências do consumo irresponsável, os jovens puderam compreender que suas escolhas individuais possuem impactos mais amplos na família e na sociedade. Esse processo é coerente com a perspectiva de que a educação deve ser compreendida como prática de liberdade, conforme defende Freire (1996), em que o sujeito é chamado a ser protagonista de sua própria formação.

Outro aspecto relevante do questionário foi sua própria estrutura narrativa. Não se tratava de uma série de perguntas isoladas, mas sim de um enredo com começo, meio e fim. Cada decisão tomada pelos alunos levava o personagem a caminhos diferentes, mostrando como pequenas escolhas do cotidiano podem gerar consequências distintas no futuro. Dessa maneira, o exercício aproximava-se do conceito de storytelling pedagógico, no qual a aprendizagem é mediada por narrativas que facilitam a conexão entre conceitos abstratos e situações concretas (Silva *et al*. 2024). Essa narrativa reforçava a ideia de que a vida financeira é feita de decisões sequenciais, na qual cada passo influencia os próximos.

Nesse sentido, o segundo encontro cumpriu uma função essencial ao deslocar o papel do aluno de mero receptor passivo para protagonista ativo do processo de aprendizagem. De acordo com Libâneo (2012), o ensino-aprendizagem precisa ir além da transmissão de informações e deve se orientar pela construção de significados, incentivando a autonomia intelectual. O questionário interativo do projeto EFE correspondeu a essa proposta ao desafiar os estudantes a interpretar, analisar e escolher caminhos, sempre refletindo sobre as implicações de suas escolhas.

Em síntese, pode-se afirmar que a experiência do segundo encontro serviu como um laboratório pedagógico no qual os jovens exercitaram sua capacidade de pensar criticamente sobre o consumo, o crédito, o endividamento e o planejamento financeiro. Mais do que memorizar conceitos, eles foram convidados a se posicionar, a discutir com os colegas e a construir coletivamente novas formas de compreender a realidade econômica. Esse processo contribuiu, ainda, para que percebessem que a educação financeira não é um conteúdo distante, mas uma ferramenta fundamental para lidar com os desafios concretos de sua vida cotidiana.

Resultados

Os resultados do projeto EFE foram amplamente positivos, tanto no âmbito das escolas quanto no desenvolvimento acadêmico dos estudantes universitários. Nas escolas atendidas, observou-se alta receptividade por parte dos alunos e professores. As oficinas foram avaliadas como dinâmicas, criativas e próximas da realidade

juvenil. Muitos estudantes relataram que passaram a discutir com suas famílias sobre formas de economizar e evitar armadilhas financeiras. Estima-se que, ao atender 5 escolas de Porto Alegre e região metropolitana, o projeto tenha atingido cerca de 500 alunos secundaristas.

Do ponto de vista da universidade, a experiência representou uma oportunidade de colocar em prática o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, defendido pelas diretrizes da educação superior brasileira (Brasil, 2001). Para os alunos de economia, foi uma ocasião de exercitar habilidades de comunicação, adaptação de conteúdos e prática pedagógica em situações reais. Ainda que a interrupção causada pelas enchentes de 2024 tenha limitado a continuidade do projeto, pode-se afirmar que a experiência contribuiu para a formação de uma cultura de educação financeira nas escolas contempladas, além de ter despertado interesse em futuros projetos similares.

Não obstante, a experiência pessoal de um dos alunos contemplados pelo projeto fez com que ele optasse em cursar a graduação de ciências econômicas na UFRGS como escolha de carreira profissional. As experiências e atividades do projeto foram registradas em uma conta do Instagram, com nome de *@efe_ufrgs*, na qual é possível ampliar o contato entre comunidade universitária e comunidade externa, robustecendo o vínculo extensionista do projeto.

Considerações finais

O projeto Educação Financeira nas Escolas (EFE) reafirmou a importância da extensão universitária como instrumento de transformação social. Ao levar conhecimentos de economia para jovens em formação escolar, a iniciativa possibilitou a reflexão sobre consumo consciente, planejamento financeiro e prevenção de riscos. As duas etapas das oficinas, compostas pelo storytelling no primeiro encontro e pelo questionário interativo no segundo, revelaram-se metodologias eficazes, justo porque uniram criatividade e criticidade em um processo de aprendizagem ativa. Os resultados demonstraram que os estudantes foram capazes de internalizar conceitos essenciais e traduzi-los em práticas concretas em seu cotidiano.

Ainda que a interrupção em 2024 tenha limitado a continuidade do projeto, o balanço geral é positivo e aponta para a necessidade de consolidar a educação financeira como parte integrante da formação básica. A experiência mostrou que é possível aproximar conteúdos econômicos da realidade cultural dos jovens, tornando o aprendizado mais significativo.

Assim, conclui-se que o projeto EFE contribuiu para a formação de cidadãos mais críticos e preparados para lidar com os desafios financeiros do presente e do futuro. O projeto também reafirmou a função social da universidade, destacando a relevância das práticas extensionistas na articulação entre saber acadêmico e demandas sociais. ◂

Referências Bibliográficas

AUSUBEL, David. "*Aquisição e retenção de conhecimentos*". Lisboa: Plátano, 2003.

BRASIL. "*Plano Nacional de Extensão Universitária*". Brasília: MEC, 2001.

FREIRE, Paulo. "*Pedagogia da autonomia*". São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. "*Didática*". São Paulo: Cortez, 2012.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: MORAN, José (Org.). "*Metodologias ativas para uma educação inovadora*". Porto Alegre: Penso, 2015.

SILVA, Marcilene Souto da *et al*. A contação de histórias como ferramenta da prática pedagógica na educação infantil. "*Contribuciones a las Ciencias Sociales*", v. 17, n. 4, e6404, 2024. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.17n.4-185.

Experiência literária com José Falero: literatura e corpo-infância

Daniele Soares de Lima; David Rocha da Silva
Instituto Federal Catarinense - IFC / Campus Camboriú
E-mail: daniele.lima@ifc.edu.br

Resumo

Este artigo objetiva relatar a experiência vivida em uma das ações do projeto "Letramento literário: a literatura afrobrasileira como prática pedagógica antirracista na sala de aula", sendo ela, a oficina intitulada "José Falero: literatura e corpo-infância". A escolha do tema para esta oficina se deu pela constituição do público-alvo: professores atuantes e em formação. As oficinas literárias do projeto tinham por objetivo capacitar os professores para a realização de círculos de leitura em sua sala de aula dentro da perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais. As oficinas ocorreram no Instituto Federal Catarinense (IFC) Campus Camboriú, e foram gratuitas e abertas para a comunidade externa, com duração de 3 horas entre os meses de junho e setembro. Para este artigo, fez-se o recorte da oficina ocorrida no mês de agosto de 2024. No encontro, escolheram-se dois contos do autor José Falero: "Aconteceu amor" e "O caso do bodoque" para mediar o diálogo acerca da infância, do corpo e das relações étnico-raciais.

Palavras-chave: letramento literário; infâncias periféricas; pedagogia antirracista.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo relatar la experiencia vivida en una de las acciones del proyecto "Letramento literário: a literatura afrobrasileira como prática pedagógica antirracista na sala de aula", siendo esta el taller titulado "José Falero: literatura e corpo-infância". La elección del tema para este taller se dio por la constitución del público objetivo: profesores en ejercicio y en formación. Los talleres

literarios del proyecto tenían como objetivo capacitar a los profesores para la realización de círculos de lectura en sus clases dentro de la perspectiva de la Educación de las Relaciones Étnico-Raciales. Los talleres se llevaron a cabo en el Instituto Federal Catarinense (IFC) campus Camboriú, fueron gratuitos y abiertos a la comunidad externa, con una duración de 3 horas, entre los meses de junio y septiembre. Para este artículo, se hizo el recorte de la oficina realizada en el mes de agosto de 2024. En el encuentro, se eligieron dos cuentos del autor José Falero: "Aconteceu amor" y "O caso do bodoque" para mediar el diálogo acerca de la infancia, del cuerpo y de las relaciones étnico-raciales.

Palabras clave: alfabetización literaria; infancias periféricas; pedagogía antirracista.

Introdução

O presente artigo é um relato de experiência de uma das oficinas do projeto de ações integradas de ensino, pesquisa e extensão "Letramento literário: a literatura afrobrasileira como prática pedagógica antirracista na sala de aula" (Edital 120/2023 da reitoria do IFC). Esse projeto parte de obras da literatura afro-brasileira como ferramenta mediadora das oficinas com docentes e graduandos das licenciaturas para promover uma pedagogia antirracista. Assim, o projeto reforça um compromisso da ERER pautado na Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira em todos os níveis da educação básica (Brasil, 2003). O projeto também se alinha com as diretrizes e os princípios da extensão no ensino superior conforme estabelecidas na Resolução nº 7/2018, em especial no que diz respeito à articulação da pesquisa, do ensino e da extensão, da oferta de atividades extensionistas que integram a comunidade da instituição de ensino com a comunidade externa, etc (MEC, 2018). Tal resolução ampara a ação de protagonista do bolsista extensionista do projeto, uma vez que a experiência do discente extrapola a dimensão acadêmica e o coloca como central nessa ação extensionista ao escolher as obras, fazer os recortes, realizar a oficina e articular com a comunidade externa os saberes.

Cada oficina ofertada propõe a leitura de um gênero literário diferente, entre eles: conto, romance, crônica, poema, cordel e *hip-hop*. A partir da leitura e das discussões dos textos selecionados, teceram-se reflexões acerca da realidade social do Brasil, de modo a evidenciar o papel da escola ao assumir uma perspectiva antirracista.

Dentro deste propósito, uma dessas oficinas intitulada "José Falero: literatura e corpo-infância" teve por objetivo tratar do gênero conto, levando à reflexão das questões de infância(s) e corporeidade à luz do autor Miguel Arroyo (2012). Selecionou-se dois contos: "Aconteceu amor" e "O episódio do bodoque", do livro "Vila Sapo" de José Falero, publicado em 2022. A escolha se deu pelo fato dos contos se alinharem à temática das infâncias periféricas e da precariedade dos corpos. O objetivo desta oficina foi de problematizar, por meio da leitura dos textos literários, as questões relacionadas às múltiplas infâncias com o público participante, estudantes e docentes. Esse momento teve como fundamentação as discussões trazidas por Miguel Arroyo no seu capítulo no livro "Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança: por outras pedagogias dos corpos" (2012). A importância dessa ação extensionista junto à experiência literária nos permitiram refletir sobre a escola e o seu papel nessas infâncias.

Metodologia

As oficinas de letramento literário na perspectiva antirracista acontecem desde 2022, no IFC - Campus Camboriú, oferecendo a professores da rede pública/privada de ensino, estudantes de magistério e de licenciatura de outras instituições e demais profissionais da educação que demonstraram interesse nas oficinas literárias. Aqui neste artigo, focamos em relatar as de 2024, as quais foram gratuitas e presenciais, realizadas em 6 encontros, com duração de 3 horas cada um, entre os meses de junho e setembro de 2024. O público envolvido nessa prática extensionista totalizou 50 pessoas. Os extensionistas (mediadores dos encontros) foram estudantes dos cursos de graduação Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Educação Especial Inclusiva do referido campus, responsáveis por planejar, organizar e mediar os encontros. Inicialmente, a sua divulgação se deu por meio de cartazes em escolas da região, bem como nas redes sociais do projeto, na plataforma Instagram. As oficinas realizadas em 2024, tiveram um total de 40 participantes da comunidade externa, sendo eles professores da rede e estudantes de graduação em Licenciatura em Pedagogia bem como estudantes do magistério.

As oficinas de leitura se organizam a partir da metodologia de Rildo Cosson (2009), que propõe ações ao ler o texto: motivação, introdução, leitura e interpretação. A cada encontro, esses quatro passos foram realizados dentro de um espaço de três horas, mediados pelos bolsistas de extensão. Durante esses

Figura 1 - Participantes extenos na oficina literária.
Fonte: Autores, 2024.

Figura 2 - Participantes internos (estudantes do IFC) na oficina literária.
Fonte: Autores, 2024.

encontros, foram realizadas práticas de leitura com uma intenção não apenas de atingir uma catarse literária, mas também de promover a aprendizagem acerca de uma aplicação de um círculo de leitura pelos participantes. No momento inicial, a motivação se deu a partir da leitura de um trecho do texto de Miguel Arroyo, intitulado "Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional", e a partir da leitura da notícia "O assassinato de Thiago Menezes e a dupla morte da infância no Brasil" (2023). Por meio de um diálogo coletivo iniciado por essas leituras motivadoras, os participantes compartilharam suas reflexões acerca das múltiplas infâncias, do espaço escolar e da violência vivida pelas crianças e seu impacto na vida escolar. Na metodologia de Cosson (2021), a motivação é a etapa da sequência básica do letramento literário na qual ocorre uma prática preparatória para a leitura principal. Normalmente, a função da motivação é inspirar uma reflexão pertinente ao que será lido. Para tal, a seleção da prática motivadora é feita a partir de determinado aspecto da leitura principal, como sua temática, seu gênero textual, etc.

Seguindo a metodologia proposta, foi realizada a introdução sobre a biografia do autor dos contos, apresentando-a e contextualizando a sua obra. José Falero é um autor gaúcho, reconhecido no campo literário por suas obras que retratam a vivência das comunidades periféricas de Porto Alegre (RS). O livro "Vila Sapo" (2022) reúne contos que tratam de questões sociais vividas nessa realidade periférica portoalegrense, mas que são representativas da realidade periférica do Brasil como um todo.

Em um terceiro momento, fizemos a leitura dos contos, os quais eram inéditos para os participantes. Estes centralizam a narrativa em corpos infantis, em que o protagonismo é das crianças que vivem nessa comunidade. Cada participante recebeu uma cópia impressa de cada conto e, posteriormente, foi realizada uma leitura oral coletiva, em que cada um integrante do encontro leu parte do texto, mediada pelos bolsistas. Após a leitura do primeiro conto, foi feita uma discussão inicial sobre as impressões de leitura, e em seguida foi feita a segunda leitura, mais uma vez compartilhado o efeito da leitura em cada um deles.

À luz das reflexões sobre os textos motivadores e os contos, foram feitas discussões acerca dos corpos precarizados das crianças, e sobre o entendimento da infância que aparece representado nas narrativas. Na etapa da interpretação, formou-se uma roda de conversa em que cada participante compartilhasse com o grupo uma experiência da sua infância em que a situação vivida não contava com a presença de adultos, à semelhança do que acontece com os personagens nos contos. A proposta provocou mais reflexões acerca das diferenças e semelhanças

Figura 3 - Aluno extensionista apresentando a obra do escritor José Falero.
Fonte: Autores, 2024.

entre diferentes infâncias e experiências de brincar em contextos de completa autonomia infantil.

Desenvolvimento e discussões

Os contos selecionados trouxeram reflexões distintas acerca das infâncias periféricas, à luz de conceitos como a brincadeira, a protagonização da voz da criança, o acesso a espaços de lazer ou a transformação/criação desses espaços, a violência e a marginalização. O primeiro dos dois contos selecionados para a oficina, "Aconteceu amor", conta a história de Ronaldo, que se prepara para um encontro com sua amiga Marcinha. Embora o conto não explicite a idade dos dois personagens, diversas dicas se revelam ao longo da narração que sugerem que são crianças. A narração, em primeira pessoa (narrador-personagem Ronaldo) explicita que para seu encontro, seria necessário obter camisinhas, tarefa essa que nenhum adulto quis ajudá-lo a cumprir.

Após a leitura em voz alta, foi observado pelos participantes como o autor utiliza a ambiguidade narrativa para revelar a brincadeira proposta por Ronaldo para Marcinha como sendo apenas um trote usando as camisinhas como balões d'água, ao invés de usá-las para um ato de natureza sexual. A narração, feita na perspectiva do Ronaldo, nunca explicitamente reconhece ou sequer evidencia entender a malícia presumida dos personagens adultos.

A brincadeira das crianças os leva até a grande surpresa que ele havia preparado para Marcinha: o esconderijo secreto do Ronaldo e seus amigos, nomeado o Clube. Embora esse espaço, criado pelas próprias crianças, fosse uma espécie de santuário, não era um ambiente completamente seguro, sendo inclusive insalubre devido ao esgoto que passava ali. Enquanto conversavam, Marcinha e Ronaldo são quase picados por uma cobra. Ronaldo, que tem pavor de cobras, se surpreendeu quando Marcinha tomou o protagonismo de afastar a cobra, jogando-a para fora do Clube.

Essa cena traz um diálogo importante com os contos de fada, que retratam situações em que a figura feminina (a princesa, a donzela) precisa ser resgatada por uma figura masculina (o príncipe, o herói). No conto analisado, há uma subversão dessa lógica, de modo que a Marcinha dispensa sua proteção e assume o papel de heroína ao salvar Ronaldo da cobra, que afirma que sua amada o salvou "da morte certa" e afirma que foi "a maior demonstração de coragem já testemunhada" por ele. O autor frequentemente reforça nas suas obras esse protagonismo feminino dentro do espaço periférico, explorando as formas que as mulheres assumem um papel de protagonismo da família, sendo as chefes do lar.

Diferente de "Aconteceu amor", o segundo conto selecionado para a oficina, intitulado "O caso do bodoque", é narrado em terceira pessoa. O narrador introduz o protagonista, Dô, um menino pequeno que anda com outros meninos do beco que gostam de atirar em passarinho com bodoques, também referido como estilingue. O conto descreve o dilema enfrentado por Dô ao sentir-se incomodado com essa brincadeira, mesmo participando para não se sentir excluído do grupo:

> [...] Dô não era lá muito fã de bodoques, pois serviam principalmente para caçar passarinhos, e, por mais que se esforçasse, não conseguia compreender a vantagem de abatê-los. Na verdade, abatê-los, expulsá-los da existência, impedi-los de cruzar o azul do céu em voos certeiros, condená-los a jamais cantar ao nascer do sol, tudo isso parecia-lhe mesmo uma estupidez completa, um desperdício injustificável. Desnecessário comentar que não refletia com esses meus termos de marmanjo afetado; aquilo que lhe ia em algum lugar entre o cérebro e as tripas talvez nem fosse propriamente uma reflexão; era antes um sentimento, mais ou menos como o que decerto experimentaria caso testemunhasse alguém jogando um sorvete no lixo, em pleno verão. (Falero, 2022, p. 45-46)

O narrador da história, assim, admite a incompletude de sua interpretação adulta dos sentimentos do pequeno Dô, cujas introspecções exatas nunca são explicitamente citadas. Para resolver esse

dilema, Dô escolhe propositalmente errar os pássaros, mesmo que isso atraia a zombaria dos seus colegas. Dessa forma, ele consolida sua participação na brincadeira do bodoque sem que precise machucar os pássaros. Um dos meninos, Lu, caçoa do Dô, chamando-o de "bunda-mole" e afirmando que "a fruta nunca cai longe do pé", referindo-se cruelmente ao pai de Dô que errou seis tiros durante um confronto com a polícia e foi morto.

Posterior à leitura, os participantes exploraram a temática da brincadeira e da infância no contexto do conto. Na narrativa, a brincadeira do bodoque se torna um campo de reflexões do pequeno Dô, que se incomoda não só com a necessidade de machucar os pássaros, mas também com o reconhecimento da prática como uma "tradição" da qual ele não poderia renunciar. Sua solução de "brincar mal", embora não faça sentido para seus colegas, o permite equilibrar a exigência de ser participante da cultura infantil na qual ele está inserido, sem contribuir com a crueldade. Dessa forma, o conto exemplifica como a brincadeira não configura apenas uma atividade de lazer, mas sim um campo amplo de sentidos e significações do imaginário infantil, concepção essa que se alinha com as perspectivas atuais dos estudos da infância a respeito da brincadeira enquanto linguagem própria das infâncias:

> Para a criança, o brincar é a atividade principal do dia-a-dia. É importante porque dá a ela o poder de tomar decisões, expressar sentimentos e valores, conhecer a si, aos outros e o mundo, de repetir ações prazerosas, de partilhar, expressar sua individualidade e identidade por meio de diferentes linguagens, de usar corpo, os sentidos, os movimentos, de solucionar problemas e criar. Ao brincar, a criança experimenta o poder de explorar o mundo dos objetos, das pessoas, da natureza e da cultura, para compreendê-lo e expressá-lo por meio de variadas linguagens. Mas é no plano da imaginação que o brincar se destaca pela mobilização dos significados. Enfim, sua importância se relaciona com a cultura da infância, que coloca a brincadeira como ferramenta para a criança se expressar, aprender e se desenvolver. (Kishimoto, 2010, p. 1)

A comparação que Lu faz do pequeno Dô com seu pai também reflete a dimensão da brincadeira enquanto ferramenta de leitura e reprodução da realidade. As vivências das crianças do conto são atravessadas pela violência, pobreza e marginalização e, portanto, a brincadeira do bodoque não está separada deste contexto material e social. Dô é descrito no conto como uma criança prudente e cautelosa, sempre atento aos seus arredores enquanto brincava, e "assim aquele pinguinho de gente guardava, desde seus primeiros verões, uma impressionante relação de respeito com os perigos da vida" (Falero, 2022, p. 45).

A relação de Dô com essa realidade perigosa se acentua ainda mais na segunda metade do conto, quando ele observa "[...] o brasão maligno, o símbolo do horror [...]" (Falero, 2022, p. 47) de uma viatura estacionada próximo do local onde as crianças brincavam. A descrição do narrador enfatiza o sinal de perigo iminente que o brasão da polícia representa para Dô e as demais crianças. Dô imediatamente lança seu bodoque para longe e tenta pedir para os amigos fazerem o mesmo, com pouco sucesso. Os policiais se aproximam das crianças e rapidamente observam que Dô não está com um bodoque, e o deixam ir embora. Lu, entretanto, é acusado de "[...] sair estourando lâmpada de poste por aí" (Falero, 2022, p. 47), e é suspenso pelo tornozelo pelo policial, que ameaça largá-lo de uma vala de esgoto. Ao correr de volta para casa, Dô ri para si mesmo ao sentir-se vindicado pelo choro de Lu, perguntando "Quem é o bunda-mole agora?" (Falero, 2022, p. 48).

A visão presunçosa do adulto para com cultura infantil é uma temática recorrente nos dois contos, mas se faz evidente na crítica mais dura de "O caso do bodoque" através do comportamento dos policiais. Embora as crianças brincavam com seus bodoques mirando em pássaros, os policiais imediatamente agem com violência contra elas sob a presunção que estavam cometendo vandalismo. O medo de Dô da polícia, nesse sentido, evidencia a necessidade da criança periférica de viver em estado perpétuo de alerta, mesmo no seu momento de lazer. A percepção de Dô sobre a polícia, marcada por termos como "maligno" e "horror", soma com seus instintos de sobrevivência para protegê-lo da violência sofrida por Lu.

O conto encerra com um sonho que Dô tem com seu pai. Nesta cena de catarse onírica, seu pai fala para ele: "Não te preocupes, meu filho. O pai também errava os tiros de propósito" (Falero, 2022, p. 48), trazendo um novo sentido positivo à expressão "a fruta não cai longe do pé". Assim, o final da narrativa não apenas legitima os sentimentos de Dô com relação aos bodoques, mas também humaniza seu pai, cuja imagem havia sido reduzida até então a de um bandido morto. O conto, nesse sentido, se encaixa com o objetivo literário maior do Falero de "humanizar o desumanizado" (Declercq, 2022), afastando rótulas que removem desses grupos a condição de "sujeitos", e retratando-os com enfoque nas suas subjetividades, motivações e desejos individuais e coletivos.

Considerações finais

O projeto "Letramento literário: a literatura afro-brasileira como prática pedagógica antirracista na sala de aula" evidenciou a literatura de José Falero como representativa para discussões no campo educacional acerca das relações entre corpo e infância. As ações extensionistas reforçaram a importância da literatura como mediadora de oficinas de formação de professores. Essas oficinas também mostraram o protagonismo dos estudantes colaboradores do projeto, em especial do bolsista, na elaboração das ações extensionistas, bem como sua execução. Os alunos bolsistas do curso de Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Educação Especial do IFC - Campus Camboriú, ao se envolverem diretamente na formação de professores, puderam integrar a sua formação acadêmica e enriquecê-la. Dessa forma, a extensão permitiu a ampliação do repertório crítico, cultural, estético e ético do graduandos, uma vez que estimula também, por meio da arte, a sua formação cidadã. Nesse sentido, a relação entre o Instituto Federal e comunidade se estabelece como um processo dialógico e transformador, em que o saber científico e o saber popular se relacionam, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e reafirmando o compromisso social da instituição para além dos seus muros físicos e simbólicos.

Por fim, os textos de José Falero nos permitiram acessar um campo de discussão sobre infância muito rico. E, para além disso, ver a precarização dos corpos, como aponta Arroyo (2012), é movimentar competências para discuti-la no campo educacional. ◂

Referências Bibliográficas

ARROYO, M. G. Corpos precarizados que interrogam nossa ética profissional. In: Arroyo, M. G.; Silva, M. R. (org.). Corpo-infância: exercícios tensos de ser criança; por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis: Vozes, 2012. Cap. 1, p. 23-54.

BRASIL. Lei n. 10.639. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03 /leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 03 abr. 2025.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

DECLERCQ, M. Humanizar o desumanizado: escritor retrata parte ignorada de Porto Alegre. Disponível em: https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/17/anime--vilas-jose-falero-traz-retrato-de-parte-ignorada-de-porto-alegre.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

FALERO, J. Vila Sapo. São Paulo: Todavia, 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Resolução nº 7/2018. Brasília, 19 dez. 2018.

A passagem da Operação Rondon Velho Chico pela Capital Nacional do Gesso

[1]Giovanna Marcolan Zamberlan; [1]Marcelle Luize Ronconi da Silva; [2]Laura Sartor Copelli; [3]Anita Poglia de Freitas; [4]Bárbara Machado Centeno; [5]Jonathan Simões Morais; [5]Leonardo Leites; [6]Matheus Rehbein Lemes; [5]Renato Perez Ribas; [1]Álvaro Meneguzzi
[1]Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - ENG/UFRGS
[2]Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FABICO/UFRGS
[3]Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FA/UFRGS
[4]Faculdade de Agronomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAGRO/UFRGS
[5]Instituto de Informática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - INF/UFRGS
[6]Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - EA/UFRGS
E-mail: alvaro.meneguzzi@gmail.com

Resumo

Sob o título de maior projeto extensionista do Brasil, o Projeto Rondon é uma iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério da Defesa (MD) em colaboração com outros ministérios, governos estaduais, prefeituras e instituições de ensino superior (IES). A Operação Velho Chico foi a quarta ação do Projeto Rondon no estado de Pernambuco. Durante a Operação, as atividades da equipe da UFRGS foram realizadas no âmbito do meio ambiente, comunicação, trabalho, tecnologia e produção, tendo sido planejadas para integrar o saber acadêmico com a sabedoria e as demandas da comunidade local. Cada atividade foi concebida como um espaço aberto de escuta ativa e troca de conhecimento, promovendo o diálogo entre os rondonistas e a população de Trindade. As atividades desenvolvidas atingiram 642 pessoas através de 43 atividades realizadas.

Palavras-chave: Projeto Rondon; meio ambiente; comunicação; trabalho.

Resumen

Conocido como el mayor proyecto de extensión de Brasil, el Proyecto Rondon es una iniciativa del Gobierno Federal coordinada por el Ministerio de Defensa (MD) en colaboración con otros ministerios, gobiernos estatales, gobiernos municipales e instituciones de educación superior (IES).
La Operación Velho Chico fue la cuarta acción del Proyecto Rondon en el estado de Pernambuco. Durante la Operación, el equipo de la UFRGS realizó actividades en las áreas de medio ambiente, comunicación, trabajo, tecnología y producción, planificadas para integrar el conocimiento académico con la sabiduría y las demandas de la comunidad local. Cada actividad se concibió como un espacio abierto para la escucha activa y el intercambio de conocimientos, promoviendo el diálogo entre los participantes de Rondon y la población de Trindade. Las actividades alcanzaron a 642 personas a través de 43 actividades realizadas.

Palabras clave: Proyecto Rondon; medio ambiente; comunicación; trabajo.

Introdução

Sob o título de maior projeto extensionista do Brasil, o Projeto Rondon é uma iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério da Defesa (MD) em colaboração com outros ministérios, governos estaduais, prefeituras e instituições de ensino superior (IES) (MD, 2025). Desde a Operação Zero em Rondônia, no ano de 1967, em seu ressurgimento como demanda da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 2005 e até os dias atuais, o Projeto Rondon se sustenta na ideia de levar a estudantes universitários o conhecimento sobre a realidade brasileira e desenvolver neles o senso de responsabilidade social, ao passo que se mostra uma ferramenta eficaz no fomento do desenvolvimento sustentável e capacitação da população dos municípios atendidos. Nos seus mais de 50 anos de história, o Rondon já percorreu números superiores a 1.300 municípios brasileiros com a atuação de mais de 25 mil rondonistas de diferentes IES do país.

A atuação do Projeto Rondon é estruturada por meio das Operações rondonistas. O surgimento de uma Operação considera o levantamento demográfico e socioeconômico de regiões de interesse, bem como contatos e acordos de cooperação com as gestões estaduais e municipais. Com a Operação confirmada, as IES submetem, de forma anônima, propostas de trabalho em algum dos conjuntos de ações (A, B ou C). Cada cidade recebe duas IES, uma para atuar em ações do conjunto A (áreas temáticas: saúde, educação, direitos humanos e justiça, cultura) e outra para atuar em ações do conjunto B (áreas temáticas: trabalho, meio ambiente, tecnologia e produção, comunicação), enquanto o conjunto C (comunicação social) é único para todos os municípios da Operação. Depois, é realizada a viagem precursora dos professores coordenadores para o reconhecimento da região de atuação e, por fim, a Operação propriamente dita ocorre.

Resultado das etapas acima citadas, a Operação Velho Chico foi a quarta ação do Projeto Rondon no estado de Pernambuco, após as Operações Rei do Baião (2010), Canudos (2013) e Guararapes (2014). Nomeada em homenagem ao Rio São Francisco, a Operação Velho Chico atuou em 12 municípios da região geográfica intermediária de Petrolina, tendo como base logística o 72º Batalhão de Infantaria de Caatinga (BICaat). Durante os dias no sertão pernambucano, as equipes

rondonistas promoveram oficinas e capacitações adequadas à realidade e às demandas locais.

Para a Operação Velho Chico, a UFRGS submeteu uma proposta de trabalho sendo selecionada para atuar no conjunto B, de ações temáticas envolvendo tecnologia e produção, comunicação, meio ambiente e trabalho, buscando sempre a formação de agentes multiplicadores de conhecimento (professores, gestores públicos, lideranças comunitárias). Trindade, PE, foi a cidade escolhida para receber a equipe da universidade gaúcha entre os dias 06 e 17 de julho de 2024. A equipe rondonista do Centro Universitário de Valença (UNIFAA), RJ, foi a parceira nas atividades em Trindade, atuando nas áreas do conjunto A.

Contextualização

A formação do município de Trindade começou em meados do séc. XIX com o reconhecimento da fertilidade da região e a ocupação do Sertão do Araripe. Em 1936, as terras de Trindade foram desmembradas de Ouricuri e incorporadas ao município de Araripina. A partir de 1947, o padre Luiz Gonzaga Kerhle, natural da Alemanha, desempenhou um papel crucial ao fomentar o desenvolvimento local com a criação de uma feira, o que incentivou a chegada de comerciantes e impulsionou o crescimento da população. Em 1963, Trindade foi oficialmente reconhecida como distrito e em 27 de dezembro do mesmo ano, tornou-se um município independente. O nome original “Feira do Toco” foi substituído por “Espírito Santo” e, finalmente, “Trindade” para refletir a Santíssima Trindade, com a Sagrada Família como padroeira. A influência da religiosidade na formação do município perdura nas suas características até a atualidade, sendo atestada por uma população predominantemente católica e com crescimento expressivo da parcela evangélica.

Trindade, PE, é um município de 229,569 km2 com aproximadamente 30 mil habitantes, amplamente reconhecida pela sua importância na extração e produção de gipsita, o que lhe rendeu o título de "Capital Nacional do Gesso". Situado na região geográfica imediata de Araripina, Trindade faz fronteira com os municípios de Araripina, Ouricuri e Ipubi. Além do centro urbanizado, o município possui três distritos que fomentam sua agricultura, pecuária e atividade de extração. Sua posição geográfica a coloca 650 km de distância da capital Recife e uma parte do seu território está incluso na área de proteção ambiental (APA) Chapada do Araripe, importante zona de conservação ambiental. O clima local é predominantemente semiárido, com altas temperaturas ao longo do ano todo e caracterizado por períodos extensos de seca. Inserida no bioma da Caatinga, a vegetação local é formada por espécies adaptadas à escassez hídrica, como cactos e arbustos espinhosos. Veja ilustração na Figura 1.

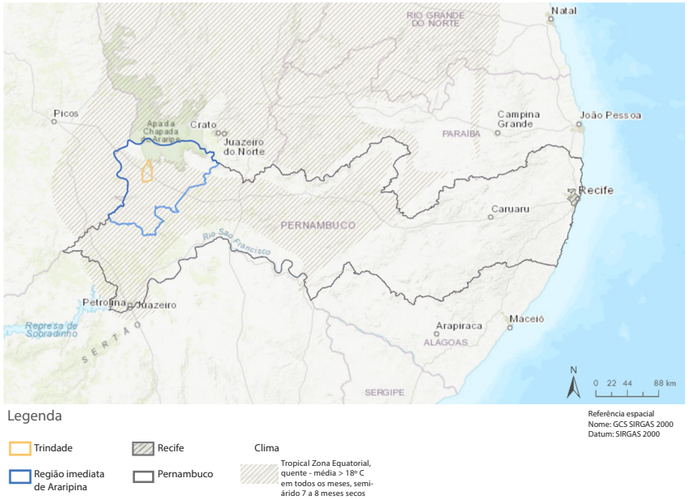


Figura 1 -Aspectos geográficos de Trindade, PE.
Fonte: Giovanna M. Zamberlan, 2024.

Trindade, como muitas cidades do semiárido nordestino, apresenta índices socioeconômicos que revelam tanto avanços quanto desafios enfrentados por sua população. Segundo os dados do IBGE (IBGE, 2025), o município possui um índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de 0,595, considerado baixo. O PIB per capita é de R$13.472,00, o 2º mais alto de sua região imediata, mas o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 1,6 salários mínimos, dados que refletem o impacto e a dependência econômica de atividades como a extração de gipsita e o comércio. A taxa de escolarização é elevada – 97,9% dos 6 aos 14 anos, mas os últimos índices de desenvolvimento da educação básica (IDEB) do município ficaram abaixo da média nacional para o ensino fundamental e nivelado para o ensino médio.

O Polo Gesseiro do Araripe é um dos mais importantes centros de extração e processamento de gesso no Brasil. Essa região é conhecida por suas extensas jazidas de gipsita, mineral base para a fabricação do gesso, que é amplamente utilizado na construção civil. Trindade desempenha um papel crucial nesse polo, sendo um dos principais núcleos produtores e beneficiadores de gesso. Atualmente, o município conta com 250 fábricas de modelagem, mineração e calcinação no setor gesseiro. A atividade gesseira em Trindade (ilustrada na Figura 2) não só predomina a economia local, mas também contribui significativamente para a economia nacional, uma vez que o polo de Pernambuco é responsável por 97% da fabricação do material no país.

Um número tão expressivo carrega consigo diversos impactos, entre eles, o desmatamento da Caatinga brasileira para a alimentação de uma produção baseada em fornos à lenha. Segundo reportagem especial do programa da Rede Globo “Fantástico”, de 07 de julho de 2024, coincidentemente exibida no primeiro domingo da Operação, ao longo de um ano são extraídos 11 mil campos de futebol de madeira da região do Araripe, de forma legal e ilegal. A extração e o transporte irregular da madeira têm colocado o setor gesseiro em risco, uma vez que a apreensão de lenha sem comprovação de origem aumentou 500% em 2023, criando percalços para o prosseguimento das atividades do setor nos moldes em que são realizadas hoje. Além do desmatamento, outro grave impacto da indústria gesseira foi observado nas passagens da UFRGS por Trindade: a poluição. Se a indústria gesseira impactou positivamente a economia, seus resíduos sólidos impactam negativamente as ruas, tendo sido observados em muitos dos bairros e distritos visitados. Rebarbas dos processos de beneficiamento

Figura2 - Trindade, PE, e o gesso.
Fonte: Laura S. Copelli, 2024.

e resíduos da aplicação do material formam pilhas brancas por toda Trindade, as quais dificilmente serão levadas à destinação final adequada.

O descarte inadequado de resíduos em Trindade, infelizmente, não se limita ao gesso. Apesar da existência da coleta de resíduos domiciliares – cabe o destaque de que não é um sistema de coleta seletiva e que a separação dos resíduos é prática incomum – cenários como os ilustrados na Figura 3 são corriqueiros. Além do descarte irregular, a queima de lixo também é prática habitual, especialmente em regiões mais rurais, onde moradores relatam estar fora do alcance da rede de coleta. Contudo, os últimos dados reportados ao SNIS (MCID, 2022) mostram que 28 dos 30 mil habitantes de Trindade são atendidos com coleta regular pelo menos uma vez na semana, mostrando que a problemática dos resíduos também está interligada a hábitos de descarte inadequado por parte da população.

Relevante para o trabalho realizado nos eixos temáticos mencionados, a realidade do emprego formal em Trindade é preocupante, ainda que entre as mais positivas de sua região. São apenas 12,58% dos trindadenses aqueles que possuem emprego formal (IBGE, 2022), contexto que ajuda a elucidar o beneficiamento de 65,9% da população pelo programa Bolsa Família (MDS, 2024). Esse cenário reflete a vulnerabilidade socioeconômica do município, evidenciando a necessidade de medidas voltadas para a geração de emprego formal de forma a garantir maior autonomia econômica para a população.

Preparação, contatos e viagem

Enquanto uma universidade gaúcha, é impensável tratar do período de preparação sem citar a maior tragédia climática enfrentada pelo Rio Grande do Sul (RS). As chuvas que desencadearam nas enchentes afetaram diretamente 2,3 milhões de pessoas, deslocaram 600 mil de suas residências e impuseram a dúvida sobre a participação das equipes gaúchas na Operação Velho Chico. Sem acesso aos campi da UFRGS e com a equipe dedicando seu tempo para auxiliar a sua comunidade, as experiências de reformulação e adaptação – tão corriqueiras durante uma Operação rondonista – estiveram presentes desde o primórdio das preparações. Foi pela vontade de devolver o suporte recebido ao RS que a participação da UFRGS persistiu e se desenvolveu, originando para além das oficinas uma equipe resiliente e coesa.

Todo o processo de preparação esteve embasado

Figura 3 - Contexto de saneamento básico em Trindade, PE.
Fonte: Laura S. Copelli, 2024.

no protagonismo da equipe de estudantes rondonistas na Operação. Partindo das adaptações da proposta de trabalho a partir da viagem precursora, inicialmente a equipe fez uma discussão das potencialidades de cada atividade e, em seguida, os rondonistas se dividiram nas atividades que mais se identificaram para atuar. Uma vez feita a divisão, os estudantes responsáveis por cada atividade estiveram à frente de todo o desenvolvimento da mesma. Com o cenário do estado do RS, as capacitações se tornaram reuniões virtuais e os encontros presenciais realizados se destinaram a testes de oficina, prototipagem e elaboração dos materiais de apoio necessários. A compra de materiais, formulação do material gráfico, orçamentos de papelaria, pesquisas e preparo das apresentações são alguns exemplos que ilustram como cada atividade da Operação Velho Chico foi criada pelas mãos de rondonistas.

O sucesso da Operação não depende somente de materiais e atividades bem preparadas, a presença e participação do público também tem papel essencial. E a conquista do público de multiplicadores está muito ligada com o apoio recebido da prefeitura do município, uma lição sentida na pele pela equipe durante a Operação. Assim como a preparação dos materiais, os contatos com os gestores de Trindade também passaram pelas mãos dos rondonistas. Secretários, funcionários da prefeitura e diretores de escolas foram contatados de Porto Alegre nas semanas prévias à Operação através de ligações, mensagens e reuniões virtuais. Algumas tentativas foram ignoradas, outras foram de sucesso e contribuíram para o pontapé da Operação, mas foi somente estando em Trindade que a parceria com a prefeitura fluiu e possibilitou a realização de certas oficinas para o público adequado.

Para além dos contatos com a prefeitura, outra parceria de relevância foi com a rádio Pop Brasil 93.7 FM e o radialista Juka Sá, o qual já tinha uma história pessoal com o Projeto Rondon em outra Operação. Fruto dessa parceria, a passagem do Rondon por Trindade foi noticiada todos os dias pela manhã na rádio, através de entrevistas com rondonistas. Este apoio permitiu que as informações sobre as atividades tivessem sua repercussão ampliada e que o público pudesse acompanhar diariamente onde as equipes rondonistas estariam. A fim de aproveitar a oportunidade cedida pela rádio ao máximo, a equipe UFRGS desenvolveu um *jingle* com auxílio de inteligência artificial para cativar o público trindadense à chegada da Operação à cidade.

Para poder executar tudo o que havia sido planejado era preciso primeiro chegar em Trindade, o que não foi uma tarefa fácil. Em decorrência da situação do estado do RS, as opções de trajeto aéreo saindo do RS eram limitadas, um cenário que rendeu à equipe UFRGS uma viagem de mais de 24 horas até o 72º BICaat, em Petrolina, PE. O percurso, que iniciou às 9h do dia 03/07 na reitoria da UFRGS, em Porto Alegre, teve como primeira parada o aeroporto regional de Caxias do Sul (123 km de distância), de onde saiu o primeiro dos 3 voos às 15h30min, com destino ao Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, SP. Depois de uma escala de 6 longas horas, o 2º voo partiu às 23h45min para o Aeroporto Internacional de Recife, PE. Já no dia 04/07, o voo para Petrolina, PE, só decolou às 08h30min, rendendo aos rondonistas uma noite mal dormida e a chegada à base operacional às 11h. Depois de dois dias de atividade no 72º BICaat, foram mais 4h da base operacional até Trindade, concluindo os 3 mil quilômetros que separam Porto Alegre do município de atuação.

Atividades promovidas

Durante a Operação Velho Chico, as atividades realizadas no âmbito de meio ambiente, comunicação, trabalho, tecnologia e produção, foram cuidadosamente planejadas para integrar o saber acadêmico com a sabedoria e as demandas da comunidade local. Cada uma das atividades foi concebida como um espaço aberto de escuta ativa e troca de conhecimento, promovendo o diálogo entre os rondonistas e a população de Trindade. A colaboração com a comunidade não apenas enriqueceu as atividades desenvolvidas,

mas também assegurou que as soluções propostas fossem adaptadas à realidade do município, fortalecendo a autonomia e a capacidade de ação dos trindadenses.

É sempre um desafio presente nas operações Rondon a captação do público para as atividades ofertadas, por diversas razões: mudança de rotina das pessoas, compromissos pessoais, dificuldade na divulgação, deslocamento do público interessado e mesmo um certo desinteresse do público alvo pelo desconhecimento do que está sendo ofertado, algo novo para esta população. As atividades realizadas estiveram fortemente integradas umas às outras como, por exemplo, a oficina de produção digital juntamente com a de produção de geleias. Isso gerou uma percepção de continuidade, consistência e coerência das formações propostas.

Ações sobre meio ambiente em uma Operação rondonista são cruciais para que a parte do "sustentável" no objetivo principal de desenvolvimento das comunidades do Projeto Rondon não se perca. A visão holística do ser humano como parte do ecossistema e a necessidade de estender o olhar para questões ambientais no cotidiano foram as principais ideias norteadoras das atividades no eixo temático, que objetivaram principalmente a sensibilização de multiplicadores para as questões ambientais pertinentes em Trindade, a discussão sobre a importância do saneamento básico e a orientação quanto ao descarte correto de resíduos.

A temática de resíduos foi central nas atividades do eixo meio ambiente, sejam os resíduos domiciliares, industriais ou ainda de serviços de saúde. Tratar de "lixo" como algo atrativo não é uma tarefa simples e as atividades propostas se debruçaram em tornar a temática, e muitas vezes os próprios resíduos, algo lúdico. Frente a isso, os rondonistas propuseram para professores da rede municipal e estadual a reutilização dos resíduos do gesso para a confecção de jogos de tabuleiro. Tratando de orgânicos, os rondonistas fizeram uma demonstração prática de uma técnica de compostagem para as comunidades escolares como alternativa da transformação de resíduo em recurso. A temática dos resíduos também chegou aos profissionais de saúde, que participaram de uma conversa e um *quiz* junto da equipe rondonista sobre o descarte adequado de materiais utilizados em seu ambiente de trabalho. Veja imagens na Figura 4.

Voltada para os ideais norteadores anteriormente citados, também foi ofertada aos profissionais da educação uma capacitação em educação ambiental,

Figura 4 - Atividades rondonistas desenvolvidas em Trindade, PE.
Fonte: Laura S. Copelli, 2024.

na qual as rondonistas ministrantes desmembraram o passo a passo da criação de um projeto de educação ambiental, sugeriram temáticas relevantes a serem trabalhadas e propuseram um momento de formulação coletiva de projetos. Em outra oficina, as rondonistas propuseram o trabalho da temática da relação da dengue (e outras arboviroses) com o descuido do meio ambiente em sala de aula através de um teatro de fantoches feito de materiais reciclados, além de um amplo espaço de discussão sobre a importância do saneamento na prevenção de doenças.

As atividades do eixo meio ambiente em geral tiveram boa aceitação e participação do público, gerando uma discussão rica sobre os principais desafios ainda enfrentados pela cidade em relação ao meio ambiente e o que pode ser feito em relação a isso. Além de toda a comunidade e reflexões alcançadas, as ações de meio ambiente estarão sempre marcadas em Trindade através das mudas plantadas durante uma atividade de passeio ecológico.

Tratar do eixo trabalho em uma Operação rondonista é fundamental, pois contribui diretamente para o fortalecimento das capacidades locais e para a geração de renda, promovendo a autonomia das comunidades envolvidas. Trindade enfrenta desafios relacionados ao desemprego, à informalidade e à falta de qualificação profissional, o que torna a abordagem dessa temática essencial para o desenvolvimento social e econômico. Baseadas na ideia de capacitar trindadenses para atuarem de forma mais eficiente em suas atividades laborais e incentivando o empreendedorismo, as atividades pensadas para o eixo trabalho buscaram fomentar a inclusão de mulheres e jovens no mercado de trabalho e aprimorar habilidades interpessoais relevantes ao universo do trabalho.

Foram promovidas atividades sobre empreendedorismo, trabalho em equipe, elaboração de projetos, cooperativismo e associativismo, e venda de produtos na Internet. Também foi promovida uma roda de conversa sobre as possibilidades de carreiras profissionais, como se preparar, onde e porque estudar. Este foi um momento importante de troca de experiências e vivências com a comunidade, com os rondonistas, vindos de tão longe, de outro canto do país, de outra cultura e realidade social. Foi um momento em que o nosso "anjo" (militar que acompanha a equipe durante a Operação), Stg. Sandhiego, falou das oportunidades oferecidas pela carreira militar nas mais diversas áreas de atuação profissional, desde a saúde até as engenharias.

O trabalho do eixo de comunicação em uma Operação do Projeto Rondon é importante para fortalecer a capacidade da comunidade de expressar suas demandas, compartilhar informações e ampliar seu acesso a recursos e conhecimentos. A comunicação eficaz é uma ferramenta poderosa para promover a cidadania, a coesão social e o desenvolvimento local. Para maximizar esses benefícios, as atividades do eixo visaram estimular o uso de meios de comunicação adequados para a disseminação de informações, capacitar a comunidade em técnicas de apresentação e oratória e demonstrar o papel da comunicação na perpetuação de histórias e ensinamentos.

Foram realizadas oficinas (cursos rápidos) sobre o uso adequado e seguro das redes sociais, a produção e publicação de vídeos, a comunicação pessoal bem como a comunicação institucional de políticas públicas. A comunicação interagiu com o eixo trabalho através do uso das redes sociais para a divulgação e venda de produtos e serviços ("marketing digital"). Também foi desenvolvido um documentário local a partir da história oral contada por trindadenses. Em suma, as oficinas que ensinaram ferramentas para melhorar a comunicação da própria comunidade como também para o enriquecimento cultural da cidade, promovido pelo Cine Rondon e pela própria elaboração do documentário apresentado no encerramento, e que ficou de registro para o município.

O eixo de tecnologia e produção em uma Operação rondonista é essencial para promover

o aprimoramento de técnicas e a diversificação de produtos, além de impulsionar a inclusão digital nas comunidades atendidas. Entre as ideias norteadoras se encontram a criação de alternativas de produtos que se mostrem atrativas às demandas locais e a capacitação da comunidade em diferentes habilidades técnicas. Dessa forma, as atividades deste eixo não só buscaram disseminar soluções autossustentáveis para ampliar o uso das potencialidades locais, mas também contribuir para a inclusão digital e a capacitação das comunidades em diferentes habilidades.

Foram promovidas atividades como o uso das tecnologias digitais, com a discussão sobre o impacto da inteligência artificial, cada vez mais presente no nosso dia a dia, na produtividade das pessoas. Foram oferecidos cursos de recondicionamento de computadores e noções básicas de instalações elétricas para um público alvo leigo. Este tipo de formação "não-profissionalizante" (pois não há tempo suficiente para formar de fato técnicos) é importante para que todas as pessoas tenham noção de tecnologias que estão cada vez mais nas nossas vidas. E talvez a oficina de maior sucesso desta Operação Velho Chico foi a produção de compotas e geleias (ou "chimia", como os gaúchos dizem).

Resultados e impactos

As atividades desenvolvidas pela equipe UFRGS em Trindade atingiram 642 pessoas através de 43 atividades realizadas. Muito maior do que os números obtidos é o impacto qualitativo da Operação Velho Chico na comunidade local. Foram as histórias, anseios e conquistas pacientemente ouvidas e compartilhadas entre rondonistas e trindadenses nos dias de Operação que criaram os vínculos que estarão na lembrança de todos os envolvidos. A receptividade afetiva da comunidade se fez presente durante diversos momentos, desde a chegada da equipe na cidade, a festa cultural preparada pela associação de idosas, a presença da comunidade na cerimônia de encerramento para uma despedida, além de todas as cartinhas, desenhos e presentes simbólicos recebidos.

Conhecemos a história de vida de uma mulher guerreia da Caatinga, a professor Rivanda, diretora da escola do Distrito de Saco Verde. Conhecemos o locutor, radialista, poeta, autor da letra do Hino de Trindade, Juka Sá. Conhecemos a Jack, uma mulher incansável, que atua na prefeitura e tem um olhar carinhoso e cuidadoso para com a comunidade local. Conhecemos muitos outros personagens protagonistas do dia-a-dia da sociedade trindadense.

Uma Operação Rondon não gera apenas resultados no município, mas muito mais nas equipes rondonistas. Trindade nos ensinou muito sobre um pouco desse maravilhoso país, suas diferentes realidades e a importância de um olhar sensível. A Operação nos ensinou sobre resiliência, frustrações, trabalho em equipe, comunicação e a importância de ter com quem contar pra fazer os dias fluírem.

Considerações finais

O maior projeto de extensão universitária do país promove um intenso processo de interação dialógica com a sociedade além dos muros da universidade, de mútuos aprendizados e troca de saberes. O protagonismo dos estudantes nas atividades desenvolvidas promove uma formação cidadã que perpassa largamente a capacitação profissionalizante obtida a partir dos conteúdos estudados. O Projeto Rondon é uma sala de aula viva que proporciona um aprendizado muito além dos livros didáticos.

> "Que sorte tive de viver essa experiência. Um lugar novo que me tornou uma pessoa completamente nova." (Anita)
>
> "Estar no Rondon me impactou pelo fato de eu ter tido a oportunidade de conhecer mais uma versão do que é o Brasil, ter me descoberto e me valorizado como profissional que detém o conhecimento, mas como estudante disposta a aprender sobre os saberes do dia-a-dia. E sem falar que ganhei uma família de 2 pais/avôs e 7 irmãos." (Bárbara)
>
> "O Rondon pode ser resumido como a primeira coisa que me vem à cabeça quando estou ouvindo *AmarElo* do Emicida e ele entoa o verso 'pra que amanhã não seja só um ontem com um novo nome'. A Operação Velho Chico me ensinou sobre as diferentes realidades que moldam o Brasil, sobre os desafios de se trabalhar e viver em grupo e também me ensinou a buscar propósito em cada atividade que me proponho a fazer." (Giovanna)
>
> "Para mim, estudante da Computação, que via as coisas de maneira exata, foi um choque. Ser rondonista é um compromisso social e o contato com a população é muito direto. É sobre ouvir histórias de vida impactantes e aprender muito mais do que ensinar. Também é sobre ter ciência das diversas realidades que existem no nosso país." (Jonathan)
>
> "Estar no Projeto Rondon foi uma experiência que mudou minha forma de enxergar o Brasil, a comunidade, o contato com o outro e o jornalismo. Para além das expectativas que nutrimos nos momentos de preparação e pesquisa, encontrar um universo de trocas genuínas, onde ensinar e aprender se misturam a cada conversa, oficina e olhar com os outros, redescobrir a nós mesmos é o verdadeiro ganho. Entre histórias compartilhadas e momentos simples – como o café acolhedor ao final de um dia cheio – me relembrei de meu propósito como estudante de jornalismo, saber que comunicar é, acima de tudo, conectar. É valorizar os saberes locais, amplificar vozes e construir pontes que atravessam realidades tão diversas." (Laura)
>
> "Sempre ouvi outros rondonistas dizerem que essa vivência seria única e que, ao voltar, a leveza do retorno viria acompanhada por reflexões profundas sobre tudo o que vivemos. O Rondon vai além de uma atividade acadêmica: é sobre amor, sobre tentar fazer a diferença, dar o seu melhor, compreender as dificuldades de pessoas que nunca vimos antes e refletir sobre as escolhas que fizemos e ainda faremos." (Leonardo)
>
> "Muitas vezes na vida nós não temos certeza das coisas, mas a Operação pra mim foi a certeza do papel do Engenheiro Ambiental na sociedade, a certeza que podemos fazer amigos em todos os lugares, que o Brasil em todos os seus cantos é o lugar onde a chuva e o arco-íris se encontram. A vida vai e vem, mas a Operação vai ficar pra sempre dentro do meu coração." (Marcelle)
>
> "O Rondon reafirmou as minhas lutas. A luta por um país que é para o povo e que serve ao povo, não deixando que ninguém precise sofrer por nada, a luta por um país com menos distância entre o nosso povo e que reafirme o que significa ser brasileiro e principalmente, a luta por uma sociedade que esteja preocupada com o nosso futuro. O projeto me moldou como pessoa e marcou o futuro do profissional que serei." (Matheus)

É isso, simplesmente assim, desse jeito. Ser rondonista, vivenciar uma Operação Rondon é algo único, indescritível (por mais que se tente descrever). Cada Operação é uma nova história, todas belíssimas, todas muito impactantes na vida de quem teve essa oportunidade então como universitário brasileiro. A Operação Velho Chico, na qual a Universidade Federal do Rio Grande do Sul atuou em Trindade, no sertão pernambucano, alguns meses depois da maior tragédia ambiental vivida pelo estado do Rio Grande do Sul com as enchentes de maio, foi sem dúvida algo para ser lembrado por muito tempo. ◂

Referências Bibliográficas

Ministério da Defesa (MD). Programa Rondon. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_projeto-rondon. Acesso em: 23 set. 2025.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Programa Bolsa Família. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia. Acesso em: 23 set. 2025.

Ministério das Cidades (MCID). Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS). Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis. Acesso em: 23 set. 2025.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades e Estados do Brasil. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: 23 set. 2025.

Publique seu artigo!

Revista da Extensão

Desenvolva um artigo da sua prática extensionista universitária e envie para a Revista da Extensão da UFRGS.
Gostaríamos de publicá-lo.

Se você é aluno, converse com o coordenedor da sua atividade.

A chamada de artigos é aberta, com fluxo contínuo

Consulte as normas para submissão de artigos

Revista da Extensão

Publique seu artigo!

Submissão de artigos

A Revista da Extensão é uma publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) que tem como propósito veicular e difundir atividades de extensão, não apenas desta universidade mas também de outras instituições do Brasil e do exterior. Ao constituir-se como espaço de trocas, contribui para o fortalecimento e a valorização dos diferentes saberes, ampliando o diálogo sobre a extensão universitária e enfatizando o seu papel fundamental na formação discente e docente. Acompanhando a tendência das principais publicações brasileiras sobre extensão universitária, a Revista da Extensão da UFRGS é publicada em versão impressa e eletrônica, de livre acesso ao seu conteúdo, seguindo o princípio de democratização do conhecimento.

A seleção dos artigos para publicação tem como parâmetro a sua contribuição à extensão universitária, segundo as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira (Resolução 07/2018 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do MEC), observando o processo educativo, cultural e científico que articula, amplia, desenvolve e realimenta o ensino e a pesquisa, propiciando a interdisciplinaridade e viabilizando a relação transformadora entre Universidade e sociedade. Este contato, que visa ao desenvolvimento mútuo e estabelece a troca de saberes, tem como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com as realidades nacional e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva de comunidades na atuação da Universidade. Constituem pontos fundamentais do artigo também a originalidade do tema ou o tratamento dado ao assunto, a consistência teórica e a qualidade do texto.

Normas para Submissão de Artigo

A Revista da Extensão aceita para publicação artigos que apresentem textos inéditos frutos de atividades ou reflexões relativas à extensão universitária, caracterizando-se como contribuição ao conhecimento sobre o tema.

Há dois formatos de artigo segundo seu tamanho: (1) artigo completo (corpo do texto com 15.000 a 25.000 caracteres) e (2) artigo curto - resumo estendido (corpo do texto com 2.500 a 5.000 caracteres). Os artigos devem contemplar aspectos formais que indiquem introdução, fundamentação teórico-metodológica, resultados, considerações finais e referências bibliográficas (artigo completo - máximo 8, e resumo estendido - máximo 3).

Formato do manuscrito (para ambos, artigo completo e resumo estendido):

1. Manuscrito: deve ser submetido em formato PDF.

2. Autores: todos os autores e suas filiações devem ser cuidadosamente inseridos no momento da submissão pois são informações utilizadas automaticamente pelo sistema de publicação eletrônica.

3. Figuras, tabelas e quadros serão tratados como imagem, devendo estar legendadas, com fonte/créditos do autor, e indicadas no corpo do texto.

4. Os artigos aceitos serão, posteriormente, solicitados em formato de texto editável (.doc, .docx, .rtd, .txt,...). Imagens (fotos, figuras, tabelas, quadros, ...) deverão ser enviadas em formato JPG com resolução mínima de 300 DPI, e intituladas de forma a facilitar a sua identificação (ex., Figura 1, Tabela 2, ...).

Complemento do formato do manuscrito (artigo completo):

1. Resumo: deve conter entre 750 e 1.050 caracteres em Português, e estar também em uma das línguas estrangeiras Espanhol ou Inglês.

2. Corpo do texto: deve conter entre 15.000 e 25.000 caracteres (com espaços), em Português.

3. Imagens: o artigo deve conter de 3 a 5 imagens.

Complemento do formato do manuscrito (artigo curto - resumo estendido):

1. Resumo: não há.

2. Corpo do texto: deve conter entre 2.500 e 5.000 caracteres (com espaços), em Português.

3. Imagens: o artigo deve conter de 1 a 3 imagens.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

Acesse a versão digital da Revista da Extensão em www.revistadaextensao.ufrgs.br

Acesso também disponível no portal de periódicos SEER UFRGS

UFRGS
PROEXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora
Marcia Barbosa

Vice-Reitor
Pedro Costa

Pró-Reitora de Extensão
Daniela Borges Pavani

Vice-Pró-Reitora de Extensão
Patrícia Helena Xavier dos Santos

Revista da Extensão n. 33
Porto Alegre, dezembro de 2025
Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Editor
Renato Perez Ribas

Entrevista
Vicente Fernandes Dutra Fonseca

Divulgação
Walberto José Andrade Chuvas

Projeto gráfico e diagramação
Paulo Baldo

Revisão
Nicole Maciel dos Passos

Conselho Editorial da Revista da Extensão

Claudia Giuliano Bica (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)
Deisi Cristina Gollo Marques Vidor (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)
Eduardo Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Fernando Arthur de Freitas Neves (Universidade Federal do Pará)
Geraldo Ceni Coelho (Universidade Federal da Fronteira Sul)
João César Netto (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Antônio dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Luciane Noal Calil (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Polliane Trevisan Nunes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Paulo Henrique Caetano (Universidade Federal de São João Del Rey)
Walberto José Andrade Chuvas (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Presença em diretórios e bases de dados:

Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras (Diadorim)
Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras (Miguilim)
Bielefeld Academic Search Engine (BASE)
Google Acadêmico (Scholar Google)

Revista da Extensão

UFRGS
PROREXT
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

A Extensão vista de perto
Publicação da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Paulo Gama, 110, 5° andar. Bairro Farroupilha
CEP 90040-060 - Porto Alegre / RS
(51) 3308 3379

www.prorext.ufrgs.br
www.revistadaextensao.ufrgs.br
revistadaextensao@prorext. ufrgs.br